

**ANDRÉIA MARSARO DA ROSA**

**“MEU SANTO VAI DESCER NA HORA QUE ELE QUISE”: AS  
TRANSFORMAÇÕES NO BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ  
APÓS O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FESTA  
(1980-2019)**

DOURADOS - 2023

ANDRÉIA MARSARO DA ROSA

**“MEU SANTO VAI DESCER NA HORA QUE ELE QUISER”: AS  
TRANSFORMAÇÕES NO BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ  
APÓS O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FESTA  
(1980-2019)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Eudes Fernando Leite**.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R789" Rosa, Andreia Marsaro Da  
"Meu Santo vai descer na hora que ele quiser": as transformações no Banho de São João de Corumbá após o processo de institucionalização da festa (1980-2019) [recurso eletrônico] / AndreiaMarsaro Da Rosa. -- 2023.  
Arquivo em formato pdf.  
  
Orientador: Eudes Fernando Leite.  
Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>  
  
1. Religiosidade. 2. História Oral. 3. Festeiros. I. Leite, Eudes Fernando. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**ANDRÉIA MARSARO DA ROSA**

**“MEU SANTO VAI DESCER NA HORA QUE ELE QUISE”: AS  
TRANSFORMAÇÕES NO BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ  
APÓS O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FESTA  
(1980-2019)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador:

Eudes Fernando Leite (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Manuela Areias Costa (Dr.<sup>a</sup> PROFHISTÓRIA/UEMS) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Mario Teixeira de Sá Júnior (Dr. PPGANT/UFGD) \_\_\_\_\_

4º Examinador:

Nauk Maria de Jesus (Dr.<sup>a</sup> PPGH/UFGD) \_\_\_\_\_

5º Examinador:

Losandro Antonio Tedeschi (Dr. PPGH/UFGD) \_\_\_\_\_

*Ao seu Zico e à dona Angelina.*

## **AGRADECIMENTOS**

Encerro mais esta fase com a certeza de que não caminhei sozinha em todos esses anos, por isso agradeço a todos e todas que estiveram comigo.

Primeiramente, agradeço meus pais, Valdir e Angelina por todo amor, apoio e incentivo para que eu continuasse estudando. Ao meu irmão Valdinei por todo amor e cuidado durante esses anos. Agradeço por compreenderem minhas ausências e por serem tão presentes em todos os momentos.

A minha família de Campo Grande, especialmente Hamilton e Beatriz, que me receberam com tanto amor e carinho e deram suporte para que a pesquisa em Corumbá fosse possível.

Aos familiares e amigos do Paraná por sonharem comigo e festejarem todas as minhas visitas. Obrigada ao grupo das ovelhas por me ouvirem e me apoiarem mesmo com toda a distância. Aos amigos da Aurora que mesmo distantes sempre estiveram presentes. Guardo todos no coração.

Aos amigos de Campo Grande por todo o apoio e incentivo esses anos. Se a escrita da tese é solitária, a companhia de vocês fez essa caminhada mais leve. Um agradecimento especial a Rebeca Cacho que fez a primeira revisão desse trabalho.

Ao professor Dr. Eudes Fernando Leite pela orientação atenciosa, generosa e compreensiva. Obrigada por não desistir desta pesquisa mesmo com todas as dificuldades que encontrei na trajetória.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e defesa pela leitura atenciosa e pelas contribuições com o trabalho.

Aos entrevistados e colaboradores dessa pesquisa, em especial José Gilberto Rozisca, que além de colaborar com as entrevistas permitiu o acesso ao cadastro de festeiros e aos documentos da Fundação de Cultura.

Aos festeiros de São João que me receberam em suas casas para contar a suas histórias de vida e devoção.

Ao Victor Hugo Xavier, companheiro de vida, pelo amor e atenção durante todos esses anos. Agradeço pela ajuda na pesquisa de campo, pela leitura atenciosa do texto e pelas horas de conversa sobre a escrita.

Essa vitória é de todos nós.

Andréia

Outubro/2023

“Deus te salve João  
Batista Sagrado  
O teu nascimento  
Nós temos que alembrear

Se São João soubesse  
Que hoje era seu dia  
Descia do céu à terra  
Com prazer e alegria

João Batista Santo  
Como Deus usou  
A quem batizaste  
A vós batizou

João batiza Cristo  
Cristo batiza João  
Onde foram batizados  
No rio Jordão

Se São João soubesse  
Que hoje era seu dia  
Descia do céu à terra  
Com prazer e alegria”.

*(Hino a São João Batista)*

## **RESUMO**

Esta pesquisa estudou o Banho de São João de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, manifestação cultural, que acontece todos os anos na noite de 23 de junho, e consiste no banho dos andores que carregam a imagem de São João nas águas do rio Paraguai. Antes do ritual do banho, os festeiros de São João recebem seus convidados em suas casas fazendo suas próprias festas, mas o ápice do evento acontece no Porto Geral, após a procissão pela Ladeira Cunha e Cruz. Atualmente, a Prefeitura de Corumbá é a responsável pela organização e planejamento da festa que acontece no Porto. Assim, buscou-se compreender como acontecem essas diferentes festas de São João realizadas pelos festeiros, suas particularidades e principais características. Além disso, investigou-se qual o papel desempenhado pela municipalidade nas últimas décadas, especialmente, entre os anos de 1980 e 2019 e como essas ações impactaram o evento. Por meio do método da história oral foi possível estudar as diferentes formas de se fazer a festa, assim como os interesses religiosos, econômicos, políticos e turísticos que a envolvem. A partir das entrevistas, com funcionários públicos e festeiros, denotou-se que processo é permeado por interesses, resistências, conflitos e convergências que fazem dessa festa tantas festas.

**Palavras-chave:** Religiosidade. História oral. Festeiros.

## **ABSTRACT**

This research examined the “Banho de São João” of Corumbá in Mato Grosso do Sul, a cultural manifestation that takes place every year on the night of June 23rd. It involves bathing the floats carrying the image of São João in the waters of the Paraguay River. Before the bathing ritual, the São João celebrants host their guests in their homes, throwing parties. However, the event’s highlight occurs at Porto Geral, following the procession along Cunha e Cruz Slope. The Corumbá City Hall is responsible for organizing and planning the event at the port. So, the goal was to figure out how these different São João celebrations, which the celebrants host, work and what their main characteristics are. Additionally, the role played by the local government in the last decades, especially between 1980 and 2019, was investigated, along with how these actions impacted the event. Through the method of oral history, it became possible to study the diverse ways of celebrating the festival as well as the religious, economic, political, and tourist interests involved. Interviews with public officials and celebrants revealed that the process is permeated by interests, resistances, conflicts, and convergences, resulting in many celebrations within this single festivity.

**Keywords:** Religiosity. Oral history. The São João celebrants.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Portal que indica o espaço do Banho de São João (2022) .....	57
Fotografia 2 – Portal indicando o espaço do Arraial do Banho de São João (2022) .....	60
Fotografia 3 – Altar do festeiro Pedro Paulo Miranda - Religião de Matriz africana (2022) .....	66
Fotografia 4 – Altar da festeira Eunice Pereira - Religião de Matriz africana (2022) .....	66
Fotografia 5 – Andores da Comunidade Beira Rio, Festeiro Alfredo Ferraz - Religião católica (2022) .....	67
Fotografia 6 – Café da manhã da comunidade Beira Rio (2022) .....	69
Fotografia 7 – Gruta na casa da festeira Sandra Melgar (2022) .....	71
Fotografia 8 – Cerimônia de içamento do mastro – festeiro Alfredo Ferraz (2022).....	76
Fotografia 9 – São João do festeiro Paulo Paes Vera (2021) .....	87
Fotografia 10 – População assistindo aos shows na noite de 23 de junho (2022) .....	126
Fotografia 11 – Festeira Idalina Gonçalves da Silva com seu andor (2022).....	135
Fotografia 12 – Andor da festeira Bianca Machado de Oliveira (2022) .....	139
Fotografia 13 – Andor da festeira Denilce de Oliveira (2022).....	139

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. APRESENTANDO CORUMBÁ: NO RITMO DAS FESTAS .....	28
1.1. Um almanaque: Corumbá das festas .....	31
1.2. Tradições em disputa .....	44
1.3. Salve São João Batista!.....	49
1.4. O Banho no rio Paraguai .....	52
2. DUAS FESTAS, MUITOS ESPAÇOS: A FESTA DO TURISTA E A FESTA DO FESTEIRO .....	56
2.1. Dois portais, uma festa: o turista no São João .....	57
2.2 As festas dos festeiros .....	63
2.2.1. A casa .....	64
2.2.2. “O São João é feito por dezenas de pessoas”: a organização .....	72
2.2.3. “Ninguém joga água no meu santo”: os ritos de 23 de junho .....	74
2.2.4. “Festa de Santo tem muita fartura”: a alimentação .....	80
2.2.5. “Já passei meu Santo para o meu filho”: as várias gerações da festa.....	85
3. O MOVIMENTO PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO .....	90
3.1. “É festeiro há quanto tempo?” O cadastramento dos festeiros.....	92
3.2. Promessa, tradição, devoção e fé: as fichas cadastrais .....	95
3.3. O cadastro dos festeiros a partir de 2013.....	107
3.4. A revitalização do porto e o São João .....	114
4. “EU NÃO ACEITO ESSE CONCURSO DE ANDORES”: A FESTA INSTITUCIONALIZADA IDEAL E SUA RECEPTIVIDADE .....	123
4.1. A programação .....	124
4.2. Concurso de quadrilhas .....	131
4.3. Concurso de andores.....	132
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	144
6. FONTES .....	153
7. REFERÊNCIAS .....	158

## INTRODUÇÃO

Junho é um mês festivo no Brasil e os festejos acontecem nas diferentes regiões do país, trazendo consigo características particulares de acordo com o local onde acontecem. Festas de santo, festas escolares, quermesses em igrejas são alguns exemplos das festanças juninas e julinas, como também das motivações para a realização do supracitado.

Nessa perspectiva, observa-se a cidade de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, onde, na noite de 23 de junho, os festeiros de São João enfeitam seus andores e recebem os convidados em suas casas, oferecendo um lanche ou um jantar e rezam. Esses mesmos festeiros e suas comunidades descem em procissão em direção à ladeira Cunha e Cruz até chegar à margem do rio Paraguai. No rio, os devotos banham os andores com a imagem de São João e em seguida, retomam a procissão até suas casas. Algumas pessoas ficam no Porto Geral, outras retornam para a casa do festeiro com a procissão, onde a festa deve continuar.

Na cidade pantaneira, assim como nas diferentes regiões do Brasil, encontramos nas escolas, bares e bairros bandeirolas coloridas, pequenos balões de papel, e decorações com a madeira que, um dia, poderia ter sido ou foi parte de uma fogueira. Como também, pessoas vestidas com estampas xadrezes, algumas maquiadas com pintinhas no rosto e ao fundo uma música que, rapidamente, o ouvinte identifica como sendo de uma festa junina. Os ritmos musicais, os cardápios também sofrem mudanças dependendo do local onde a festa está sendo realizada, e nesse caso não é diferente, porque as comidas típicas são parte integrante do todo-festivo.

É bem possível que os diferentes leitores deste texto imaginem esses espaços de formas variadas, segundo suas próprias referências. Essa descrição bastante pontual da festa indica alguns elementos que nos ajudam a pensar sobre o quanto os festejos são populares e, ao mesmo tempo, sobre a dificuldade que é trabalhar este tipo de tema em um país com tanta variedade e influência cultural como é o caso do Brasil.

O interesse por essa festa específica decorre de uma trajetória de estudos com as festividades que começou ainda na graduação, seguida do mestrado. Naquele momento, a pesquisa centrou-se no século XIX e a documentação pesquisada abordava os processos criminais e os *termos do bem viver* pelos quais eram possíveis descobrir aspectos importantes da sociabilidade da camada livre e pobre que morava em Guarapuava, Paraná.

No entanto, daquelas franjas do Brasil Império restaram muitas questões que não podiam ser respondidas, pois as explicações não estavam na documentação pesquisada e se

limitavam pelo caráter jurídico. Isso porque pouco se produziu sobre aqueles sujeitos, assim sendo, conheciam-se os documentos produzidos pela justiça sobre tais indivíduos.

Por outro lado, quando as primeiras observações sobre o São João de Corumbá surgiram, emergiu, concomitantemente, a possibilidade de entrevistar os sujeitos que participavam da festa, como também, de questioná-los sobre suas impressões e opiniões, sendo assim, entendeu-se como uma oportunidade ímpar. Isso permitiria que a pesquisa abrangesse não apenas documentos oficiais, mas também histórias arraigadas à comunidade, dando voz às tradições que ainda hoje fazem parte da vida de Corumbá..

Nesse sentido, a *História Oral* foi a metodologia escolhida para o estudo-pesquisa, porque por ela se materializou a possibilidade de ouvir os festeiros e festeiras sobre suas festas e suas histórias. Além disso, o trabalho com esse tipo de fonte permite ainda que sejam ouvidas pessoas marginalizadas, alheias aos discursos oficiais e que, possivelmente, não teriam suas vozes registradas em jornais, revistas e outras fontes documentais.

O estudo de uma festa complexa como a mencionada permite muitas possibilidades de análise. Nesse sentido, este trabalho objetivou demonstrar que existem vários festejos diferentes dentro da festa que conhecemos como “Banho de São João”, de Corumbá. Essas festividades são realizadas de acordo com o festeiro responsável, a religião, o bairro, a programação oficial e o espaço em que acontecem.

Mas não se trata, unicamente, de apontarmos as variações ou as transformações nas práticas ritualísticas, observamos o conjunto de interesses distintos em torno das festas, especificamente, da Prefeitura de Corumbá. Analisamos, assim, como a atuação da municipalidade modificou a festa realizada originalmente pelos festeiros no Porto Geral.

Devido a isso, ao longo do texto é possível perceber que existe uma grande divisão no evento. De um lado, há uma instância íntima, familiar, realizada pelos festeiros em suas casas, ruas ou terreiros, cujos participantes são pessoas que fazem parte do seu convívio social. De outro, um evento promovido pela Prefeitura de Corumbá que conta com a participação de milhares de turistas todos os anos e que, conseqüentemente, gera uma renda importante para o município.

As diferentes esferas, pública e privada, apesar de permeadas por interesses distintos, estão tão imbricadas, isto é, ora se confundem como um, ora se chocam por serem totalmente opostas. Assim, o evento acaba sendo um campo de disputa entre festeiros, a prefeitura, os turistas e entre os próprios servidores públicos. Nessa configuração, há opiniões diversas a respeito da forma como o festejo deve ou não ser realizado, em qual espaço deve acontecer, se

deve ou não haver auxílio financeiro para os festeiros, quais shows e concursos devem fazer parte da programação oficial.

Ao observar esse campo de disputas, interessa-nos compreender o papel da Prefeitura de Corumbá na realização do festejo após a institucionalização da festa. Na prática, isso acontece quando as festividades passam a integrar o calendário da prefeitura e a fazer parte de um contexto turístico para atrair visitantes e, conseqüentemente, gerar maior lucro para os comerciantes locais.

Segundo Osvaldo Trigueiro (2005) é comum, no Brasil, que as festas passem por esse processo de institucionalização e, concomitantemente, por um processo de espetacularização, mercantilização das culturas populares. Nesse ponto, o autor cita como exemplo as festas populares nordestinas que são modificadas para atender aos interesses dos negociantes. A saber:

É como se existissem duas festas, uma dentro da outra, ou seja, a festa central institucionalizada, de interesse econômico dos megagrupos empresariais, políticos e até religiosos, e a outra periférica, que continua sendo organizada através da mobilização da comunidade, pelas fortes redes sociais de comunicação, com a finalidade alegórica de rompimento com o cotidiano e com o mundo normativo estabelecido. Ou seja, a celebração para “quebrar a rotina”, em tempo de festa nos diferentes instantes da comunidade e outra no tempo do espetáculo organizado para consumo global. (TRIGUEIRO, 2005. p. 4)

Com base no pensamento do autor, identificou-se, no contexto corumbaense, a presença de diferentes atores interessados no festejo. Entre os interesses desses grupos, suas opiniões e visões sobre a festa, emergem elementos contraditórios, consensos e a forma como certos posicionamentos e grupos se sobrepõem uns aos outros. Observou-se também como essas opiniões, mesmo que indiretamente, influenciaram e atravessaram as diferentes edições das festas ao longo dos anos.

Fica evidente no Banho de São João, em Corumbá, a distinção entre estas “duas festas”. Primeiro, uma de interesse econômico e, em segundo, outra de maior vínculo com a comunidade que a realiza. Observamos, por meio de nossas fontes, como são múltiplos os interesses e os modos de fazer, que giram em torno dessas duas esferas, configurando-se não duas, senão muitas festas dos Banhos de São João.

Outro ponto relevante a esse respeito é o próprio processo de registro da festa. Em 2021, o Banho de São João de Corumbá/ Ladário - MS foi registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio nacional imaterial, com isso, a manifestação cultural passou a constar então no livro de Registro das Celebrações. Este registro aponta a relevância cultural do evento, bem como sua importância econômica e seu

papel legitimador na construção da identidade local. Apesar do caráter técnico garantido pelo processo de registro do IPHAN, ele traz consigo já alguns dos distintos interesses que nos interessam ao olhar para a festa realizada na cidade branca, Corumbá.

De acordo com o parecer técnico do IPHAN, em 2010, a proposta de registro foi encaminhada pela Fundação de Cultura e Turismo do Pantanal. Além da Fundação, a Prefeitura Municipal de Corumbá, Superintendência de Cultura e Superintendência de Turismo subscreveram a solicitação. Declarações de onze festeiros também acompanharam o pedido, o que segundo o parecer, demonstra que a comunidade concordou com o requerimento (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2021).

No decorrer do processo, em 2013, o IPHAN produziu um parecer favorável para a instrução técnica, no entanto enfatizou a necessidade de

[...] distinção entre o tradicional ritual de dar banho às imagens de São João no rio Paraguai e o Arraial organizado pela prefeitura. Sugeriu-se o aprofundamento dos estudos sobre a diversidade de manifestações promovidas pelos diferentes grupos sociais envolvidos com a festa de São João. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2021, p. 2)

A partir do excerto, cabe destacar dois pontos que interessam à pesquisa: o primeiro é que o pedido pelo registro da festa partiu do poder público e não da comunidade dos festeiros. Essa iniciativa demonstra o interesse da municipalidade no festejo e na possível projeção nacional que a festa poderia receber a partir de então. O segundo ponto diz respeito à atuação da prefeitura de Corumbá na promoção da festa, sinalizada pela ênfase na separação dos espaços destinados ao banho realizado pelos devotos e ao arraial promovido pela Prefeitura. Os agentes públicos parecem ter acatado essa orientação, pois fazem questão de sublinhar a divisão e as menções que a ela aparecem em várias entrevistas.

Embora o pedido de registro tenha partido do poder público, segundo o dossiê de registro, o interesse do poder municipal no festejo data desde os anos de 1950. Inicialmente, as ações ficaram centradas em controlar e manter o festejo de forma ordeira, então as notas de jornal se resumiam a comentar sobre ações da polícia. Uma série de comportamentos praticados pelos festeiros em suas casas, principalmente na ladeira, incomodavam o poder público, em especial a embriaguez demonstrada durante a descida. Inclusive, houve uma tentativa de atrair a população para a *Festa do Pau Fincado*, organizada pela municipalidade na Praça Generoso Ponce, em meados dos anos 1960, como uma forma deslocar a atenção para um espaço, cujo padrão de comportamento fosse diferente daquele expressado no porto (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019).

O documento destaca ainda que, em meados dos anos de 1980, ocorreram as mudanças mais significativas na atuação do poder público. A partir de então, o interesse turístico do evento ficou evidente e o entendimento era que “(...) a Festa era grande demais para ser apenas para corumbaenses” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019, p. 46).

Em 1988, Eunice Rocha observou uma mudança na forma como a festa estava organizada e enfatizou que “(...) o porto, ao invés de ser o ambiente propício, o local destinado ao “banho do santo”, foi palco de uma grande quermesse, onde possantes aparelhos de som tocavam as músicas mais em voga, no momento” (1997, p. 79). A autora faz questão de apontar em seu texto que aquele era um festejo organizado pelo poder público e teceu críticas à forma como o evento aconteceu. Ao longo do texto será possível perceber que muitas mudanças ocorreram no festejo a partir de então, especialmente, na atuação da municipalidade frente à organização da festa.

Vale observar que a festa é realizada nas cidades de Corumbá e Ladário<sup>1</sup>, no entanto, a pesquisa centrou suas atenções na festa de Corumbá, porque é a prefeitura do município que organiza a festa e a estrutura no Porto Geral.

Nesse sentido, apontar a década de 1980 como um marco na institucionalização da festa não objetiva apenas buscar o ponto de partida desse processo, mas estabelece um recorte histórico sobre o qual nos debruçamos e cujas entrevistas advindas da história oral se materializaram passivas de análise. Assim, fez-se necessário observar que os interesses do poder público remetem a períodos anteriores, porém esta pesquisa analisa as condutas e práticas entre os anos de 1980 e 2019<sup>2</sup>.

Evidencia-se, nesta esteira, que o estudo sobre as festividades permite compreender mais do que apenas o motivo pelo qual aqueles indivíduos se reuniram naquela oportunidade, por isso se torna um campo tão profícuo para estudos historiográficos. Dentre as inúmeras possibilidades estão: identificar como eram os ambientes de sociabilidade, quais suas regras de funcionamento, como as autoridades (re)agiam em relação àqueles espaços, quem eram as pessoas que participavam e quais as conexões estabelecidas entre elas.

Nesse contexto, Durval Albuquerque Júnior (2011) ao propor uma historiografia do festejar muito contemplou parte do nosso objeto de pesquisa. Investigar uma festa dinâmica e centenária como o Banho de São João de Corumbá, sagrada e profana, pública e privada, não

---

<sup>1</sup> Ladário foi um distrito do município de Corumbá até 1953 - ano em que se tornou autônomo.

<sup>2</sup> Optou-se pela escolha da festa de 2019, pois foi a última antes da Pandemia de covid-19. Optou-se pelo recorte histórico que compreende até o ano de 2019, já que foi o último antes da pandemia de covid-19.

é tarefa fácil. Possui camadas que vão do riso e da folia, dos encontros e reencontros às disputas e interesses pessoais. O autor destaca que “as festas são históricas e feitas de histórias individuais e coletivas. A história não deveria tomar as festas apenas como objeto de estudo, a história deveria tomar as festas como inspiração, como um modo de ser e fazer” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.148).

Na festa que estudamos, assim como apontou Durval Júnior, vimos histórias particulares se cruzarem e se tornarem públicas. Estudar o São João exigiu um “olhar festivo” para as práticas e seus personagens, como também para compreender suas particularidades.

Ao estudar as festas e suas especificidades, Norberto Luiz Guarinello (2001) destacou que essas não são dádivas, não caem dos céus, são produtos do grupo no qual estão inseridas. Envolvem afetos, regras, planejamento e trabalho para que aconteçam. Guarinello nos apresenta um primeiro fator a ser observado no estudo das festividades, isto é, o contexto histórico-social que as determina. Assim, da mesma maneira que exige um olhar cauteloso para o todo do historiador, fornece-lhe diversos elementos a respeito da sociedade estudada.

Dessarte, ao analisarmos as festas, especialmente o São João, podemos considerar que estes eventos são produto do cotidiano e resultado das relações ali estabelecidas.

Festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes. (GUARINELLO, 2001, p. 972)

Além da importância de compreender o contexto histórico social a que se refere a festa, Guarinello aponta também a multiplicidade de práticas e pessoas nesses espaços, cada uma com seus amores e conflitos, porém reunidas em torno de algo a ser celebrado. Na festa de São João de Corumbá é muito presente essa característica de uma produção coletiva, seja na arrecadação do dinheiro ou nos esforços reunidos, para a organização do evento.

Em sentido semelhante, João Carlos de Souza (2004), ao estudar o contexto corumbaense, destacou que na festa de São João, a casa, que comumente é um lugar privado, pessoal e comum, naqueles dias se tornava o centro da festa, público e especial. Nesse local, aconteciam, além das “formalidades da festa”, a novena, o içamento do mastro, a reza ou a fogueira, momentos de sociabilidade, reafirmação de laços de parentesco e com a comunidade, fortalecendo sua rede de contatos. O autor ainda reforça a oportunidade do encontro de parceiros nesse momento, uma vez que a festa unia pessoas que vinham da fazenda e de outros lugares, além de que São João é considerado um Santo casamenteiro em

Corumbá, aumentando essa possibilidade. Assim como Souza, em nossas entrevistas ficaram evidentes as relações dos festeiros com suas comunidades e suas muitas implicações.

Entretanto, não podemos confundir esse produto do cotidiano e do trabalho conjunto, promotor de encontros e estabelecimento de laços com a monotonia, nem com a rotina do trabalho. De acordo com Patrícia Araújo (2008), as festividades representam um momento especial para seus participantes, pois a festa

[...] é um momento singular no qual a percepção do tempo se reveste de um colorido e ganha novos significados. Contudo, não se elimina completamente deste tempo festivo o mundo do dia-a-dia, do qual a diversidade e as diferenças fazem parte. O tempo festivo não deixa de expressar os valores e as concepções de vida e de sociedade vigentes o ano todo, e, mais que isso, as mantém. (ARAÚJO, 2008, p. 53)

Embora estude outro contexto e espaço, a autora enfatiza ainda que existe uma relação direta entre a realidade social e o mundo festivo, e que opor radicalmente essas dimensões, assim como ordem/desordem, pode atrapalhar na identificação de conflitos, tensões e disputas que as festas traduzem. Em Corumbá, a preparação da festa, que começa alguns dias antes, já revela o entrelaçamento de dois 'tempos'. O cotidiano enriquece e se amplia com a construção do festejo, que permeia até os dias seguintes, integrando-se às atividades mais comuns do dia a dia.

Ao longo da pesquisa, percebemos que nos espaços festivos de São João existem as disputas entre os (próprios) festeiros, inclusive, em alguns momentos é possível identificar que se estabelece uma hierarquia entre os sujeitos de forma velada. Bem como que há a disputa de interesses entre esses sujeitos e a prefeitura, em que cada grupo defende seu ponto de vista.

Assim, devemos nos atentar, pois mesmo que seja uma festa religiosa, fruto da colaboração e do cotidiano dos devotos, isso não implica que as emoções, as visões de mundo, a diversidade e a multiplicidade sejam deixadas de lado. Pelo contrário, as relações e opiniões são trazidas para a festa, mesmo que a casa esteja enfeitada, o adorno do andor esteja pronto e os convidados por chegar.

Dessa forma, é pertinente a observação feita por Martha Abreu (1999) ao estudar as festas. A autora considera que esses eventos podem ser concebidos como uma oportunidade “[...] para se conhecer uma coletividade, suas identidades, valores e tensões, através das atitudes, dos comportamentos, dos gestos e do imaginário presentes em suas celebrações” (ABREU, 1999, p. 38). Apesar do objetivo deste trabalho não ser unicamente o mapeamento das práticas, observá-las ao longo do tempo nos garantiu, assim como afirmara Abreu, um

atrativo caminho, devido ao olhar atento às coletividades e aos modos individuais de fazer e perceber a festa.

No intuito de mapear as diferentes nuances do festejo, optou-se como afirmamos então pela história oral como método de pesquisa, conforme proposto por José Carlos Meihy e Fabíola Holanda (2018). Segundo os autores, quando entendida assim, a história oral demanda um processo rígido e organizado de pesquisa e investigação para a obtenção de resultados válidos. Ainda segundo os autores,

Como método, a história oral se ergue segundo alternativas que privilegiam as entrevistas como atenção essencial dos estudos. Trata-se de centralizar os testemunhos como ponto fundamental, privilegiado, básico das análises. História oral como metodologia implica formular as entrevistas como epicentro da pesquisa. Tudo giraria em torno delas, que atuariam como força centrífuga das preocupações. (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 72)

Nesse sentido, a pesquisa privilegia as fontes orais como ponto central da condução do trabalho, e é a partir dos elementos e temas que apareceram nas entrevistas que outros diálogos documentais foram estabelecidos. A título de exemplo, o estudo de documentos relacionados ao cadastramento dos festeiros pela Prefeitura, analisado no terceiro capítulo, foi orientado pelas informações fornecidas pelos entrevistados.

Como método, a história oral permite a utilização de diferentes tipos de narrativas orais, como histórias de vida, temáticas, testemunhais e ligadas à tradição oral. Dessarte, na esteira de José Carlos Meihy e Leandro Seawright (2020), optamos pela história oral temática, devido

[...] A história oral temática tem sempre um assunto central a ser focalizado e trabalha com versões interpretativas organizadas por redes de colaboradores. A produção de documentos decorrentes de entrevistas pode ser aliada aos apoios dos demais fundamentos escritos, mas, se vista em sua singularidade, consagra-se sempre matéria ligada à memória de expressão oral. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 69)

Ela permitiu que os roteiros das entrevistas fossem elaborados a partir de um tema central específico que contemplasse as versões das diferentes redes sobre determinado tema. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas baseadas em um roteiro semiestruturado que partia de uma abordagem histórica da relação do festeiro com a festa, isto é, há quanto tempo era festeiro, se recebeu o Santo de alguém, se mais alguém na família era festeiro, para uma abordagem específica sobre como o festejo acontece atualmente, se houve transformação e como enxerga a atuação do poder público na festa.

Conforme apontam José Carlos Meihy e Fabíola Holanda (2018), é certo que nas entrevistas os indivíduos apresentam particularidades, motivações e visões de mundo que são

próprias de suas vivências, todavia essas não são uma limitação para que possamos vê-las de forma coletiva:

[...] O que garante unidade e coerência às entrevistas enfileiradas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que, por fim, caracteriza a memória coletiva. A observância em relação à pessoa em sua unidade, contudo, é condição básica para se formular o respeito à experiência individual que justifica o trabalho com entrevista, mas ela vale no conjunto. Nesse sentido, a história oral é sempre social. Social, sobretudo porque o indivíduo só se explica na vida comunitária. (MEIHY; HOLANDA, 2018, p.28)

As narrativas dos entrevistados apresentam acepções, visões singulares da festa, que se convergem, por exemplo, em críticas ao poder público e às suas intervenções. O contrário também acontece, pois mesmo que abordem o mesmo assunto, cada um expressa suas memórias a partir de um ponto de vista específico. Ou seja, uma visão pessoal que é partilhada com e pela coletividade.

Outro ponto que merece atenção é que os homens e mulheres que residem em Corumbá são festeiros e também atuam como agentes do poder público, sendo funcionários da Prefeitura ou ocupando cargos públicos na cidade. É certo que os espaços ocupados por essas pessoas influenciam a forma como os entrevistados respondem aos questionamentos, pois seus empregos, suas relações, além das suas posições sociais estão em jogo. É comum que durante as entrevistas ocorram omissões, versões que se contrapõem ou que são distintas, e são justamente essas peculiaridades que trazem à tona os elementos que respondem às questões propostas no trabalho.

Para a operacionalização da pesquisa foi preciso determinar o quadro de colaboradores. Conforme proposto por Meihy e Seawright (2020), foram selecionadas a *comunidade de destino*, *colônia* e *rede*. De acordo com os autores, definir a comunidade de destino é o ponto de partida da pesquisa e se refere a um grupo amplo, caracterizado por sujeitos que “[...] vivenciam, de um jeito ou de outro, episódios de impacto, relevantes, questões modificadoras da vida ordinária e que têm consequências sociais substantivas” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 95).

Dessa forma, a comunidade de destino é formada por indivíduos que compartilham determinada experiência. Um exemplo citado pelos autores é o de grupos que têm contato com grandes lideranças religiosas ou que fazem parte de celebrações centenárias, devido a esses eventos são capazes de mobilizar diferentes camadas sociais em torno daquele evento.

Como a comunidade de destino é um grupo amplo de pessoas é necessário delimitá-lo, afinal, torna-se desafiador trabalhar com um número tão grande de entrevistados. Então, deve-se fracionar uma parte, uma primeira divisão da comunidade de destino chamada de *colônia*.

Mesmo se tratando de um grupo menor, a colônia ainda carrega as particularidades do todo, além de permitir que o projeto seja executável (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020).

Derivadas das colônias estão as *redes*, que são a menor parcela da comunidade de destino. Podemos considerar as redes como o segmento mais restrito, porém ainda vinculado aos ciclos mais amplos. É desejável que as redes sejam plurais, pois permitem compreender disputas e diferenças dentro de um grupo que compartilha determinada experiência. Nesse sentido,

[...] As redes são garantias de versões e visões plurais na conformação dos destinos de cada comunidade. Por meio das redes, pode-se verificar a formação das convergências, das dissensões, das dissidências e as mais variadas maneiras de percepção de um mesmo fenômeno ou dos acontecimentos entremeados nos lances de polifonia, heteroglossia, multivocalidade. (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 103)

A partir dessas definições, o pesquisador pode delimitar os entrevistados por meio da seleção das redes. Ao optar pelo trabalho com redes distintas o pesquisador não deve buscar consenso entre elas, as contradições e diferentes versões permitem uma análise mais crítica e completa do fenômeno estudado.

Optamos, desta maneira, pela delimitação desses critérios em que a comunidade de destino compreende todos os participantes do Banho de São João, em Corumbá. Por sua vez, a colônia é formada por uma fração das pessoas que estão ligadas de alguma forma com a organização do festejo, seja ele institucional ou não.

Por fim, a partir dessa seleção, optamos por trabalhar com duas redes de entrevistas: uma rede formada pelas festeiras e festeiros e outra pelos agentes públicos. O intuito do trabalho com redes distintas foi ouvir as diferentes vozes envolvidas nesse processo, suas omissões e versões sobre a organização da festa de São João nos diferentes anos, como essa organização é feita e as transformações ocorridas nas últimas décadas.

O intuito inicial era de estabelecer redes que fossem mais plurais, no entanto, a pandemia de covid-19 impossibilitou um contato direto com os entrevistados e atrasou o cronograma da pesquisa. O trabalho de campo que deveria ser realizado em 2020 e nos anos seguintes não aconteceu como planejado.

O deslocamento até Corumbá não foi possível, pois o encontro com os festeiros colocava a saúde de todos em risco, e o senso de responsabilidade impedia o encontro, mesmo com os festeiros com quem estabelecemos contato prévio na festa em 2019. O contato via telefone também era complexo, tanto por números desatualizados na lista a que tivemos acesso quanto pela dificuldade de conexão e uso de dispositivos digitais por parte de alguns festeiros.

As participações nas festas programadas para os anos de 2020 e 2021 não puderam acontecer, pois o festejo foi cancelado devido às medidas sanitárias, o que fez com que o cronograma da pesquisa fosse diretamente prejudicado. Na tentativa de dar prosseguimento ao trabalho, as primeiras duas entrevistas foram feitas à distância, na modalidade online, primeiro com José Gilberto Rozisca (funcionário da Fundação de Cultura) e Bianca Machado de Oliveira (festeira), ainda em 2020.

Em janeiro de 2021, ocorreu uma visita à cidade de Corumbá. No entanto, foi possível acessar apenas o arquivo da Fundação de Cultura, onde conseguimos digitalizar as fichas de cadastro dos festeiros. Nessa ocasião, tentamos contato com alguns festeiros, sem sucesso. Realizou-se também uma visita à Biblioteca Municipal Lobivar Matos, mas não havia atendimento ao público.

Em setembro, de 2021, com o abrandamento das restrições sanitárias, uma viagem até Corumbá foi possível, então realizamos as entrevistas de forma presencial, respeitando as regras sanitárias sobre uso de máscaras e distanciamento social. No entanto, o trabalho de campo na festa que deveria ter acontecido nos anos supracitados, realizou-se apenas em 2022, quando o festejo voltou a acontecer nos moldes anteriores.

Tendo em vista a interferência da Pandemia no cronograma da pesquisa, foi importante compreender como o poder público atuou nesse período em relação ao festejo. O início de 2020 ficou marcado pelos sucessivos decretos estaduais e municipais que determinavam a suspensão de atividades que aglomerassem muitas pessoas. Dessa forma, a Prefeitura e a Fundação de Cultura optaram por não realizar o repasse em dinheiro aos festeiros, a fim de evitar a realização de festejos com aglomerações (CABRAL, 2021).

Além disso, o concurso de andores foi realizado em plataforma online como uma forma de manter a tradição e respeitar as normas sanitárias do período da pandemia. Ficou estabelecido que as inscrições e a votação aconteceriam de forma online, “[...] onde imagens dos andores concorrentes estarão disponíveis no site oficial do município [...] plataforma pela qual será possível, inclusive, a realização de votação popular” (CORUMBÁ, 2020, p. 9).

Funcionários da Fundação de Cultura reuniram cerca de 90 festeiros no início de junho para explicar a situação do festejo no contexto da pandemia. De acordo com matéria veiculada no jornal Diário Corumbaense, Joílson Cruz, presidente da Fundação de Cultura, informou para os festeiros que “[...] o Porto Geral não terá nenhuma estrutura física este ano e que a recomendação é que os festeiros não desçam com os andores, pela primeira vez, em mais de 130 anos de ritual” (NUNES; CABRAL, 2020).

No entanto, mesmo com a referida reunião e com as proibições, o referido jornal noticiou que

Apesar da determinação da Prefeitura de não descer com andores ao Porto Geral, alguns devotos não deixaram de fazer o ritual na beira do rio Paraguai, antes do toque de recolher, que começa às 21h. Teve devoto que foi sozinho, banhou a imagem de São João e fez orações. Teve casal que foi de carro até a prainha e fez o mesmo ritual. Também teve grupo em maior número que levou o andor para ser banhado (NUNES; CABRAL, 2020).

Na matéria citada, percebemos que mesmo após as orientações do poder público, o decreto com o toque de recolher e a proibição das aglomerações os festeiros de São João foram até o rio Paraguai para banhar a imagem. Ao longo do texto, será possível observar que não foi a primeira vez em que a realização do banho foi proibida, tampouco a primeira vez em que essa norma foi desrespeitada. Além disso, percebe-se que as regras impostas a esse grupo — nossa colônia — nem sempre são plenamente aceitas, e muito menos obedecidas. Essa forma de lidar com as determinações é de nosso interesse, pois revela como os festeiros se posicionam em relação às normatizações da Prefeitura.

Ainda no que se refere à pandemia, assim como no ano anterior, em 2021 a festa no porto foi cancelada, contudo nesse ano o banho da imagem foi permitido. O Decreto nº 2.606, de 21 de junho, estabeleceu algumas regras para que o ritual pudesse acontecer, dentre elas a permissão de que “[...] cada festeiro ou devoto poderá realizar o ritual do Banho do Santo, de forma individual ou com no máximo cinco acompanhantes, em um período máximo de 15 minutos” (CORUMBÁ, 2021b, p. 1). O uso de máscaras era obrigatório e o acesso ao Porto Geral deveria ser controlado por servidores municipais, incluindo equipes da Fundação de Cultura, da Agência Municipal de Trânsito, da Guarda Municipal e membros do Grupo de Fiscalização Intensiva (GFI)

Uma alternativa encontrada pelo poder público foi realizar o cadastramento dos festeiros e o concurso de andores de forma online. Explicaremos as características da festa com maior precisão no capítulo dois, por hora, cabe elucidar ao leitor que a Prefeitura de Corumbá faz um cadastramento dos festeiros de São João e todos os cadastrados recebem um aporte financeiro para a realização das suas festas. Além disso, todos os anos durante a festa é realizado um concurso de andores em que são premiados três andores que atendam aos critérios da competição, ressalta-se que para participar não é necessário ser um festeiro.

Assim, durante a pandemia, segundo o edital nº 002/2021 da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico publicado no Diário Oficial, a premiação dos festeiros seria feita a partir de produção digital. A proposta foi a destinação de um montante de 40 mil reais que seria

dividido em até cem cotas para os festeiros inscritos, devidamente cadastrados pela Prefeitura, que produzissem material audiovisual atendendo às regras estabelecidas.

Art. 18 A execução deste Edital contará com apenas uma categoria, abrangendo todas as comunidades festeiras do Banho de São João de Corumbá, no intuito de documentar, através de produtos audiovisuais, as memórias e saberes culturais dos festejos realizados em cada uma delas.

[...]

b) objeto: Apresentação em meio digital de relatos fílmicos dos fazedores da cultura corumbaense - o(a) interessado(a) poderá narrar sua trajetória cultural, descrevendo seu setor de atuação, quais atividades desenvolve e como as desenvolve, agregando, também, informações sobre a história do festejo da sua família ou comunidade e outras particularidades que julgar interessante (CORUMBÁ, 2021a, p. 13).

O referido material se tratava de uma apresentação gravada em vídeo do festeiro ou de alguém da comunidade com duração entre 4 e 10 minutos. Do total de inscritos foram contemplados 66 festeiros. Além do edital destinado aos festeiros, a Prefeitura realizou ainda a *Live no Cristo Rei do Pantanal*, segundo a programação estabelecida para o evento do Banho de São João 2021. Nessa oportunidade, a Fundação de Cultura lançou edital específico para que bandas, duplas ou grupos musicais pudessem se apresentar no evento e fossem remuneradas.

Uma alternativa semelhante foi colocada em prática em relação ao concurso de andores. No ano de 2021, o concurso aconteceu de forma online por meio de site próprio. Disputaram um total de 23 andores inscritos nas categorias *Tradicional e Pluralidades*, além do concurso de miniandores (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2021).

Essa série de mudanças no festejo impactaram tanto nas festas promovidas pelos festeiros como nesta pesquisa. Festas transmitidas por aplicativos de conversa, banho na imagem em casa com água transportada do rio Paraguai em garrafas ou da torneira de casa, reunião de pequenos grupos e festeiros indo até o rio de forma clandestina são apenas alguns exemplos de adaptações e transgressões que ocorreram nesse período. Tendo em vista esse contexto, o trabalho com as redes precisou ser prorrogado e quando foi colocado em prática precisou de adaptações.

Na rede institucional foram entrevistadas seis pessoas, todas ligadas ao poder público, gestores e ex-gestores da Fundação de Cultura e uma pessoa da Fundação de Turismo. A qualificação desses entrevistados será feita ao longo do texto. Dessa rede institucional, José Gilberto Rozisca, funcionário da Fundação de Cultura, foi o primeiro entrevistado. Durante o festejo de 2019, visitamos a festa pela segunda vez, sendo a primeira visita como pesquisadores. José Gilberto estava envolvido, diretamente, na organização do concurso de

andores no Porto Geral. Fizemos um primeiro contato e apresentamo-nos, ele prontamente disse que poderia colaborar e passou-nos seu contato. Nossa primeira entrevista foi realizada em 2020, de forma online, devido à pandemia. A sequência de entrevistados seguiu as indicações de José Gilberto, que foi o *ponto zero* da rede, conforme proposto por Meihy e Seawright (2020).

Essa primeira entrevista foi muito importante, pois a partir dela se formou a sequência da rede ou a criação de outras redes. Seguindo este fundamento, Bianca Machado de Oliveira foi a primeira entrevistada da rede dos festeiros a partir de uma citação da entrevista de José Gilberto. Bianca é festeira há cerca de 40 anos e realiza o Arraiá de Shá Onça, festa que era realizada por Heloísa Urt, ex-diretora presidente da Fundação de Cultura. A primeira entrevista também foi realizada de forma online e a partir da citação de outros festeiros a rede prosseguiu. Um total de 11 pessoas foram entrevistadas e, com exceção dessa primeira entrevista com Bianca Machado de Oliveira, todas as outras foram realizadas de forma presencial.

Assim, passada a fase mais crítica da pandemia, foi possível a realização das entrevistas de forma presencial, assim como acompanhar o festejo em 2022 que voltou a ser realizado nos moldes dos anos anteriores.

Então, para compreender toda a complexidade do banho de São João de Corumbá e Ladário foi preciso conhecer a fronteira com a Bolívia e suas particularidades. Portanto, no primeiro capítulo, caminharemos pelas ruas de paralelepípedo de Corumbá, por meio de seu calendário festivo que é tão diverso quanto a formação da cidade.

Conhecer a história de Corumbá nos ajuda a compreender a importância que o rio Paraguai tem para a cidade, tanto do ponto de vista econômico, quanto do religioso. Pois, é no rio que boa parte dos festeiros banha a imagem de São João, ritual que procura batizar São João assim como Cristo o fez. Na noite de 23 para 24 de junho, as águas do rio Paraguai se tornam sagradas como as do rio Jordão, onde ocorreu o batismo.

Além dessa origem ligada ao contexto religioso, há ainda uma explicação que atribui a origem dos festejos juninos aos rituais pagãos e de colheita que aconteciam pela Europa e que foram trazidos ao Brasil pelos Portugueses. Então, essa primeira parte do texto aborda alguns aspectos mais históricos da cidade de Corumbá, bem como da própria festa de São João.

No segundo capítulo vamos conhecer a festa de São João, em Corumbá sob duas óticas: primeira, a festa promovida pelo poder público que acontece no porto geral e, em segunda, as festas dos festeiros. Esses dois espaços que ora se separam e ora parecem, diretamente, ligados serão apresentados ao leitor nesse momento.

Inicialmente, o festejo no porto com todas as suas luzes, bandeirolas e estrutura para receber fiéis e turistas. Barraquinhas de comida, pau de sebo e um grande palco para os shows municipais esperam os visitantes. O intuito é que, a partir do texto, o leitor possa compreender como esse espaço está disposto, como está organizado e o que o visitante encontra quando chega ao Porto Geral.

A segunda parte do referido capítulo é dedicada a descrever e analisar como acontece a festa promovida pelos festeiros e algumas de suas especificidades. A partir das entrevistas vamos analisar alguns pontos fundamentais para compreender o festejo, iniciando pelo espaço em que a festa acontece, de quais lugares estamos falando, sua organização e ressignificação para receber o Santo e os convidados.

Em seguida, vamos nos debruçar a pensar sobre a organização do festejo. Os festeiros começam a preparação para a festa dias antes, em alguns casos até meses. Então, essa preparação exige a distribuição de tarefas, a arrecadação de dinheiro e nos dias que antecedem o festejo, cada um executa a função a que foi designado. Vamos conhecer algumas funções antigas em Corumbá como o Capitão do Mastro, a Rainha da Coroa e o Alferes da Bandeira, missões que são atribuídas ou sorteadas e que são fundamentais para que a festa aconteça.

Feitas estas considerações, vamos compreender o ápice da noite, o banho e como esse ritual acontece. Os rituais religiosos como as orações, as procissões, o encontro das imagens na ladeira e o costume corumbaense dos santos se cumprimentarem durante a descida, e até mesmo a forma como a imagem deve ser banhada no rio. Assim como o banho, abordaremos outro ponto muito importante para o grupo dos festeiros que é a alimentação. Nesse ponto, será possível perceber como os políticos locais atuam no festejo, especialmente, no que se refere a uma tentativa de popularização e conquista de votos a partir da ajuda a essas pessoas e a participação nas festas.

Não é raro ouvir dos festeiros que esses rituais são feitos dessa forma porque a mãe ou avó fazia assim. Nesse sentido, é mister observar a questão da continuidade da festa, ou seja, como essas famílias acabam passando a festa de geração em geração, como uma espécie de herança religiosa. Uma especificidade de nossas entrevistas foi perceber como essas diferentes gerações buscam certo reconhecimento desses festeiros antigos por parte do poder público, especialmente, no cadastro.

Esse cadastramento dos festeiros pela Prefeitura de Corumbá elucida uma das iniciativas do poder público para a institucionalização da festa. Então, no terceiro capítulo analisaremos como esse processo aconteceu, como foi sendo adaptado e modificado com as mudanças na gestão pública e como os festeiros reagiram a ele.

Sabemos que o cadastramento ainda é feito pela Prefeitura e que, atualmente, os festeiros são certificados como *Agente Municipal de Cultura*. Os festeiros devidamente cadastrados recebem um aporte financeiro para a realização da festa, no entanto, essa certificação está condicionada a uma série de regras. Vamos explorar essas exigências e como elas interferem nas festas realizadas pelos festeiros.

Seguindo pela linha das medidas tomadas pelo poder público para a festa, temos as mudanças realizadas no Porto Geral. Estas transformações foram referentes tanto ao espaço por meio de reformas, quanto na organização da festividade, o que interferia diretamente na relação dos festeiros com esse espaço.

Após analisadas as características da cidade de Corumbá, da festa e das iniciativas do poder público, a última parte do texto se dedica à análise da programação da festa proposta pela Prefeitura. De um lado temos uma festa que é idealizada pelo poder público para atrair turistas, que proporcione uma experiência agradável para os visitantes e que seja lucrativa. Por outro, temos os festeiros que desfrutam das benesses oferecidas pelo poder público, mas que em alguns momentos não concordam com o planejamento estabelecido, ou até mesmo com as atrações da programação oficial.

Assim, interessa aqui compreender como esses grupos atuam e pontuam seus interesses na realização da festa. No caso do poder público, qual seria a festa ideal para atender as expectativas, qual é a programação, como a gestão pensa o evento. Já para os festeiros, procuramos compreender como esse grupo percebe a festa, de quais instâncias decisivas participam ou não, como se posicionam em relação às suas insatisfações e se são atendidos em alguma medida. Enfim, se aceitam as imposições ou se apresentam formas de resistência.

## 1. APRESENTANDO CORUMBÁ: NO RITMO DAS FESTAS

Saindo de *Santa Cruz de la Sierra* na Bolívia, 655 km rumo ao leste está a cidade de Corumbá, via trilhos (trem) ou asfalto, essa é a primeira cidade do Brasil pela fronteira. Vindo pelo lado brasileiro, via rodovia, o único caminho é a BR-262, margeada em diversos trechos também pelo trilho do lado brasileiro, que se liga ao estado de São Paulo. No sentido Leste-Oeste, esta rodovia vem da capital do estado de Mato Grosso do Sul e, ao se chegar por ela, o cenário não é de um grande centro movimentado, ao contrário, quando se atravessa o portal da cidade é preciso percorrer alguns quilômetros acompanhando o caminho dos trilhos do trem até se chegar ao centro, passando por chácaras, terrenos baldios e vários bairros. Isto se dá, pois, a cidade nasceu no porto, a chegada via BR-262 só se torna a principal na segunda metade do século XX, o asfalto chegou à cidade na década de 1980, o porto sempre fora o acesso principal.

Assim, quem vem pelo rio Paraguai encontra um cenário totalmente distinto, é a “entrada oficial” da cidade. Ao chegar pelo Porto Geral, observa-se uma área de lazer arborizada com inúmeros *flamboyants*, bancos e uma fonte. Vê-se por toda sua extensão um guarda-corpo português pintado de branco e de formato abaulado, que serve de introdução a um cenário que remete ao século XIX. Dispostos de frente para o rio, está um conjunto de casarios tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1993. Esses sobrados com estilo arquitetônico imponente e os paralelepípedos sextavados fazem notar que há bastante história por se conhecer.

A explicação para a importância e a imponência do porto da cidade estão no passado, marcado pelo povoamento português da região. Conforme aponta Claudemira Ito (2000), o local “[...] onde ocorreu a fundação de Corumbá foi um berço muito propício para o seu crescimento, fácil acesso através da navegação, porém protegida das periódicas enchentes no Pantanal” (ITO, 2000, p. 65).

À época da fundação da cidade, em 1778, o contexto que marcava a região ainda eram as preocupações do período colonial. Isto é, marcado por conflitos entre Portugal e Espanha por territórios, além de disputas locais com populações indígenas davam a tônica do cenário.

Foi neste sentido que o governador da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres após o devido reconhecimento da região em 1774-1775 mandou construir o presídio de Coimbra, e respectivamente, em 1776 e 1778, dois povoados às margens do rio Paraguai, homônimos, Albuquerque (ITO, 2000).

Segundo a pesquisadora Cleonice Le Bourlegat (2000), a ocupação de Albuquerque se inicia repetindo a experiência de colonização implementada no litoral de Santa Catarina, com o envio de casais portugueses e, posteriormente, com a instalação de fortificações militares e a busca por aldeias aliadas visando garantir a posse do território para o Império Português.

Todavia os verbos *ocupar* ou *fundar* não abarcam a complexidade desse processo.

O início da construção foi difícil, os homens trazidos de Cuiabá evadiam-se diante das dificuldades existentes no lugar. A fome e a miséria reinavam, o descontentamento era geral. As notícias do fracasso impediam que viessem outros colonos. O comandante Leme do Prado recorreu até a violência para fazer os colonos trabalharem nas obras coletivas, o que provocava cada vez mais revolta. (ITO, 2000, p.65)

Se não era fácil iniciar um povoamento no meio do Pantanal pelas condições impostas pela distância e por sua natureza geomorfológica, guaicurus e paiaguás resistiam em suas terras de origem e aumentavam os desafios dos colonizadores. Em 1776, os guaicurus armaram uma invasão ao forte e mataram metade de seus ocupantes, fato que interrompeu qualquer contato amistoso entre estes e os portugueses por mais de dez anos, entre 1778-1789 (SOUZA, 1973).

Ito (2000) aponta que, em 1789, a população do vilarejo oscilava em torno de 150 a 200 pessoas e Lúcia Salsa Correa (1981) fornece dados de que em 1791 esse número era de 239 habitantes. Numa tentativa de instituir a paz com os indígenas, em 1791, os portugueses estabeleceram alianças com os indígenas guaicurus. Essa aliança foi o primeiro passo para garantir de vez a posse da região para Portugal, auxiliando ainda a repelir a presença dos paiaguazes. Dez anos depois do acordo com os guaicurus, a paz na região mais uma vez foi abalada pela tentativa de invasão de 800 soldados espanhóis, que acabaram repelidos. (LE BOURLEGAT, 2000)

O porto, que hoje sedia o Banho de São João tem uma importância cultural inquestionável, mas teve nos séculos anteriores enorme importância estratégica: inicialmente, do ponto de vista militar, quando da iniciativa de colonização da região e das disputas com a Espanha ainda no início do século XIX; posteriormente, cresce o interesse econômico, devido ao porto representar um importante entreposto comercial para o interior do continente após a Guerra do Paraguai (LE BOURLEGAT, 2000; SOUZA, 1973).

Segundo João Carlos de Souza, o primeiro século do povoado foi marcado por sua existência como uma vila, servindo de apoio ao Forte Coimbra e sem grandes mudanças (SOUZA, 2004, p. 331). Em complementaridade ao pensamento de Souza, Sena destaca que,

Sua elevação à categoria de vila ocorreu em 1862 [...] A efetiva instalação da Vila ocorreu somente com o término do conflito (Guerra do Paraguai). Com a reabertura da navegação, as atividades comerciais, extrativas e agropecuárias ganharam um melhoramento [...] Nacionais e estrangeiros de diferentes países passaram ou se fixaram em Corumbá que, gradativamente, tornava-se o entreposto comercial da província e o principal ambiente urbano da sua porção sul. (SENA, 2015, p. 39-40)

Apesar de a fundação da cidade ser do século XVIII, somente após o conflito entre as nações da tríplice aliança e as tropas de Solano López é que a cidade ganha seus contornos urbanos mais modernos, exercendo centralidade econômica na região sul da província do Mato Grosso e se tornando um ponto de reconhecida importância militar. Na década de 1870, no contexto pós-guerra, recebendo ainda efetivos do exército e da marinha e favorecida por isenção de impostos, acolheu um fluxo de imigrantes de diversas nações – “[...] paraguaios, bolivianos, italianos, portugueses e posteriormente, sírio libaneses (SOUZA, 2005, p. 1). A cidade, que, em 1864, tinha uma população com por volta de 1.500 pessoas, chegou ao triplo disso até o início dos anos 1880.

Aprofundar na trajetória histórica de Corumbá não tem como objetivo apenas um apelo temporal ou descritivo — embora essas características sejam relevantes para contextualizar nosso objeto —, mas sim introduzir o tema da tese a partir do espaço de maior visibilidade da festa: o Porto Geral, onde ocorre o banho do santo, e que representa um ponto central na publicidade do evento.

Pensar sobre o Porto e suas características não têm função unicamente estética, mas objetiva levantar elementos histórico-culturais que marcam a construção daquela sociedade em específico. Como vimos, é no Porto que nasce o primeiro vilarejo e aonde chegam primeiros (i)migrantes da cidade.

O Porto é a “frente” de Corumbá, a chegada pelo asfalto, “as costas” e a história da cidade é prova disso. O Porto é seu cartão postal, sua pedra fundamental, é onde ocorreram os eventos belicosos do século XIX e onde se concentram suas festividades no século XX. É nesse ancoradouro que a vastidão do Pantanal fica evidente e demonstra também as enormes distâncias para se chegar a um dos maiores municípios do país<sup>3</sup>, distante da capital Campo Grande a 420km. De lá, tem-se ainda importante visão da fronteira com a Bolívia. A ligação com o país vizinho é marcante na cidade e submete ambas a trocas culturais e econômicas desde o início do século XX, quando a pungente economia da cidade atraía também os comerciantes do país vizinho.

---

<sup>3</sup> Segundo publicação do IBGE de 2019, Corumbá é o 11º município em extensão territorial do país (IBGE, 2019) e o 289º em números absolutos de sua população com 112 mil habitantes (IBGE, 2010).

A soma de todas as características, como, por exemplo, a posição geográfica, a longevidade, a multiculturalidade<sup>4</sup>, seu cenário histórico e sua biodiversidade produziram um calendário festivo também bastante diverso. São muitas as tradições a serem celebradas em Corumbá. Sejam celebrações de feitos militares, festas em homenagens a santos, ou shows pirotécnicos de virada de ano, o palco é o mesmo: o Porto Geral da cidade.

Para compreendermos a festa do Banho de São João e seus pormenores precisamos percorrer um longo caminho. Iniciamos o percurso no porto da cidade, resgatando seu passado com a ocupação portuguesa, e seguiremos agora pelo primeiro eixo historiográfico apresentado na introdução: conhecer a cidade, suas diversidades e especificidades para que possamos examinar com mais embasamento alguns elementos da festa.

O fio condutor para acessar esses elementos foi o calendário festivo da cidade. Por meio deste anuário, observamos fatores históricos, sociais, econômicos e culturais a respeito da cidade e de nosso objeto de estudo.

### **1.1. Um almanaque: Corumbá das festas**

Neste tópico, como enunciado, conheceremos mais sobre a sociedade que se desenvolveu a partir da comunidade de Albuquerque, para observar as especificidades e as pessoas que constroem o Banho de São João, em Corumbá. Para tanto, utilizaremos o calendário de festas da cidade por entender que esse reflete alguns elementos importantes para a análise de nossas fontes. Primeiramente, pois é reflexo direto das práticas dos cidadãos da cidade, o que nos elucidará sobre suas origens e características; depois, porque não o faremos de maneira aleatória, mas selecionaremos eventos que de alguma forma marcaram a história da cidade, seja pela longevidade – e da tradição –, seja pela participação de grupos sociais específicos importantes para o município; e, por último, porque buscamos observar eventos que de alguma forma são demarcados e interseccionados pelos interesses da política local e seus agentes tradicionais.

Nessa perspectiva, é importante relatar que Corumbá desenvolve suas atividades turísticas com foco em dois segmentos: o Turismo de Pesca e o Turismo de Eventos. Ambos visam mobilizar, segundo o estudo apresentado por Elisabeth Salvador *et. Al.* (2021), uma

---

<sup>4</sup> O conceito de multiculturalismo é vário, compreendemos que se trata de um movimento dentro da globalização que constrói sociedades com culturas diversas a partir de movimentos migratórios distintos e que neste novo ambiente constroem relações e sociedades com determinadas especificidades dado àquele encontro específico de determinados grupos de pessoas (PEREIRA RAMOS, 2013).

cadeia de serviços que envolve operadoras e agências de turismo, transporte, hospedagem e alimentação, contando também com diretivas e normas, estabelecidas por instituições responsáveis por garantir o funcionamento adequado desse setor, como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cursos técnicos, órgãos da legislação ambiental e instituições governamentais. Especificamente, no caso do turismo de eventos estão envolvidas empresas organizadoras, serviços de promoção e marketing, além do comércio informal.

Ainda sob um olhar cauteloso, se faz importante notar que uma característica importante de Corumbá é ser uma cidade fronteiriça, e isso chama a atenção quando se conhece a cidade. Não é raro encontrar carros nas ruas com placas da Bolívia, músicas em espanhol ou comerciantes falando castelhano. Elementos fundamentais do que se pode entender como multiculturalismo.

Essa proximidade promove um intercâmbio cultural na região que se reflete no comércio, na linguagem, na culinária e, claro, nas festas. Ademais permite que Corumbá receba turistas das cidades bolivianas próximas, como Porto Quijarro e Porto Suárez, bem como de lugares mais distantes como Santa Cruz de La Sierra<sup>5</sup>. Do lado brasileiro, as pessoas vêm de Miranda, Aquidauana, Campo Grande e de outras cidades do estado para participar dos diferentes eventos.

Todo o intercâmbio cultural mencionado, aliado aos interesses econômicos do setor do turismo, reflete-se no calendário festivo da cidade. Esse calendário apresenta uma variedade de eventos religiosos e não religiosos, que permitem compreender como está organizado o município de Corumbá e como sua população é constituída. Dessa forma, utilizou-se o anuário festivo como guia, como fio condutor, observando ao longo dos meses do ano, os contextos sócio-históricos da cidade e a apropriação das festividades pelo poder público.

Iniciando pelo mês de janeiro, a cidade é marcada pelas altas temperaturas do verão que podem chegar à média de 34 graus. Bailes particulares, nos clubes da cidade, e eventos que prenunciam o carnaval são os que movimentam a cidade. Vários são os eventos que antecipam a folia: concursos de fantasias, o “grito de carnaval”, organizado pela Liga Independente dos Blocos Carnavalescos de Corumbá (Libloc), e festas particulares de

---

<sup>5</sup> A relação entre brasileiros e bolivianos é bastante complexa. Para melhor compreendê-la, indicamos o artigo de Gustavo da Costa, “Os Bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira” (COSTA, 2015) e o trabalho de Pedro Rabello “Bolivianos do altiplano em Corumbá: Trajetórias migratórias e experiências” (RABELLO, 2014). Ainda indicamos, sob a ótica do hibridismo cultural o artigo de Edgar Aparecido da Costa “Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira”. (DA COSTA, 2012)

arrecadação de fundos para a organização dos blocos movimentam bastante a cidade. No mês mencionado, a própria prefeitura envolve-se com a preparação do carnaval – que é um evento bastante grande – com o concurso de marchinhas e/ou o desfile de fantasias.

Fevereiro inicia com um feriado municipal, no dia 2, quando é celebrado o Dia de Nossa Senhora da Candelária. A padroeira da cidade tem uma catedral homônima, que remonta ao século XIX, de frente para a praça da República. Fundada em 1877 e tombada como patrimônio em 2021, a catedral reúne, ao longo do dia, em missas, devotos, cidadãos e turistas interessados na construção centenária (FUNDAÇÃO DE CULTURA, 2022). Desde a segunda metade de janeiro, iniciam-se novenas e até carreatas em homenagem à santa. Este primeiro evento oficial da cidade já traz uma marca importante da sociedade corumbaense: a forte presença do catolicismo, como observamos pela data da construção da catedral, há mais de cem anos.

Aqui, ressalta-se outro importante aspecto da sociedade corumbaense, presente no senso comum ou em textos acadêmicos, é a ideia da longevidade das coisas em Corumbá, um conceito que serve como um forte apelo para a legitimação das práticas e patrimônios da cidade. Não se trata de uma invocação injustificada ou etérea, mas de uma longevidade que encontra embasamento na materialidade da cidade: nas vielas apertadas de paralelepípedos perto do rio, nas ladeiras, nas construções antigas e, claro, nas práticas consideradas tradicionais. Ao final deste capítulo pensaremos um pouco sobre esta ideia de tradição tão repetida e com contornos tão difusos, principalmente, no que diz respeito a São João. Quanto à longevidade, ela se destaca ao longo deste texto.

Ainda no que tange o mês de fevereiro, depois das novenas e da festa santa de Nossa Senhora da Candelária, o profano se espalha entre os devotos. É tempo do esperado carnaval, o principal evento da cidade, que traz milhares de turistas. Segundo dados da prefeitura, ainda em 2020 (último carnaval antes da pandemia de covid-19), a programação foi extensa, com quase um mês de duração, e contemplava atividades que antecederiam os dias de carnaval, como ensaios das escolas de samba, a eleição do Rei Momo, festas de arrecadação de fundos, o “grito de carnaval” da Liga Independente dos Blocos Carnavalescos de Corumbá (Libloc), rodas de samba e as atividades, propriamente, dos dias de carnaval (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2020).

Durante o carnaval, a cidade, que tem pouco mais de 110 mil habitantes recebe entre 40 e 50 mil turistas vindos de todas as partes do estado (NACHIF; ALVES, 2018, p. 297). Os blocos atraem uma grande parte do público que participa de festas privadas antes de descerem para os desfiles na Passarela do Samba, localizada na Avenida General Rondon. É nesse

espaço que os turistas assistem aos desfiles das escolas de samba, dez no total, à descida dos blocos, ao desfile da Corte de Momo, além de shows locais e nacionais.

Festa centenária e longeva, o carnaval é celebrado desde o século XIX em Corumbá (SOUZA, p. 346, 2004). Em entrevista ao portal G1, o presidente da Liga independente das Escolas de Samba de Corumbá (Liesco), Victor Raphael, afirmou que o carnaval corumbaense é um “irmão caçula” do carnaval do Rio de Janeiro, destacando que o evento sul-mato-grossense tem características semelhantes ao carioca, como a presença da bateria, ala das baianas e casal de mestre-sala e porta-bandeira (BARROS, 2022). Ou, nas palavras do atual prefeito da cidade, Marcelo Iunes, “o carnaval é muito importante, promove geração de emprego e renda para muitas famílias, além de movimentar a nossa economia local” (MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, 2022).

Observamos, na fala do prefeito, um destaque diretamente voltado para os interesses econômicos da festa. Em sua fala, na entrevista supracitada não são salientados aspectos culturais ou identitários, mas sim “geração de emprego” e “movimentar nossa economia”. O olhar do poder público parece estar mais direcionado para extrair capital – seja financeiro ou político – das festas populares.

A importância da festa para a cidade é inegável, mas sem perder de vista nosso objeto, o Banho de São João, em Corumbá, é imprescindível observar como essa ambiência carnavalesca construída pelo corumbaense repete-se, em alguma medida, na festa do Santo. Duas grandes festas populares na mesma cidade. Sem cair em falsas simetrias, mas levando em consideração que se repetem os espaços, os agentes – moradores, turistas e gestores –, as ladeiras, a bebida, os ambulantes, o interesse do poder público e tantos outros elementos, como não ver um pouco de carnaval no São João? Quando a banda que acompanha os andores acelera seu ritmo e a ladainha ganha ritmo de marchinha, quando as pessoas, dançando e jogando confetes, sobrepõem-se à normalidade do cotidiano, disso, surge em nossa mente: não tem um ‘quê’ de carnavalesco o Banho de São João, em Corumbá?

O paralelo entre as duas festas tem ainda outros elementos, além desses, segundo João Carlos de Souza (2004). Ambos são produto das camadas populares, que dentro de um movimento civilizatório com a repetição de práticas, e sob os instrumentos de controle estabelecidos pelo progresso disciplinador, burlam os sistemas vigentes e dão seus contornos próprios, misturam o sagrado e o profano, com particularidades trazidas pela “riqueza de várias tradições que foram sendo incorporadas.” (SOUZA, 2004, p. 355)

A análise do carnaval permite ainda identificar outra característica importante dessa região, que volta à história que construímos no tópico anterior: a presença de marinheiros e

membros do exército na cidade Branca. Como vimos, após a guerra do Paraguai e com o intuito de ocupar definitivamente a região, o núcleo urbano se desenvolveu, e com ele foi criado o 6º Distrito Naval em Ladário, o que promoveu a grande presença de marinheiros. (NACHIF; ALVES, 2018)

Com isso, a partir do século XX, eram enviados homens do Rio de Janeiro para o Mato Grosso do Sul – à época, ainda região Sul da província de Mato Grosso – e a chegada desses sujeitos teria influenciado, diretamente, a criação e popularização do carnaval corumbaense. Inicialmente, os festejos eram realizados em Ladário e contavam com a presença de marinheiros e amigos locais, mas com o crescimento de Corumbá, a festa mudou de cidade (PASSAMANI, 2016). Essa presença de marinheiros vindos do Rio de Janeiro também influenciou diretamente o formato da festa, como afirmam Denise Nachif e Gilberto Alves, a saber: “a presença na região do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil contribuiu para a instauração do modelo carnavalesco carioca, [...] e estimulou o aparecimento de escolas de samba” (NACHIF E ALVES, 2018, p. 298). Esse fato corrobora com a tese da influência carioca sobre outras festas de carnaval, como apontam as autoras Jorceli Chaparro e Eliana Lamberti:

O carnaval, outra festa de tradição, tem sua origem no município após a Guerra do Paraguai. Isso pelo fato de o município de Ladário, que fazia parte da cidade de Corumbá, ter sido escolhida para sediar o Arsenal da Marinha (transferido de Cuiabá para Ladário em 14 de Março de 1873), devido à sua posição estratégica para a defesa oeste do estado. Desse modo, desembarcaram militares cariocas para o 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil, os quais trouxeram com suas bagagens, na década de 1930, a alegria dos primeiros carnavais que aconteciam na cidade do Rio de Janeiro, como uma forma de amenizar a saudade. Isso explica o carnaval cultural com a Corte de Momo, a Ala dos Marinheiros, as Marchinhas, o Corso com a batalha de Confetes, os Cordões Carnavalescos oriundos dos carnavais da Cidade Maravilhosa daqueles tempos. E, posteriormente, as Escolas de Samba, organizadas pela Liga Independente da Escola de Samba de Corumbá – LIESCO, que mantém o Carnaval como o melhor Carnaval Cultural do Centro-Oeste. No ano de 2017, o citado evento contou com a participação de mais de 11 mil turistas (CHAPARRO; LAMBERTI, 2018, p. 184).

Essa presença da marinha e sua importância para a cidade não ficou estancada no passado, segundo artigo de Moraes, Menezes e Pinto,

Os resultados demonstram que as cidades estão tendo sua taxa de crescimento influenciada pela presença institucional da Marinha do Brasil, em especial o setor de vendas do comércio, que são afetados por dados de mídia, como taxa de crescimento dos gastos públicos divulgadas pelos órgãos federais. (MORAES; MENEZEZ; PINTO, 2015, p. 17)

Os autores avaliam os impactos no desenvolvimento da região de Corumbá e Ladário a partir dos gastos institucionais em defesa da Marinha do Brasil, os investimentos em

infraestrutura, gastos com pessoal e despesas básicas não são aportes pequenos e garantem o interesse e uma certa influência econômica, mas também, cultural desta instituição na cidade.

Novamente, o aspecto longevidade histórica se faz presente. Se a catedral da Candelária celebra mais de 100 anos, a presença da Marinha não é menos antiga, tampouco o carnaval. Somando-se a esses elementos históricos, destaca-se também a festa do Divino Espírito Santo, realizada em maio, como um patrimônio imaterial da cidade.

Na comunidade rural de Albuquerque, realiza-se uma procissão com a Bandeira do Divino, seguida de uma missa e de um baile que atraem muitos fiéis. Em 2022, foi protocolado um pedido de reconhecimento da festa como Patrimônio Imaterial de Corumbá, justificando-se que o festejo ocorre há mais de 200 anos no distrito (ASCOM CÂMARA MUNICIPAL, 2022).

Segundo a tradição oral, a festa remonta aos tempos da fundação do vilarejo. A celebração começa com uma procissão, seguida de missa e baile, reunindo muitos devotos na comunidade. Sem uma data fixa, o evento acontece anualmente no domingo de Pentecostes — geralmente em maio, cinquenta dias após o domingo de Páscoa.

O Distrito de Albuquerque, localizado a 60 km de Corumbá, apesar da aparente distância, conecta-se ao passado da cidade e às suas origens nas margens do rio. Ao falar sobre Corumbá, inevitavelmente somos levados a revisitar esse passado e suas tradições.

Apesar da conexão temporal ter-nos feito saltar do carnaval de fevereiro para a festa do Divino, em maio, não é esse o único motivo. Os meses de março e abril são de ressaca do carnaval e preparação para as festas de maio e junho, com grande enfoque no São João. É claro que as festividades não são interrompidas, mas aquelas incentivadas pelo poder público se concentram nesses chamados grandes eventos.

Março e abril, então, apesar de não promoverem grandes festividades públicas, assistem a uma especificidade de Corumbá. O jejum e a celebração do Ramadã pela significativa parcela de origem palestina-muçulmana na cidade, com ênfase para os imigrantes sírio-libaneses. A presença desses grupos em Corumbá remete ainda ao século XIX e sua ascensão social na cidade à primeira metade do século XX (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2016).

Machado de Oliveira e Monseff Junqueira asseveram que não foi possível

[...] marcar os nomes dos primeiros desse grupo de imigrantes a aportarem naquela cidade nem a-ta-los, embora tenhamos encontrado registros de processos crime no acervo histórico do Fórum da cidade, que datam a presença deles no ano de 1872. [...] Outro aspecto importante para que sírios e libaneses migrassem em direção à Corumbá era o encantamento econômico que a cidade produzia, fruto de seu

comércio internacional, derivado de franqueamento tributários promovidos pelo Imperador Dom Pedro II [...] vários comerciantes, de diversas nacionalidades, acumularam significativas fortunas e adquiriram expressivos espaços políticos, como, por exemplo, os franceses Philbois, os macedônios Dichoff e Panoff, os portugueses Cavassa e Baís, os uruguaios Vasquez e os alemães Otto. [...] O comércio foi de todas as alternativas a mais explorada pelos imigrantes sírios e libaneses em Corumbá. (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2016, p. 391-392).

Do excerto dos autores, fica clara, além da chegada e importante presença dos grupos sírio-libaneses no comércio da cidade, a relevância econômica que a cidade teve nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, atraindo migrantes e imigrantes. Alemães, Franceses, Macedônios, Portugueses e Uruguaios nos servem de exemplo de culturas que encontram em Corumbá morada e prosperidade.

Mas voltemos ao nosso fio condutor, o calendário festivo de Corumbá. Como pudemos observar até agora, o turismo de eventos é um ponto essencial para a economia e cultura corumbaense. Do ponto de vista econômico, conforme aponta Salvador *et. Al.* (2021, p. 734) “no que tange aos recursos públicos investidos podemos enfatizar que depois do carnaval local, o banho de São João é a segunda fonte de renda correlacionada ao turismo de eventos em Corumbá”.

O período junino tem papel importante neste anuário. Movimentando a cidade há mais de cem anos, as festas dos Santos do mês de junho além de acessarem o argumento de autoridade da longevidade, da tradição, têm grande atenção do poder público por seu potencial político e econômico. Ademais das festas católicas de Santo Antônio, São João, São Pedro e São Paulo, o mês de junho celebra um feito militar importante para a cidade. Vamos observar um pouco sobre esses eventos.

Quando contava ainda com 5000 habitantes durante a Guerra do Paraguai, “Corumbá, em 1865, foi invadida pelos paraguaios e retomada em 13 de junho de 1867”, sob o comando do tenente-coronel Antonio Maria Coelho (ITO, 2000, p.70). Essa vitória militar representou, e foi construída como, um feito heroico que haveria de ser celebrado ainda por muitos anos.

Segundo Divino Marcos Sena (2015), a câmara municipal do período imperial, especialmente, nas décadas de 1870 e 1880, buscava a construção de símbolos, elegendo datas, fatos e personagens a serem louvados. A retomada de Corumbá e a construção de seu herói Antônio Maria Coelho fazem parte desse constructo. Como vimos a vitória na guerra do Paraguai foi de extrema importância e alçou a cidade, economicamente, a outros patamares, tanto em valores totais quanto no que diz respeito à sua influência para a região central do

continente. Corumbá, após o 13 de junho de 1867, é outra<sup>6</sup>. De fato, a data é um marco na cidade, divide o vilarejo e um forte – facilmente invadidos pelas tropas lopiztas – de um centro urbano com relevante desenvolvimento econômico.

Pelo menos desde a década de 1870, temos registro de eventos organizados pelo município nesta data,

[...] sendo o dia 13 do corrente [junho de 1877], aniversário de um dos mais brilhantes feitos das Armas Imperiais [...] a câmara municipal [...] traduzindo os elevados sentimentos de patriotismo [...] convida por isso a todos os seus habitantes [...] iluminem a frente de suas casas nas noites dos dias 12, 13 e 14 (SENA, 2015, p.44).

Esta citação, de Divino Marcos Sena, traz o texto de editais expostos em locais públicos pelos agentes da câmara municipal como incentivo às celebrações do 13 de junho. Dela podemos inferir dois elementos importantes: o primeiro é a relevância da data para a construção da identidade da cidade – como citamos, e esse texto não foge a essa regra, mesmo em textos acadêmicos como o texto de Sena, a distância no tempo justifica e legitima o objeto de estudo – e o segundo é o incentivo da câmara municipal para que os habitantes iluminem suas casas. Essa sugestão, por um lado reforça os laços identitários desses, e por outro, numa sociedade recém retomada militarmente, tem som de normativa, de cumpra-se. Mais adiante, ao observar o São João, nos deteremos melhor neste tópico que, outra vez, imbrica o interesse dos gestores públicos e os modos de ser e fazer da existência privada.

Misturados a esse feriado, celebrado há pelo menos 140 anos, estão os muitos devotos que celebram Santo Antônio, o santo casamenteiro. Fazem novenas, promessas, simpatias e até “ameaças” ao Santo para alcançar graças e conseguir casamento. Ao final, como forma de agradecimento, oferecem festas para a comunidade.

A popularidade das festas juninas data ainda do século XIX, conforme descrito por Souza:

As festas juninas eram tradicionais em Corumbá. Nos periódicos do final do século XIX, há referências a elas. Identificamos as primeiras menções no jornal *O Iniciador*, de junho de 1882 e 1883, especialmente sobre as festas de Santo Antônio e São João. Na primeira década do século XX, no artigo “Festas tradicionais”, o *Autonomista* comentava que os santos católicos Santo Antônio e São João haviam sido muito festejados em junho de 1908, com fogueiras, balões e todas as classes de jogos de salão (SOUZA, 2004, p. 333).

---

<sup>6</sup> Importante registrar que conforme demonstra Lúcia Salsa Correa, entre 1867 e 1910, no período da retomada e nos subsequentes, Corumbá fora acometida por 34 surtos epidêmicos e especificamente em 1886-1887 houve uma desastrosa epidemia de cólera e entre 1889-90 a febre amarela assolou a cidade (CORREA, 1981, p. 92-94).

Dez dias depois temos o ápice de público para esse período do ano em Corumbá com o banho de São João, pois a festa atrai diversos turistas, tanto do Brasil, quanto da Bolívia. Segundo pesquisa de fluxo turístico do ano de 2019, o fluxo de pessoas nesse ano foi de 70 mil pessoas, uma média de 17,5 mil pessoas por noite, entre turistas e residentes (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2019, p.04).

O festejo tem uma extensa programação com destaque para a noite de 23 de junho quando acontece o banho de São João nas águas do rio Paraguai, segundo Santos, “[...] a festa acontece de três a quatro dias, atraindo milhares de turistas todos os anos, inclusive da Bolívia, do Chile e Paraguai, os quais representam 12% do turismo” (SANTOS *et al*, p. 34, 2015), dos turistas brasileiros, os estados mais expressivos são Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina<sup>7</sup>.

Então, finalizando os festejos juninos, no dia 29 de junho, temos a festa de São Pedro e São Paulo. Além de festejar os santos, a festa marca a retirada do Mastro de São João que foi hasteado no dia 23, encerrando o período junino.

Ao observar as festas com atenção, fica evidente uma característica da sociedade corumbaense, ou seja, a diversidade religiosa. Chama-nos a atenção que, especificamente, na festa de São João participem festeiros católicos, da umbanda, do candomblé e espíritas.

Essa presença da matriz africana na festa de São João é explicada por meio do sincretismo, uma vez que o Orixá africano Xangô é São João Batista. Os festeiros da umbanda ou do candomblé participam da festa levando a imagem de São João menino em seus andores. A festeira Elenina Paula de Souza da Silva explica um pouco dessa relação entre o orixá e os santos católicos:

É que São João pra nós é Xangô novo, então nós sempre louvamos Xangô [...] é Xangô novo pra nós São João porque São João é um menino festeiro [...] ele gosta de festa. Já São Pedro a gente fala que é Xangô velho, porque já é mais adulto, não gosta muito dessas coisas, então a gente fala São João é Xangô novo que gosta da festa [...] (SOUZA, 2021).

A partir da fala de Elenina, podemos perceber elementos relacionados a construção da sociedade brasileira, ao sincretismo próprio das relações entre Estado e escravos<sup>8</sup>, negociações e conflitos<sup>9</sup> que construíram novas leituras religiosas, sociais e políticas. Cantada

---

<sup>7</sup> Dados do ano de 2014 (SANTOS *et. al.*, 2015)

<sup>8</sup> Sobre a presença de pessoas escravizadas na construção da sociedade corumbaense ver: CANCIAN, 2021, p. 60-102.

<sup>9</sup> O termo negociações e conflitos foi utilizado em referência à obra *Negociação e conflito* de João José Reis e Eduardo Silva (1988) que aborda a resistência negra no Brasil escravista, mostrando como aponta seu título as relações ora conflituosas ora barganhadas entre os distintos atores sociais.

por Gilberto Gil, a relação de Xangô está imbricada com os santos do período junino, Xangô novo, menino, é São João e Xangô velho é São Pedro.

A ligação entre as figuras religiosas parte ainda de um elemento importante para o festejo, a fogueira. Se do lado católico essa remonta às práticas pagãs e jesuíticas, à renovação ou ao acordo entre Isabel e Maria (passagem bíblica), para a matriz africana, o poder do fogo é de Xangô, entidade da justiça e da sabedoria. Para os festeiros de religiões de matriz africana a festa começa ainda no dia 22 com trabalhos para os pretos velhos e para Xangô.

Outro festejo que está ligado às religiões de matriz africana é Cosme e Damião, tradicionalmente, comemorado em Corumbá no dia 12 de outubro. Na data, as crianças da cidade recebem guloseimas como doces, pipoca, balas e refrigerante que são distribuídas em frente às casas. Nas religiões de matriz africana Cosme e Damião são conhecidos como os orixás Ibejis, os filhos gêmeos de Xangô e Iansã. Para o catolicismo, Cosme e Damião foram médicos que viveram na Ásia Menor e curavam pessoas e animais de forma gratuita, porém foram perseguidos e mortos pelo Império Romano.

De acordo com Casali (2016), as casas de candomblé organizam sua vida cotidiana de acordo com os preceitos de seu Pai de Santo, dessa forma, os calendários festivos podem apresentar variações locais e regionais. Ainda de acordo com o autor, essas diferenças acontecem devido à própria formação das religiões de matriz afro no Brasil e a necessidade de se *negociar* os elementos culturais trazidos da África com o catolicismo.

Para Ana Claudia Marques Viegas e Sérgio Ricardo Oliveira Martins (2015), é difícil quantificar o número de terreiros existentes em Corumbá, pois a mídia local considera que sejam por volta de 200, mas algumas reportagens já citaram 1200. Ainda segundo os autores, durante a realização da pesquisa, o líder religioso da Umbanda, Pai Hamilton da Costa Garcia, relatou que existem 490 terreiros registrados em Corumbá e esse número que pode ser muito maior, pois não se consideram os informais.

Nesse sentido, mesmo que todas as casas não sigam o mesmo calendário, o número de terreiros existentes em Corumbá indica a importância das religiões de matriz africana para a população local e para o circuito festivo da cidade. No caso específico do Banho de São João, a presença dos festeiros de matriz afro é grande e essa é uma característica importante tanto da região, quanto da festa.

Uma vez que as maiores festas populares da cidade já passaram, a partir de junho e julho, a prefeitura passa a investir em shows públicos e festivais, apostando em outros formatos para angariar capital político e econômico.

Como mencionado anteriormente, Salvador *et. al.* (2021) destacam que o turismo em Corumbá é promovido a partir de dois segmentos: o turismo de eventos e o turismo de pesca. As festas, como o Carnaval e o São João, estão relacionadas ao primeiro segmento. Contudo, em meses como julho e agosto, quando não há eventos de forte apelo histórico, tradicional ou de pertencimento, o município busca preencher essa lacuna com iniciativas próprias. Alguns desses eventos são organizados exclusivamente pelo município, enquanto outros resultam de parcerias com o governo federal e até com outras nações.

Uma iniciativa do município que se destaca nessa linha alternativa, desde 2004, é o Festival América do Sul. O evento conta com 17 edições e promove a integração de diversos países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, chegando a movimentar mais de 100 mil pessoas (FLUD; ARAUJO, 2020, p. 8).

No ano de 2022, o Festival foi realizado nas cidades de Corumbá e Ladário, no Brasil, e em Puerto Suarez e Puerto Quijaro, na Bolívia. Segundo a Fundação de Cultura, o evento “une pela arte, gastronomia e inclusão de pessoas de idiomas e costumes diferentes, mas com muito a compartilhar em quatro dias de intensa troca cultural” (FUNDAÇÃO DE CULTURA, 2022). Segundo Suzana Flud e Ana Paula Araújo (2020), o objetivo da promoção deste festival não se restringe às somas financeiras, mas à construção de uma identidade territorial da fronteira Brasil-Bolívia. Essas autoras apontam que Corumbá e Porto Quijarro foram consideradas cidades-gêmeas<sup>10</sup> e suas interinfluências são múltiplas e correlatas.

Outro festival que movimenta a cidade é o Festival Internacional de Pesca Esportiva, FIPEC, realizado em Corumbá anualmente. O evento tem programação destinada a adultos e crianças, além de shows e outras atividades realizadas no Porto Geral (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2022).

O turismo da pesca é muito importante para a cidade e, apesar de ter se consolidado nos anos 1980, desde a década de 1970, tem se desenvolvido e atraído turistas de diversos lugares atendendo aos anseios do executivo de movimentar a economia local e dar visibilidade para a região pantaneira. De acordo com Fátima Aparecida Machado Andrade e Roberto Ortiz Paixão (2004), a geração de emprego e renda em Corumbá é significativa, embora os autores ressaltem a ausência de uma sistematização adequada dos dados. Esse

---

<sup>10</sup> “Corumbá foi considerada oficialmente pelo Ministério da Integração “cidadegêmea”, via Portaria n. 125, de 21.3.20141, por apresentar grande potencial de integração econômica e cultural com países vizinhos. O conceito estampado no artigo primeiro dessa Portaria exige que o município seja cortado por linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura; tenha individualmente, população superior a dois mil habitantes e evidencie a integração econômica e cultural entre os dois países” (MARTINS; OLIVEIRA NETO, 2015, p. 3).

cenário envolve a mobilização de pescadores profissionais, guias de pesca, pilotos, proprietários de embarcações, além da rede hoteleira e empresários locais de diversos setores.

Foram 1.161 empregos ligados, diretamente, ao setor na cidade que atenderam entre os anos de 1996 e 2002, quase 200 mil pescadores profissionais, o ano com menor número de visitas foi 2002 que registrou 13.827 pescadores, e o recorde de visitas se deu no ano 2000, com um total de 42.223 pessoas.

Em agosto, um elemento significativo da sociedade corumbaense ganha destaque. No dia 15, a comunidade boliviana celebra, há pelo menos 30 anos, a Virgem de Urkupiña, padroeira da Bolívia (MARTINS; OLIVEIRA NETO, 2015). Esse evento reforça a presença e a relevância da cultura boliviana em Corumbá, expressa por meio da culinária, do comércio e das ricas interações da cultura fronteiriça.

Quando chega o mês de setembro, dois feriados, um federal e um municipal, são aproveitados pelos gestores para explorar os sentimentos patriótico e identitário. No dia 7, ocorrem as celebrações da independência do Brasil e depois, no dia 21 de setembro, quando se celebra a fundação da cidade por ordem do então governador da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque.

Ambos os eventos contam com desfiles das escolas, fanfarras, manobras militares com exposições pelas principais avenidas da cidade e milhares de pessoas reunidas nas ruas do centro. Novamente, ambulantes atendem a população em suas necessidades, todavia um público bastante mais contido está presente, diferente daquele público carnavalesco. No mês de setembro, a participação da população que observa as festas está restrita a assistir aos desfiles, sem danças, mas com vínculo bastante importante para a população.

Assim como em outras festas que observamos, a gestão pública une diferentes interesses. Se por um lado aquece a economia e angaria capital político, por outro mantém a população sob controle, induzindo-os ao respeito à autoridade, à exaltação de heróis cuidadosamente selecionados e aprofunda os vínculos identitários.

No ano de 2022, em novembro, outro evento foi retomado com o intuito de tirar proveito das características naturais do Pantanal, o Eco Pantanal Extremo. Esse evento busca atingir outro público, os atletas. Seis modalidades esportivas objetivam colocar Corumbá no cenário nacional destas práticas, dessa forma, corrida, pedalada, canoagem e até provas de tiro reuniram na cidade mais de 1.400 atletas inscritos, oferecendo premiações que somadas chegavam a 70 mil reais (FUNDESPORTE, 2022).

Para finalizar nossa descrição deste anuário corumbaense, o mês de dezembro traz consigo grandes expectativas. Além das festas íntimas das reuniões familiares e a celebração

do Natal que se aproxima, um evento é bastante marcante para a comunidade corumbaense. Todos os anos, entre os dias 30 e 31 de dezembro, nas águas do rio Paraguai, na mesma prainha onde se banha Xangô menino, a cidade assiste ao ritual de louvação a Iemanjá. O evento cultural, apesar de ter um recorte ligado às religiosidades de matriz africana, movimento a cidade e tem participação de religiosos diversos. As pessoas constroem pequenas embarcações com materiais leves e bem decorados. Esses barquinhos, que carregam oferendas que vão de balas e guloseimas a notas de dinheiro e objetos pessoais, são lançados no rio Paraguai como forma de homenagem e agradecimento.

Observadas essas festividades, é interessante perceber que o poder público corumbaense procura promover eventos diversos para fomentar a economia local por meio do turismo e da exploração da cultura. Eventos como o Carnaval, o Banho de São João, Festival América do Sul Pantanal e a Pesca Esportiva são exemplos de iniciativas que buscam trazer pessoas para Corumbá com o objetivo de gerar renda para os comerciantes locais, do ramo hoteleiro, da alimentação e dos passeios turísticos. Essa receita é muito importante para a cidade, uma vez que Corumbá, apesar da extração de minério de ferro, não possui um grande complexo industrial.

É possível depreender que o calendário festivo de Corumbá transita por distintos interesses e possibilidades. Tendo em vista a cultura local, sua posição geográfica, suas condições naturais e a variedade étnica de sua população, o município gera renda através de inúmeros eventos ao longo do ano. É preciso ressaltar que o panorama apresentado não seria capaz de cobrir todas as festividades, existe em Corumbá algo vivo e pulsante com as feiras espalhadas pela cidade, algumas permanentes e outras semanais que trazem produtos agrícolas dos assentamentos e das propriedades rurais, a culinária boliviana sempre presente com a saltenha, artigos da indústria têxtil que são importados do país vizinho, festivais de música *underground* que ocorrem sem anuência ou incentivo público, eventos escolares que contam com fanfarras e até as inúmeras quermesses e eventos realizados pelas comunidades.

Tendo nos familiarizado com a cidade e com seu anuário, deter-nos-emos a pensar alguns caminhos para melhor compreender o Banho de São João, em Corumbá. Para tanto, precisaremos desenvolver uma questão conceitual acerca da ideia de *tradição*, palavra tão utilizada nos domínios da festa, mas pouco delimitada. Essa, apesar de muito repetida, merece um olhar atento para que possamos observar o que é a *tradição* – ou o que pode ser – dentro da festa do Banho de São João.

## 1.2. Tradições em disputa

A festa de São João, em Corumbá, tem enorme valor para a cidade. Em verdade, diversos valores. Há um valor muito potente que é o valor histórico: os mais de 100 anos tanto servem de argumento de autoridade histórica, como também legitimam a festa. Existe ainda seu valor econômico, cujas cifras apresentaremos mais adiante no texto, existe um valor cultural vinculado a seu valor religioso e todos eles se vinculam e se amparam em um conceito: a tradição da festa.

Esse evento tão importante para os festeiros e para a cidade é considerado uma tradição em Corumbá, no entanto, é preciso pensar sobre a noção de *tradição* que utilizaremos aqui. Numa primeira análise vamos considerar o conceito proposto pelos autores Eric Hobsbawm e Terence Ranger:

Por ‘tradição inventada’ entende-se todo um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado apropriado [...] (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9).

Essa ideia de tradição inventada pode nos ajudar a compreender o contexto corumbaense, contudo com algumas ressalvas. Isso porque é difícil mapear quando a festividade começou a ser realizada em Corumbá. O ponto é que os autores enfatizam que as tradições podem ser aquelas criadas e posteriormente institucionalizadas ou então aquelas que surgiram em algum momento difícil de identificar e que depois passaram a ser repetidas. De todo modo, as tradições se repetem a partir de suas próprias regras com poucas mudanças.

No entanto, esse caráter de permanência com poucas alterações ao longo do tempo faz com que o conceito, como proposto pelos autores possa ser questionado, ainda que a festa de São João não possa ser entendida como um evento estático ou que não tenha sofrido mudanças ao longo de sua história. Pelo contrário, mesmo após o processo de institucionalização a festa sofreu alterações, algumas por parte do poder público e outras pelos próprios festeiros, então o conceito de tradição inventada da forma como é exposto por Hobsbawm e Ranger não contempla as especificidades do festejo corumbaense. Isto mostra o nível de complexidade a respeito do objeto analisado, ou ainda, em análise.

Diante do exposto, podemos considerar a festa e, conseqüentemente, suas tradições como algo dinâmico, próximo do que propôs Michel Vovelle, “[...] assim como não há uma História imóvel, também não há uma festa imóvel [...]” (1991, p. 215). Ou seja, é salutar que

o evento festivo seja estudado e compreendido em sua própria historicidade, justamente na mistura entre o velho e o novo, entre o espontâneo e o institucional, ou ainda, entre a imposição e a resistência.

Para Edward Thompson, “longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes” (THOMPSON, 1998, p. 16). Embora o autor aborde um contexto anterior ao nosso, o excerto nos permite refletir dois aspectos. O primeiro é que o costume era uma forma de legitimar algumas práticas, então de alguma forma podemos inferir que os festeiros defendem seus posicionamentos a partir de uma ideia de legitimidade, afinal eles fazem a festa há anos, são os detentores do bem no registro como patrimônio imaterial e trazem esse argumento de autoridade quando questionam o poder público. O que nos leva ao segundo aspecto, que é o conflito que permeia as relações e as práticas culturais, mesmo que essas existam há anos e que possamos observar em festas tuteladas pelo poder público em diferentes contextos.

A ideia de que os conflitos permeiam as relações culturais é importante aqui. Segundo Thompson, é preciso ter cuidado ao analisar os conceitos de cultura e cultura popular, porque ambos podem trazer uma noção de consenso, de homogeneidade, mas na prática são carregados de muitas oposições, contradições e conflitos. Assim, Thompson assevera que

[...] não podemos esquecer que ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (THOMPSON, 1998, p. 22).

No caso de Corumbá, podemos pensar que esse emaranhado de interesses e práticas se expressa no festejo. Identificamos que, no que se refere ao Banho, o poder público buscou, se não criar uma tradição específica, alterar as já existentes ou exigir que o ritual acontecesse em um lugar específico: a prainha do Porto Geral. Além disso, criou tradições como o concurso de andores e de quadrilhas, bem como adicionou os shows à programação com objetivos bastante específicos.

Ao analisar, especificamente, as festas juninas realizadas em contextos urbanos, Elizabeth Lima as compreende “[...] como um constante movimento de criação, recriação, apropriação e conservação da tradição [...]” (2008, p. 21). A autora considera que esses diferentes movimentos trazem os elementos que são considerados tradicionais das festas

juninas, que seriam o resultado de um saber popular, ao mesmo tempo, em que inserem outros cujo objetivo é a espetacularização da festa.

Assim, como o exemplo de Campina Grande citado pela autora ao longo de seu texto, em Corumbá também podemos perceber essa movimentação, pois há uma mistura de elementos novos e antigos. Uma parte das práticas é oriunda da própria longevidade da festa, devido a algumas famílias fazerem a festa há décadas, passando o santo de geração em geração. Outras foram acrescentadas/impostas pelo poder público, responsável por promover o festejo, ou negociadas com os festeiros, peças importantes para o sucesso do evento.

Sendo assim, as tradições da festa corumbaense são uma grande fusão dos ajustes feitos ao longo da própria história da festa. Dentre essas características que são definidas pelos festeiros e agentes públicos como tradicionais está a comida servida aos convidados, carregar o santo no andor decorado de vermelho e branco, fazer a novena, banhar a imagem na data de 23 de junho, dentre outras. A tradição é composta pelas memórias que os festeiros têm das festas que eram feitas pelos avós ou pelos vizinhos, de práticas adotadas por eles há alguns anos, por elementos incluídos pelo poder público e por ritos que ninguém é capaz de identificar uma origem única.

Compreendemos que a tradição, se mais ou se menos inventada, faz parte de uma narrativa importante na legitimidade da festa e em sua comercialização como evento turístico. Pensamos nela não como um bastião defensor das práticas consideradas mais verdadeiras por determinados grupos, tampouco de forma superficial como simples continuidade de costumes e modos de fazer. Dessarte, compreenderemos as tradições, no plural, como um conceito que leva em conta as práticas longevas, mas também a dinamicidade delas, que leva em conta suas diversas origens – árabe, pagã ou cristã – mas também, suas transformações ao longo do tempo e, principalmente, que nos ajuda a compreender um valor intrínseco aos festeiros e suas falas. Essa tradição escapa a manuais ou tabelas, diz respeito a existências.

Portanto, a tradição pode ser entendida como um processo histórico dinâmico, que compreende um rito religioso que surgiu em determinado período e que passou a ser realizado todos os anos, por consequência arregimentou novos participantes que trouxeram novas configurações e interesses para esse evento.

Ao pensarmos no conceito de tradição, não podemos conceber o Banho de São João como um festejo próprio apenas de um grupo, como algo natural. Encontrando materialidade em Nestor García Canclini, podemos considerar os sujeitos como parte de diversos grupos que se adaptam a diferentes sistemas e práticas, ou seja, cujas tradições são transmutáveis,

portanto, “não há um folclore exclusivo das classes oprimidas, nem o único tipo de relações inter-folclóricas são as de dominação, submissão ou rebelião [...]” (2019, p. 220).

García Canclini observa que as tradições consistem em uma interseção de valores e atores sociais distintos, e que a análise das festas tradicionais deve considerar também os diferentes interesses envolvidos. Novamente, a tradição não é unicamente a retomada da originalidade do passado, senão objeto de disputas e alvo de interesses. De acordo com o autor denominamos a festa como popular, mas ela é mais do que isso, ou seja, se constitui de processos híbridos e complexos:

A evolução das festas tradicionais, da produção e venda de artesanato revela que essas não são mais tarefas exclusivas dos grupos étnicos, nem sequer de setores camponeses mais amplos, nem mesmo da oligarquia agrária; intervêm também em sua organização os ministérios de cultura e de comércio, as fundações privadas, as empresas de bebidas, as rádios e a televisão (GARCIA CANCLINI, 2019, p. 220).

O autor destaca um ponto interessante, que pode nos ajudar a compreender o festejo corumbaense. Vale destacar que as instâncias são muitas e às quais a festa diz respeito. Temos, por exemplo, a esfera religiosa, a qual se vincula a esfera dos festeiros. Temos uma esfera econômica, que diz respeito a diversos atores da cidade, como comerciantes, formais e informais, agências de turismo, órgãos públicos, restaurantes e a rede hoteleira.

Como nos asseguram Abreu (1999), García Canclini (2019) e Thompson (1998) esses muitos agentes sociais criam entre si tensões. Não por outro motivo, senão pelas diversas disputas, seja pela narrativa dominante sobre a festa, a detenção de sua legitimidade, o exercício do controle e do poder. É nesse sentido que o município irá impor o seu regramento às práticas culturais, religiosas ou não.

O poder público, nesse movimento, busca a tutela dessa população, colocando-a sob controle – seja ao determinar o percurso a ser percorrido, seja ao cadastrar nome e dados pessoais de todos os festeiros que descem com andor –, e ao mesmo tempo extrai de suas práticas lucros financeiros e capital eleitoral. A promoção desses eventos, os investimentos em *marketing* e em *megashows* tem objetivos não declarados e, muitas vezes, recepções não transparentes dos festeiros.

As intervenções do município demonstram o jogo de interesses que permeia os eventos culturais, não somente na festa aqui estudada. As práticas dos ritos, que estão no meio dessas disputas, são por elas também transformadas e ressignificadas. Por um lado, porque não há somente uma forma de fazer a festa. Isso torna a festa múltipla e aberta a, por exemplo, inclusões na programação que atendam a interesses específicos. Por outro, ao olharmos para

os festeiros receberemos respostas distintas. Alguns aceitam e gostam da participação direta da prefeitura, outros veem com desconfiança e claro, há quem recuse e critique.

Essas reações são comuns em decisões e espaços coletivos. Não se trata, aqui, de observar uma disputa entre dominantes e dominados, na qual os últimos estariam sempre em desvantagem, e a festa seria apenas a materialização dos desejos do poder público. O que se observa na prática é que a própria existência desses grupos antagônicos refuta essa ideia. Para Matín-Barbero “[...] começa a surgir uma nova percepção sobre o popular enquanto trama, entrelaçamento de submissões e resistências, impugnações e cumplicidades” (2013, p. 268). Interessa-nos compreender como os festeiros percebem a intervenção da prefeitura, bem como as opiniões daqueles não cadastrados, que não seguem os regulamentos impostos pela administração municipal.

As duas dimensões que determinam nossa rede de entrevistas, a institucional e a dos festeiros, ora se complementam, ora se repudiam. Ao longo deste texto, vamos perceber que o festejo institucional se relaciona com as festas dos festeiros, seja na descida da ladeira ao som das bandas disponibilizadas pela prefeitura, seja pelo locutor narrando o festeiro que está descendo, seja pela decoração da ladeira ou pelo auxílio em dinheiro pago pela prefeitura.

O que importa destacar é que, embora existam diversos interesses em torno da festa, não há uma separação absoluta entre uma festa considerada popular e espontânea e aquela institucionalizada. Entretanto, isso não significa que as duas sejam a mesma coisa e que não há diferenças entre elas. Embora em alguns momentos seja difícil perceber, essas duas festas coexistem nos diferentes espaços com maior e menor intensidade a depender de que lugar e rito estamos falando.

No espaço institucionalizado, as festas se apresentam de forma separada, pois há um portal que anuncia um espaço para o Banho de São João e outro para o Arraial do Banho de São João. Adiante, trabalharemos as características de cada um desses espaços. Por ora, podemos destacar o interesse do poder público em distinguir esses locais, afirmando que sua interferência se limita ao espaço do Arraial. Esse ponto será melhor abordado em nossa descrição da festa do turista, no próximo capítulo.

Sabendo da existência de todas essas disputas, a partir de agora analisaremos a Festa de São João propriamente dita. Primeiro, buscaremos compreender a origem da festa e como, possivelmente, ela chegou até Corumbá. Em seguida, analisaremos o ponto central do festejo corumbaense, o banho da imagem nas águas do rio Paraguai e sua origem religiosa.

### 1.3. Salve São João Batista!

As festas a São João e os festejos juninos são uma tradição no Brasil, realizados por todo o país e segundo Salvador *et.al.* (2021), receberam em 2019, só do Ministério do Turismo R\$ 4 milhões. Nos meses de junho e julho as festas são montadas com uma estrutura que contempla barraquinhas e bandeirolas de acordo com a região e o local da festa. Nas escolas as crianças fazem os chamados casamentos caipiras e dançam quadrilha ao som de uma espécie de forró, com um som de sanfona bem demarcado. As mais modernas misturam a música tradicional com funk ou sertanejo universitário, numa tentativa modernizar a apresentação e fazê-la algo mais divertido para os adolescentes.

Atualmente, essas festas são tão populares no país, que existem disputas sobre os títulos de maior festa de determinada região, do país e até mesmo do mundo. Isso demonstra como o festejo se popularizou na cultura brasileira e faz parte do imaginário festivo da população.

As festas em homenagem a São João foram trazidas para o Brasil pelos europeus e há relatos de festas em homenagem a São João, São Pedro e Santo Antônio realizadas ainda a bordo das embarcações portuguesas que vinham para o Brasil (RAMOS, 2001). Esses festejos juninos parecem não ter surgido a partir do cristianismo, pelo contrário, sua origem tem relação com ritos realizados antes da expansão do catolicismo. Para Vera Lúcia Ferlini (2001), as festividades de um modo geral tiveram suas origens ligadas aos ciclos naturais, sendo momentos de agradecimentos ou preces pela subsistência, pelo alimento colhido, resultando em um momento de encontro entre o ser humano e o divino.

Para a autora, as diferentes culturas desenvolveram seus calendários festivos a partir de ciclos da natureza e da economia agrária, portanto, era comum a realização de festas para agradecer, celebrar ou fazer algum tipo de pedido pela próxima colheita. Ferlini ressalta ainda que as festas portuguesas também têm essa origem e carregavam consigo essas características quando foram trazidas para a colônia, muito embora a Igreja tenha tentado extinguir ou sincretizar manifestações que tivessem origem pagã.

Para Câmara Cascudo (2005), essa origem da festa de São João também estaria ligada à proximidade com as colheitas, festejando os próximos meses que seriam de abundância para as populações rurais. Segundo o autor, era comum que a população da Europa acendesse fogueiras e dançasse em torno delas para homenagear os deuses, afastando com o fogo os demônios da fome, frio e miséria, além disso o fogo era considerado um deus fecundador,

purificador e conservador. Para Zulmira Nóbrega, a festa apresentaria, igualmente, uma origem rural, na qual São João é o santo “que representa a purificação e regeneração da vegetação e das estações” (2010, p.24).

Para Moraes Filho (2002), o festejo também tem origens distantes do catolicismo ao qual foi incorporado, enfatizando que a comemoração de São João está ajustada aos fenômenos solares e às superstições, ambas atreladas com suas religiosas origens, cercadas de augurais e encantamentos. Sendo assim, para o autor, a festa carrega características próximas dos eventos pagãos realizados na Europa bem distintas dos ritos católicos.

Como os autores citados, Osvaldo Trigueiro afirma que as festas do ciclo junino têm origem agrária, nas tradições pagãs e que depois foram incorporadas ao calendário católico. Esses festejos eram realizados por povos da Europa, Ásia e África e celebravam a chegada da colheita no hemisfério norte e as divindades protetoras da fertilidade. Roberto Benjamin afirma:

A Igreja Católica situou a festa de São João nas proximidades da mudança de estação (solstício de verão) procurando absorver os cultos agrários pagãos. Para a hierarquia da igreja a festa de São João constitui uma antecipação do anúncio do Advento, considerando o papel de João Batista, como precursor de Cristo. (BENJAMIN *apud* TRIGUEIRO, 1995, p. 153)

Segundo o autor tanto o dia 23 de junho (solstício), quanto o dia 23 de setembro (equinócio) eram datas importantes para as sociedades pagãs em que o fogo sagrado se misturava com o profano. Com a difusão do cristianismo esses ritos e datas foram relacionados com as divindades cristãs.

Dessa forma, a festa passou por adaptações ao longo do tempo, inclusive em Corumbá. Analisando especificamente o festejo pantaneiro, o autor Frederico Fernandes (1997/1998), destaca que esse se originou, justamente, dessa mistura de diferentes culturas e ritos religiosos:

A festa de São João no Pantanal torna-se um cadinho onde sentimos as vibrações da cultura pré-cristã europeia, da religiosidade dos missionários portugueses do século XVIII, de árabes – de onde vem a ablução do santo-, de índios e de negros. Com certeza, toda essa variedade formou o cimento que ainda sustenta a tradição, levando homens, mulheres e crianças a descer a Ladeira Cunha e Cruz [...] (FERNANDES, 1997/1998, p. 123).

No excerto de Fernandes, podemos perceber que a variedade cultural presente em Corumbá sugere a composição do festejo e suas características. O autor destaca ainda que a festa teria várias influências, algumas advindas dos povos indígenas da região. Nesse sentido, ao pesquisar o Cururu, Eunice Rocha (1997) afirma que em Corumbá o Cururu tem

característica religiosa de louvação a São João. A autora destaca ainda que as cantorias do Cururu nasceram

[...] da aglutinação dos ensinamentos dos padres, na catequese, e dos valores culturais próprios dos indígenas. Os padres, ao ensinarem o evangelho ao índio, aproveitaram os seus pendores naturais para a música e dança, resultando, daí, o Cururu, impregnado de religiosidade e apresentando, na forma de dançar, uma coreografia que muito se assemelha às danças indígenas. (ROCHA, 1997, p. 39)

O excerto de Rocha exemplifica a mistura de elementos que compõe os diversos festejos religiosos pelo Brasil. É comum encontrar eventos religiosos católicos com massiva participação popular que apresentem componentes oriundos de outras religiões ou mesmo externos à religiosidade, como bebida alcoólica, rifas, música e dança.

Martha Abreu (1999) aponta que essa fusão entre práticas religiosas e não-religiosas nos ambientes festivos é uma herança do período colonial brasileiro. De acordo com a autora, o catolicismo mais ortodoxo não conseguia se aproximar de muitos fiéis, então os leigos disseminavam uma prática menos rígida com a presença de ritos pagãos e superstições que acabavam por atrair a população negra e, conseqüentemente, transformava as práticas religiosas com o passar do tempo.

Uma das formas de organização desses grupos eram as irmandades que estavam subordinadas às ordens religiosas e eram compostas por membros de diferentes grupos sociais. As festas organizadas por esses grupos procuravam homenagear algum santo de devoção ou seu padroeiro e,

[...] para desagrado de muitas autoridades civis e religiosas, preocupadas com a continuidade da ordem e com o não cumprimento das normas litúrgicas, tais festas costumavam confundir as práticas sagradas com as profanas, tanto nas comemorações externas como nas que eram realizadas dentro das igrejas. Além das missas com músicas mundanas, sermões e te-déuns, novenas e procissões, eram partes importantes as danças, coretos, fogos de artifício e barracas de comidas e bebidas. Na maioria delas a população escrava e/ou negra não perdia a oportunidade para mostrar suas músicas, danças e batuques (ABREU, 1999, p.34).

Para a autora houve uma continuidade da prática que ainda se refletia no Rio de Janeiro do século XIX, especialmente “a mistura do sagrado com o profano nas festas religiosas, a importância do culto dos santos e a teatralização da religião” (ABREU, 1999, p.35).

Assim como no Rio de Janeiro, em Corumbá também era possível identificar essa fusão, inclusive na festa de São João, conforme apontado por João Carlos de Souza:

[...] é característica a imbricação entre o sagrado e o profano, cujo entendimento implica considerá-los em conjunto. São exatamente as fronteiras pouco definidas desses campos que oferecem margem às práticas devocionais, às orações, às

simpatias, igualmente à diversão, ao lazer e à bebedeira, constituindo-se em momentos importantes de sociabilidade, mas também de resistências e contestação (SOUZA, 2004, p. 348).

Se observarmos com atenção os trechos de Abreu (1999) e Souza (2004), podemos perceber que embora os autores abordem locais e contextos diferentes os limites confusos entre os itens religiosos e profanos são semelhantes. A permissividade está presente nos festejos brasileiros ainda hoje também em Corumbá.

É possível identificar os elementos em diversas esferas da festa pantaneira, um primeiro ponto é a questão musical, uma vez que no momento da descida da Ladeira a música que acompanha a imagem começa com uma melodia lenta, mas depois ganha um toque carnavalesco, como se fosse uma marchinha de carnaval. Outro ponto, são os shows que acontecem no Porto Geral, pois são diversos os artistas e ritmos contratados pela prefeitura para fazer as apresentações durante os dias de festa.

Um terceiro ponto ainda diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas nos espaços festivos. Ainda na casa dos festeiros são servidas bebidas para os convidados como quentão ou cerveja – em alguns casos o festeiro proporciona a bebida aos seus convidados, ou deixa que cada um leve a bebida de sua preferência, ou vende para os presentes. No Porto Geral, existem várias barraquinhas que vendem cerveja, quentão, caipirinha ou outros *drinks*. Além disso, existem vários ambulantes que vendem bebidas alcoólicas tanto na ladeira quanto no Arraial<sup>11</sup>.

#### **1.4. O Banho no rio Paraguai**

No ano de 2014, a cidade de Corumbá investiu 282 mil reais na festa do Banho de São João e o impacto econômico gerado pela festa com a entrada dos turistas movimentou mais de um milhão de reais, a saber, R\$1. 133.286, 29 (SANTOS *et.al.* 2015, p.33). Este dado coloca em relevo o quão importante essa festa é financeiramente para o município de Corumbá.

Pudemos ver o quanto a festa de São João tem valor histórico e identitário no país. No caso corumbaense, essa não é uma característica individual: o investimento público é alto visando a números de retorno financeiro e a capital político cada vez mais altos.

---

<sup>11</sup> Durante o festejo de 2019, tivemos em uma conversa informal com um policial que trabalhava na festa e ele relatou que havia policiais de outras cidades auxiliando na segurança do evento, pois era comum que no final da noite as pessoas brigassem e um dos fatores assinalados foi o encontro de desafetos regados a muita bebida alcoólica. Por isso a Prefeitura contava com o apoio de policiais de Miranda para auxiliar na segurança do evento.

A festa tem se revelado um excelente negócio, razão para que o evento se desenvolva e continue recebendo incentivos de instituições públicas e privadas. Além disso, toda a infraestrutura necessária ao crescimento do arraial (hotéis, restaurantes, lojas, transporte, entre outros) se desenvolve à medida que o evento cresce. Muitos vendedores ambulantes veem no arraial a oportunidade [...] para aumentar a renda familiar ou até mesmo para investir em outros negócios. Os mais comuns são: comerciantes de lanches, churrasqueiros, doceiras, vendedores de comidas típicas do pantanal e de bebidas (SANTOS *et.al.*, 2015, p.34)

Como observamos, o Banho de São João é, depois do Carnaval, o segundo evento com maior investimento na cidade e movimenta uma economia bastante dinâmica. Da alimentação à hospedagem, das grandes agências de turismo aos ambulantes que se revezam nas ruas e até brigam por determinados pontos – como é o caso da visada esquina da Manoel Cavassa com a Ladeira Cunha e Cruz. Assim como no passado, conforme apontado por Divino Marcos Sena (2015), uma festa era capaz de marcar o nome de um determinado festeiro na cidade. Membros da vereança e intendentess disputavam para ver qual festa mais ficaria na memória da população. Hoje, o fator econômico encobre o interesse no capital político por trás de tantas cifras.

Corroborando com Santos, Salvador (2021) demonstra que, em 2018, foram investidos pela prefeitura mais de 300 mil reais, e cerca de 51 mil pessoas circularam pela festa. As cifras vultosas novamente se sobrepõem aos nomes e a alguns interesses. Quem foram os reais investidores? E o investimento, de fato, contribuiu para a salvaguarda da cultura?

Essa reflexão se torna ainda mais pertinente quando consideramos as tradições culturais profundas que permeiam essas celebrações. Em sua obra, Rocha (1997) descreve como os cururueiros de Corumbá percebiam a simbologia em torno da fogueira e da água. Uma primeira narrativa fala sobre a morte de São João, que teve a cabeça entregue numa bandeja e, em seguida, seu corpo foi lançado numa fogueira, cujas chamas cresceram intensamente. Os discípulos, ao verem a cena, pegaram o corpo e o lançaram no rio Jordão, o que fez com que as águas se tornassem sagradas na noite de 23 para 24 de junho, à zero hora, e capazes de curar enfermidades.

Essa ideia das águas se tornarem sagradas, milagrosas é corroborada por João Carlos de Souza “O banho ocorria à meia-noite, na passagem de 23 para 24 de junho, pois acreditava-se que as águas do rio Paraguai se tornavam milagrosas e começavam a baixar” (SOUZA, 2004, p. 333-334). Novamente, as especificidades da festa em Corumbá traçam diversas origens. Se olharmos para sua origem pagã e ligada ao mundo rural apontadas por Trigueiro (TRIGUEIRO, 1995) e outros autores, vemos no solstício motivo de ser e de celebrar, quando, entrecruzada com a história católica, misturam-se as datas e a festa vira uma

só. No caso que observamos, em Corumbá, atribui-se um vínculo entre as águas sagradas do rio Jordão e as águas do rio Paraguai.

Numa segunda versão, o corpo de São João teria sido atirado na fogueira e, na tentativa de apagá-la, os presentes jogavam água nas chamas que não apagavam o fogo. Pelo contrário, a fogueira aumentava e o corpo permanecia intacto, como se fosse uma estátua. Essa água que acabou se esparramando no entorno da fogueira passou a ter propriedades curativas. Quanto ao corpo de São João, quando o fogo apagou, os discípulos o lançaram no rio Jordão, mas esse não afundou, seguiu o curso do rio até encontrar Jesus e nesse momento São João parecia estar vivo, então “João batizou Cristo e Cristo batizou João” (ROCHA, 1997, p.34).

Essa característica sagrada da água foi destacada também por Melo Moraes Filho, na obra “Festas e Tradições Populares do Brasil”. Segundo o autor, os participantes tomavam banho na véspera do dia de São João “aos primeiros raios do Sol – porque depois as águas perderiam sua virtude – tomava-se o banho de S. João, que gozava de propriedades preservativas e miraculosas” (MORAES FILHO, 2002, p. 104). Seguindo nessa linha, Luis Câmara Cascudo (2005) também afirma no “Dicionário do Folclore” que o santo era comemorado com grande alegria e banhos coletivos na madrugada.

É difícil dizer quando, exatamente, essa prática do banho começou em Corumbá. Em sua obra, João Carlos de Souza retoma algumas citações da festa nos periódicos da cidade, no início do século XX, 1908. “Diversas imagens de S. João, apesar do cortante frio que reinou na noite de 23, foram levadas em procissão até o porto da cidade, em cujas águas sofreram o indefectível banho tradicional” (SOUZA, 2008, p. 245).

A notícia do periódico “Autonomista” trouxe o banho como uma prática tradicional e Souza afirma que naquele período muitos festeiros já faziam a festa, pois “havia tantas procissões e andores do santo, quanto fossem os festeiros” (SOUZA, 2008, p. 245), o que nos leva a crer que a festa é com certeza, anterior a 1908, podendo essa prática remontar ao século XIX ainda.

A prática do banho na imagem não é exclusividade corumbaense, acontece também em outras festas de São João, mas por motivações distintas. Em Morro Redondo, no estado da Bahia, faz-se uma festa em homenagem ao santo com elementos típicos da festa, além do banho. No dia 24, os moradores fazem uma procissão com a imagem até uma fonte que fica próxima ao povoado chamada Lagoinha, onde as pessoas lavam a imagem e os próprios olhos.

De acordo com os moradores antigos, o banho deve ser realizado nesse local, pois no passado houve uma tentativa de mudança para que a lavagem fosse realizada em local mais próximo, no entanto, a fonte secou, então a prática do banho é uma promessa dessa comunidade para que a fonte não seque. Em Olhos d'água de Antônio Francisco, também na Bahia, além do banho, Janio de Castro explica que a comunidade proporciona um almoço para as crianças, chamado de “almoço dos inocentes” (CASTRO, 2008).

As localidades rurais estão no interior da Bahia, no município de Seabra, na Chapada Diamantina. Como sabemos, em muitas localidades do Nordeste brasileiro, a escassez hídrica é um problema, então os devotos de São João moradores desses locais fazem essas procissões e o banho para que no período de estiagem não fiquem sem água.

Nesse caso, a motivação para o Banho de São João também está relacionada com características miraculosas, embora aconteçam em um contexto distinto de Corumbá. No Pantanal, não há essa preocupação com a falta de água, pelo contrário, nos períodos de cheia, os rios inundam grandes planícies, mesmo assim, podemos identificar que a população realiza suas promessas acreditando que São João poderá ajudá-las, seja com a água no Nordeste, ou com promessas para alcançar a cura de doenças, ou para conseguir um casamento no caso corumbaense.

Dessa forma, este primeiro capítulo buscou trazer um panorama daquilo que é imprescindível saber para conhecer e se propor a fazer uma análise sobre o São João, em Corumbá. Pensamos sobre a realidade local com sua variedade cultural e a importância do turismo, observamos as origens das celebrações de São João para, por fim, compreender a especificidade do Banho e seus matizes pantaneiros.

Tendo levantado esses elementos sobre o contexto sócio-histórico de nosso objeto de estudo, é importante observar como a origem da cidade reflete nas práticas festivas, seja pela presença dos militares da marinha e sua influência no carnaval, a proximidade com a Bolívia, e a presença marcante da igreja católica e da gestão pública na organização – e capitalização – dos eventos anuais.

Essas marcas, especificidades de Corumbá – mas que claro, devido a processos históricos se repetiram em diversos interiores do país –, moldam também a existência da festa do Banho de São João. No próximo capítulo, analisaremos as particularidades da festa e os diferentes modos como ela é pensada e promovida, seja no Porto Geral com o festejo oficial, seja na casa dos festeiros.

## **2. DUAS FESTAS, MUITOS ESPAÇOS: A FESTA DO TURISTA E A FESTA DO FESTEIRO**

No capítulo anterior, conhecemos um pouco sobre a cidade de Corumbá, sobre o Porto Geral e algumas de suas características sociais. Saber sobre as particularidades da cidade permite olhar de um lugar privilegiado para o festejo e as pessoas que são responsáveis por sua execução, muitas delas há décadas.

Ao examinar o Banho de São João à luz do que vimos no primeiro capítulo, podemos delinear alguns caminhos para a análise da festa. Inicialmente, apresentamos um panorama, observando, primeiramente, a cidade, a festa em suas dimensões histórica e religiosa, e refletindo sobre os caminhos metodológicos e conceituais a serem utilizados. Neste capítulo, com essa visão geral, buscaremos aproximar nossa análise da Festa de Corumbá, observando mais de perto algumas questões pontuais, a festa e seus agentes.

Essa análise se dará a partir das especificidades da festa em suas duas dimensões: a festa do turista e as festas dos festeiros. A primeira se inicia com o levantamento do mastro e a descida do andor oficial, que acontecem na ladeira Cunha e Cruz e no Porto Geral, mas funciona de um modo muito próprio, pois é pensada com uma finalidade específica: propiciar aos turistas e visitantes um espaço agradável, bonito e com uma programação atrativa, uma vez que é fundamental que esses espaços estejam cheios nos dias de festejo. Sendo assim, é perceptível que a finalidade dessa festa não é unicamente religiosa.

A segunda dimensão diz respeito às festas realizadas pelos festeiros em suas casas. Essas festas, ao mesmo tempo particulares e públicas, são particulares pois acontecem de maneira bem pessoal, já que são realizadas no interior das casas, e públicas porque, com as portas abertas, têm o intuito de receber familiares e a comunidade. Ao longo do capítulo, perceberemos que algumas dessas festas são realizadas pelas mesmas famílias há décadas, sendo passadas de geração em geração.

É importante notar que, embora não exista uma forma única de se realizar essas festas, todas se encontram no momento do Banho de São João. Turistas e festeiros, agentes públicos e a sociedade, estão juntos nesse ápice do festejo, sendo essa prática considerada patrimônio imaterial. Nesse sentido, interessa compreender como essas festas acontecem, como são pensadas e organizadas pelos festeiros, e quais especificidades fazem com que o festejo seja tão popular em Corumbá.

Observemos então primeiro o espaço público, mais amplo e destinado ao turista para, no tópico seguinte, examinarmos o espaço privado da festa: a casa do festeiro.

## 2.1. Dois portais, uma festa: o turista no São João

A Ladeira Cunha e Cruz fica em frente à praça da Catedral de Corumbá, de onde é possível ver o rio Paraguai e o Pantanal no horizonte. Ao chegar no topo da Ladeira o turista encontra um portal com a indicação de *Banho de São João*. O portal é acompanhado por elementos da decoração temática daquele ano e na ladeira dezenas de varais de bandeirolas coloridas e alguns balões de papel compõem a decoração.

**Fotografia 1:** Portal que indica o espaço do Banho de São João (2022)



Fonte: Acervo pessoal.

Na data de 23 de junho, durante o dia, a Ladeira geralmente permanece vazia, exceto pelos poucos andores que descem enquanto ainda há sol. No início da noite, o cenário muda, pois os andores começam a chegar e, acompanhados deles, muitos ambulantes com caixas térmicas de isopor e um alvoroço popular. Enquanto caminha pela ladeira (o acesso de veículos é fechado no dia 23), o turista pode ouvir bandas de metais e percussão que acompanham os festeiros, suas comunidades e demais devotos. Essa descida é embalada por uma canção sobre São João, cujos versos iniciais são lentos e, aos poucos, ganham um ritmo

mais carnavalesco: "Se São João soubesse que hoje era seu dia, descia do céu à terra, com prazer e alegria."

Os desavisados podem se questionar se a música é mesmo religiosa ou se é uma espécie de marchinha de carnaval, o fato é que na medida que a música fica mais agitada as pessoas ali presentes ficam empolgadas, acompanham o compasso da música e a cadência das danças e dos passos se aceleram e diminuem conforme conduzem os membros da banda. Filas se formam e passam por baixo dos andores nesse ritmo festivo.

Mesmo os turistas que não conhecem o costume, passam sob os andores, mas a prática tem um significado específico em Corumbá: uma ajuda de São João para conseguir um casamento. Conta a tradição corumbaense que a pessoa que passa sob sete andores se casa no ano seguinte. A festeira Bianca Machado de Oliveira, responsável pelo Arraiá de Sha Onça, afirmou "[...] tem a história de passar embaixo do andor que funciona mesmo se quiser casar, é até um perigo, não quer se casar é melhor não passar" (OLIVEIRA, 2020). Segundo Eunice Ajala Rocha (2017), em Corumbá, São João é considerado o santo casamenteiro e, inclusive, recebe mais pedidos do que Santo Antônio.

Existem andores de todos os tamanhos com diferentes níveis de sofisticação, uns carregam a imagem de São João adulto e outros a de São João menino. As cores tradicionais dos enfeites são o vermelho e o branco, mas é comum encontrar imagens com ornamentos coloridos, fitas e laços diversos, elementos que remetem ao Santo e às festas juninas como bandeirinhas e fogueiras, miniaturas de animais ou outros adereços para ornamentar o andor.

Nas calçadas dividem espaço os curiosos, os festeiros, os turistas e um aspecto importante da festa, os chamados ambulantes. Em caixas de isopor reabastecidas constantemente, vendem bebidas de toda a sorte, outros vendem brinquedos, balões e apitos para as crianças. O clima carnavalesco não esconde esse caráter essencial da festa, nas caixas de isopor, nas tendas ou nos shows de milhares de reais, mais ou menos escamoteado lá está o interesse econômico.

Ao final da Ladeira Cunha e Cruz está a prainha do Porto Geral, como é conhecida pela população local. Quando os andores terminam sua descida e chegam às águas do rio Paraguai, os festeiros, sua comunidade e demais participantes banham a imagem do Santo, jogando água pra cima, uns com mais gentileza, outros de maneira mais efusiva, mas todos saem molhados. Dentro do rio, fazendo fundo para os fotógrafos que acompanham tudo, uma grande imagem de São João é colocada pela Prefeitura, reafirmando que aquele é o espaço destinado ao Santo e seus devotos.

O poder público se faz presente em diversos momentos nessa festa do turista, além da banda<sup>12</sup> oficial, da imagem do Santo e do Arraial, que abordaremos mais à frente, outro elemento interessante é o andor da prefeitura, que consiste em uma festa feita para as autoridades e turistas que desejam conhecer melhor o festejo. Na noite de 23 de junho, esse andor desce acompanhado de políticos locais, funcionários públicos e suas famílias, acompanhados dos cururueiros, e é ele que marca o início oficial da festa.

O cerimonial de içamento do mastro tem maior valor simbólico quando é feito pelos Cururueiros. Dançando, cantando e rezando à volta do mastro, conclamam os fiéis a beijarem a bandeira, a rezar e a festejar, em homenagem a São João e, em versos, cantam a vida do santo e o seu degolamento. Em tudo que fazem há bastante respeito e, a alegria estampada em seus rostos, provém de uma satisfação interior que emana da própria fé (ROCHA, 1997, p. 40).

De acordo com Eunice Rocha (1997), o cururu é uma espécie de brincadeira que mistura música, sapateado, canto e movimento acompanhada de dois instrumentos sendo o reco-reco e a viola de cocho<sup>13</sup>. Ao pesquisar o cururu em Corumbá, José Gilberto Rozisca afirma que as cantigas tocadas pelos cururueiros “[...] serviam de orientação e direção das cerimônias, marcando os momentos de início da reza e da procissão, além de outras etapas, como a colocação da bandeira do santo e da coroa no mastro, e o içamento do mesmo” (2017, p. 32).

Dessa forma, com o andor da prefeitura, os turistas podem presenciar alguns ritos que são realizados pelos festeiros, como é a cerimônia de levantamento de mastro semelhante àquelas feitas nas casas dos festeiros, com a presença dos cururueiros. Como esse andor tem essa finalidade, após o banho o içamento do mastro é feito próximo ao palco e o andor fica exposto ali durante toda a noite.

O turista que acompanha somente o percurso pouco consegue depreender da complexidade do festejo e sua preparação. Muitas daquelas famílias estão se organizando há semanas para realizar a festa, mobilizando os festeiros e suas comunidades. Algumas envolvidas com a festa há décadas e de forma bastante intensa.

Voltando ao percurso dos andores, ao final da Ladeira – onde os carros fazem a volta em dias sem festa e por isso há um espaço amplo – o turista tem duas opções: à direita, pode

---

<sup>12</sup> A banda geralmente é composta por quatro ou cinco membros que, em pé, tocam instrumentos de sopro, saxofone, trompete e trombone e de percussão, caixa e tantan.

<sup>13</sup> “O Modo de Fazer Viola de Cocho, tradicional nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, é registrado como Patrimônio Cultural do Brasil desde dezembro de 2004. O bem cultural envolve a produção artesanal do instrumento musical, que é esculpido em uma tora de madeira inteiriça e resultado dos saberes que orientam o manejo das matérias-primas típicas da região Centro-Oeste como o sarã-de-leite, ximbuva e o cedro. As comunidades detentoras desses conhecimentos são compostas pelos mestres artesãos que produzem a viola - um elemento fundamental nas rodas de cururu e siriri da região pantaneira” (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

descer até a prainha para o banho ou, à esquerda, entrar no espaço do Arraial. Enquanto a ladeira era um espaço mais reservado à religiosidade do evento, com os andores e o Banho, em alguma medida mais conectada com as tradições religiosas da festa, o Arraial do Banho de São João, literalmente outro evento, tem características bastante comuns a grandes festas turísticas e/ou organizadas pelo poder público.

Assim como na entrada da ladeira, nesse espaço da festa temos um portal cuja inscrição é *Arraial de São João* – esse portal indica que se trata de outro espaço, outra festa. Geralmente, os portais são decorados da mesma forma e com as mesmas cores e fonte, esse segundo é colocado no início da rua Manoel Cavassa, que começa imediatamente à esquerda ao final da ladeira.

**Fotografia 2:** Portal indicando o espaço do Arraial do Banho de São João (2022)



Fonte: Acervo pessoal

Essa rua dá acesso ao Porto Geral e à Praça Generoso Ponce, onde o ambiente junino habitual é, facilmente, identificado por meio das bandeirolas e barraquinhas. Essa estrutura é disponibilizada pela prefeitura municipal e é bastante comum em eventos públicos por todo o Brasil. São tendas de toldo branco enfileiradas nas quais os comerciantes locais conseguem o direito de uso através de uma inscrição prévia, o que permite que dezenas de barraquinhas

sejam montadas e os mais variados tipos de comida sejam vendidos como pastel, espetinho, arroz carreteiro, arroz boliviano, saltenha, sarrabulho e caribéu<sup>14</sup>.

Nesse espaço do arraial, especialmente, nas barraquinhas de comida, podemos identificar um ponto interessante de contato com a cultura e a gastronomia bolivianas, devido à variedade de produtos ofertados, à circulação de muitas pessoas e à presença de trabalhadores tanto brasileiros quanto bolivianos.

Ali também o visitante pode competir no pau de sebo ou conhecer a capela de São João que é montada, especialmente, para a festa e participar da missa, porém um dos itens que mais atrai visitantes e moradores é o palco que é montado no porto geral. Durante os dias de festa, vários shows fazem parte da programação, incluindo artistas regionais e artistas de destaque nacional.

Os participantes podem ainda acompanhar o concurso de quadrilhas que, geralmente, acontece nos dias que antecedem ao banho. A disputa faz parte da programação oficial do evento e acontece no espaço do Arraial, em frente ao palco, e os vencedores recebem uma premiação em dinheiro. Competições como essa não são exclusividade de Corumbá, festas em Campina Grande e Caruaru também têm concurso de quadrilha em sua programação e procuram atrair a atenção do público da cidade e, principalmente, dos visitantes (NÓBREGA, 2010).

Se, ao analisar com atenção a festa que ocorre na ladeira com os andores, conseguimos perceber, nas caixas térmicas dos ambulantes, ainda que de maneira escamoteada, os interesses financeiros que movimentam o festejo, no Arraial, o que se observa é o espetáculo econômico montado, com uma extensão para além das barraquinhas de toldo branco. Esse espetáculo atinge a lotação dos hotéis e pousadas, amplia a programação da festa, incluindo inúmeros eventos ao longo de pelo menos três dias, traz shows e leva a festa até a madrugada. Não é possível pensar na institucionalização da festa sem examinar esse aspecto, que impacta o evento desde o cadastro dos festeiros — ao qual nos deteremos no próximo capítulo — até os *megashows* de *funk* e sertanejo que lotam as ruas.

Outra disputa promovida pela Prefeitura para avolumar a programação é o *Concurso de andores* que garante prêmios aos mais bonitos. Embora os andores decorados pelos festeiros sejam uma particularidade da festa corumbaense, qualquer pessoa interessada pode

---

<sup>14</sup> O arroz boliviano leva em seu preparo banana da terra e queijo. A saltenha é uma espécie de pastel assado de origem boliviana que pode ser feito com diversos recheios, sendo o mais comum com frango, batata e diversos condimentos. O sarrabulho ou sarravulho é um prato de origem portuguesa preparado com os miúdos, sangue e pedaços de carne de porco ou cabrito em que se faz um guisado com vinho tinto. O caribéu é um prato típico sul-mato-grossense, de origem indígena, que consiste em um guisado de carne com mandioca.

se inscrever e participar. Não há uma regra específica sobre o tamanho do andor, da imagem, nem o tipo de decoração, então a disputa é uma oportunidade para que o turista conheça diferentes andores e formas de decorá-los, pois alguns competidores enfeitam os andores de acordo com algum tema específico como Pantanal, festa junina, estações do ano etc.

Apesar de vários festeiros participarem da disputa, mais adiante poderemos perceber, como nos apontara Michel Vovelle (1991), que a festa não é estática e nem todos gostam/participam de toda a programação. Há quem não concorde com a premiação em dinheiro, outros acham que a competição é injusta e existem aqueles que questionam a própria existência do concurso. Nesse sentido, por enquanto, interessa destacar aqui que o concurso pode ser uma atividade interessante para as pessoas que participam da festa e busca promover o trabalho da população local com os andores, além de manter o porto movimentado nos dias de festa.

Ao observar todos as atividades da programação, podemos perceber que a festa oferecida ao turista é bastante dinâmica, com muitas atrações, mas ainda assim é uma experiência muito mais comercial e distante das festas realizadas pelos festeiros, mesmo que esses visitantes possam passar sob os andores, cantar a ladainha para São João ou participar do momento do banho.

A Festa de São João que é vendida ali é formatada para atrair o grande público e garantir que a Ladeira e o Porto Geral estejam lotados nos dias de festa. O evento é importante do ponto de vista econômico, em grande parte para os trabalhadores informais, mas, principalmente, para o poder público que vem criando iniciativas para garantir a comercialização da festa desde a década de 1990 e, enfaticamente, a partir dos anos 2000.

Dessa forma, para compreender a complexidade do festejo e do papel desempenhado pelo poder público no evento é preciso conhecer as festas dos festeiros, sua organização, os ritos e suas tradições. Enfim, as especificidades que fazem do festejo patrimônio imaterial nacional e objeto de interesse de políticos e lideranças locais.

Sendo assim, o próximo tópico é dedicado a analisar e compreender justamente essas particularidades, começando por conhecer os espaços das festas e sua disposição.

## 2.2 As festas dos festeiros

A organização textual deste trabalho partiu do panorama apresentado no primeiro capítulo sobre festas e sobre a cidade de Corumbá, e agora inicia um olhar mais atento ao Banho de São João especificamente. Primeiro, observamos o espaço público, a festa do observador, que generalizamos para fins didáticos como o turista e agora adentraremos em uma camada fundamental da festa, o espaço privado, a casa, o santo e os festeiros.

Não se busca aqui emitir nenhum tipo de juízo de valor sobre qual festa ou espaço seria mais original ou importante. Contudo, adentrar na dimensão da festa dos festeiros é essencial para alcançar o nível de profundidade necessário e, assim, realizar uma análise mais concreta da realidade do festejo – ou melhor, das muitas festas que compõem o banho do santo.

Em descrição simples e rápida, podemos dizer que os festeiros recebem seus convidados no dia 23 de junho para celebrar São João. Alguns deles fazem novenas, promovem missas e rezam terços nos dias que precedem a festa ou momentos antes da descida. Na noite de 23 de junho ou no crepúsculo, os festeiros recebem os devotos, geralmente, em suas próprias casas, onde tradicionalmente são servidas aos convidados comidas típicas da região como sarrabulho, caribéu e arroz carreteiro, além de churrasco, paçoca e arroz doce. No entanto, o ápice da festa é o Banho de São João e seguindo a programação oficial, esse banho ocorre nas águas do rio Paraguai, no Porto Geral.

Apesar da indicação, da prefeitura e da exigência para os festeiros cadastrados do banho no rio, existem ainda os festeiros que seguem uma programação diferente e que não descem a ladeira para banhar o Santo por motivos variados, por isso permanecem na casa onde a festa acontece ou fazem uma pequena procissão perto da residência. Em algumas festas todos os presentes descem para o banho, em outras somente uma parte desce até o rio.

O número de pessoas que retorna para as casas dos festeiros também apresenta variação, pois alguns descem com uma pequena comunidade e no retorno muitas pessoas se juntam ao grupo para participar da festa. Por outro lado, existem as comunidades em que muitas pessoas descem, mas poucas retornam porque preferem permanecer no porto para acompanhar a descida de outros andores e/ou assistir aos shows daquela noite.

Alguns festeiros servem um pequeno lanche à sua comunidade antes da descida e somente após o retorno servem o jantar, outros servem o jantar e encerram a festa para depois descerem até a Ladeira. Cumprida a obrigação do banho e retornado para casa, a festa continua com muita comida, bebida e dança madrugada adentro.

Essa descrição inicial não é capaz de contemplar tamanha especificidade que essa manifestação cultural apresenta, porquanto é preciso compreender as tradições familiares, como o espaço é decorado e preparado para receber os convidados, que tipo de comida é ofertada, ou seja, como essa festa acontece. Dessa forma, nos próximos tópicos trabalharemos algumas dessas particularidades. De toda maneira, já temos claro alguns pontos sobre a festa, os impactos da mercantilização dela, a diversidade em seus modos de fazer e tradições e os impactos e resistências sobre a tutela do poder público.

Pensemos agora sobre o espaço da casa, é lá que tudo começa e, muitas vezes, onde tudo termina. É lá que são expostos os andores, é onde são planejadas as festas e de onde saem as muitas procissões em direção ao rio.

### **2.2.1. A casa**

No dia 23 de junho, conforme os convidados vão se aproximando da casa dos festeiros, é possível perceber a movimentação de pessoas no seu entorno, seja no centro ou nos bairros depois do trilho<sup>15</sup>, no Beira rio ou na Nova Corumbá – um dos bairros mais afastados das margens do Paraguai. Em alguns casos, os portões e as árvores do entorno estão decorados com bandeirolas e lanterninhas juninas. Alguns festeiros fazem fogueiras artificiais em seus portões, outros deixam a estrutura da fogueira montada em frente à residência e alguns fazem pequenas fogueiras na entrada avisando que ali está acontecendo uma festa para São João.

Outro item que avisa que aquela é uma casa de festeiro é o mastro de São João. O mastro é uma grande haste, em que se coloca uma bandeira de São João decorada por flores, que é içada em frente à casa onde será a festa. Além disso, as casas são decoradas por bandeirolas por todos os lados, em alguns casos as únicas cores são o vermelho e o branco, cores tradicionalmente atribuídas à decoração de São João, mas existem casas que utilizam todo tipo de cores nos ornamentos.

No contexto atual, é evidente a importância da casa do festeiro na festa de São João. Como observou Divino Marcos Sena (2015), mesmo nas festas imperiais, que celebravam por exemplo a retomada de Corumbá, nas décadas de 70 e 80 do século XIX, ou na festa do Divino Espírito Santo, no mesmo período, as casas tinham lugar especial. Eram eleitas

---

<sup>15</sup> Essa é uma especificidade corumbaense, a cidade é cortada pelo trilho do trem que segue para Santa Cruz de la Sierra, é usual na cidade usar o trilho como uma referência que separa o centro dos bairros mais afastados.

peças da comunidade, cujas casas seriam enfeitadas para serem os festeiros do ano seguinte, e, por ordem da câmara municipal, as casas do porto deveriam ser iluminadas, havia ainda bandas marciais e desfiles nas ruas que eram acompanhados por moradores e viajantes.

No caso do São João, hoje, o centro da festa do Banho está na rua Manoel Cavassa e centralizada na prainha do Porto Geral por ações diretas do poder público, no entanto, segundo Sena, “[...] no início do século XX, as casas dos festeiros de São João, por exemplo, eram os centros das comemorações, com a realização de novenas, rezas, do erguimento do mastro, da fogueira, da música, do baile, das diversões e dos comes e bebes” (SENA, 2015, p. 50).

Segundo João Carlos de Souza,

A casa do festeiro era o centro das comemorações: da novena, do erguimento do mastro, da reza, da fogueira, da música, dos comes e bebes, do baile, das diversões. Constituíam-se no local significativo da festa, pois se transformava em centro de uma sociabilidade mais ampla. Momento em que os participantes reafirmavam seus laços de parentesco, amizade e vizinhança, num ambiente de confraternização. As portas se abriam e, com isso, a possibilidade de consolidar os laços de família, a afeição para com os amigos e os nexos interpessoais, além de se criar oportunidade para novos contatos sociais, ampliar o grupo de pessoas que conheciam. (SOUZA, 2004, p. 342)

Observa-se que a casa do festeiro é um elemento primordial da festa há pelo menos 100 anos. Ela carrega consigo não apenas a função de espaço físico para a realização da celebração, mas também se transforma em um ambiente de sociabilidade, um lugar de consolidação de laços e afetos, simbolizando uma ruptura com o cotidiano. Essas características permanecem vivas na festa ainda hoje, juntamente com outras práticas, como a novena, o içamento do mastro, a reza, a fogueira, as diversões e a fartura de comida e bebida. Sendo assim, ouvir os festeiros, conhecer a materialidade de suas casas e festas e analisar seus pontos de vista é o que nos permitirá fazer inferências sobre a festa e também avaliá-la em suas múltiplas dimensões.

Sabendo, então, da importância histórica das casas para esse festejo e dos elementos que anunciam a residência de um festeiro, é preciso enfatizar que o espaço reservado ao andor é certamente o de maior destaque. Os festeiros montam altares de todos os tamanhos para que os andores fiquem em destaque na festa. No caso dos festeiros de religião de matriz africana, é comum que o andor fique exposto com imagens de orixás e entidades, como é o caso da fotografia abaixo da tenda do festeiro Pedro Paulo Miranda e da festeira Eunice Maria Pereira.

**Fotografia 3:** Altar do festeiro Pedro Paulo Miranda - Religião de Matriz africana (2022)



Fonte: Acervo pessoal

**Fotografia 4:** Altar da festeira Eunice Pereira - Religião de Matriz africana (2022)



Fonte: Acervo pessoal

Em algumas festas, especialmente as menores, apenas um andor fica exposto no altar. Não é raro que os altares sejam decorados com flores ou outros ornamentos, ou mesmo docinhos como paçoca e pé-de-moleque, considerados tradicionais das festas juninas. No caso de festas maiores, como é a de Alfredo Tadeu Ortiz Ferraz e da comunidade Beira Rio, é possível encontrar diversos andores expostos, como podemos observar na imagem a seguir:

**Fotografia 5:** Andores da Comunidade Beira Rio, Festeiro Alfredo Ferraz - Religião católica (2022)



Foto: Acervo pessoal

Alguns festeiros montam o altar com o andor no interior do recinto na sala ou em algum cômodo e em outros casos o espaço destinado para os convidados é somente a parte externa, em garagens, varandas ou ao ar livre. É habitual que também a comida ganhe um espaço de destaque na festa, pois é um elemento bastante importante para os festeiros e convidados, então, em alguns casos há a mesa do jantar e a mesa de doces com muitos bolos e outras guloseimas.

O elemento do andor também está presente nos festejos corumbaenses desde o século XIX, segundo Sena (2015), a festa do Divino Espírito Santo, de 1882, fora celebrada com “pompa e brilhantismo [...] a igreja esteve lindamente ornamentada e na casa da festeira ficou armado um altar enfeitado ricamente e com [...] as insígnias da festa (pombo, coroa e

bandeira). Na procissão esteve um bonito e elegante andor, ricamente adornado” (SENA, 2015, p.49).

Apesar de serem um festejo distinto, os elementos da procissão, do andor e do altar nos interessam, uma vez que fazem parte das especificidades das festas religiosas em Corumbá. Tratando-se do mesmo contexto social, que acabamos por inferir que os elementos transitaram entre essas festas, fazendo-se presentes nas festas do Divino Espírito Santo e posteriormente também nas cerimônias destinadas a São João.

O excerto de Sena nos permite ainda identificar que a casa não era apenas espaço para a festa de São João. Toda a transformação nesse espaço do cotidiano em espaço festivo faz com que ocorra uma ressignificação dessas localidades, porque os ambientes ganham novos usos e, muitas vezes, as pessoas agem ali de forma diferente da usual. Nesse sentido, é importante refletir sobre como esses são organizados e compreendidos no *tempo da festa*.

Seguindo por essa linha, o antropólogo Roberto DaMatta reflete sobre os espaços no tempo festivo, especificamente no Carnaval, e aponta que existe uma oposição entre o espaço da casa e da rua. Enquanto a casa seria o espaço privativo, familiar e de menor distância social, a rua seria o local público, que não nos pertence e que é ocupado pelo desconhecido, que, inclusive, pode ser perigoso.

No entanto, na sociedade e, principalmente, nas práticas festivas essa divisão não é tão clara. No decorrer de seu estudo DaMatta chama a atenção para a confusão que pode haver entre esses espaços durante esses eventos “[...] com o doméstico invadindo o público e, por sua vez, sendo por ele invadido [...]” e complementa afirmando que nesse momento a sociedade cria “[...] um espaço e um tempo especial, verdadeiramente intermediário entre a intimidade da casa e a respeitabilidade da rua” (DAMATTA, 1997, p. 102).

Essa *confusão*, se é que podemos chamá-la assim, é mais uma questão de aparência do que de prática. Ao analisarmos as festas em Corumbá, percebe-se que esses espaços festivos são bem demarcados, que participam dos eventos somente pessoas convidadas e que fazem parte da vizinhança ou do círculo social dos festeiros. Mesmo nas maiores festas, que extrapolam o espaço da casa e acontecem na rua, com centenas de convidados, a imensa maioria dos participantes são moradores do bairro do festeiro, pessoas que o conhecem. Por essa razão, muitos turistas não chegam a participar desses eventos, o que justifica a existência do andor da prefeitura.

Podemos citar dois exemplos de festas em Corumbá que ilustram essas práticas. O primeiro é a festa de Alfredo Ferraz, que reúne uma grande comunidade, a Beira Rio. A casa conta com uma ampla varanda onde, nos dias que antecedem a celebração, ocorrem as

novenas. Essa varanda possui uma pintura dedicada a São João e, no dia da festa, torna-se o espaço para a distribuição de uma farta refeição: pela manhã, um café generoso, e à noite, um arroz carreteiro. Durante a noite, a festa se estende para a rua, onde as pessoas dançam quadrilha e compartilham a comida, distribuída gratuitamente aos participantes.

**Fotografia 6:** Café da manhã da comunidade Beira Rio (2022)



Fonte: Acervo pessoal

No entanto, o fato de a festa acontecer na rua não significa que ela seja desorganizada, pelo contrário, todos respeitam o espaço reservado da casa, nela são formadas filas para o recebimento dos alimentos, há um narrador que apresenta as atrações e as pessoas abrem espaço para os dançarinos.

Outro exemplo é do festeiro Pedro Paulo Miranda que também faz sua festa na rua e centenas de pessoas participam. Nessa festa são montadas barracas e os moradores da vizinhança vendem seus produtos e, de acordo com o festeiro, essa é uma oportunidade para que os moradores possam fazer uma renda extra durante o festejo. Além das barracas, uma estrutura de palco é montada no meio da rua para as apresentações da noite e que acaba se tornando um espaço onde à frente as pessoas dançam. Essa é uma celebração especial, onde São João, em respeito às tradições de matriz africana, é enfeitado e reverenciado dentro da

Tenda, enquanto a festa acontece em frente, ao ar livre. Assim como na comunidade Beira Rio, Pedro Paulo Miranda acolhe centenas de pessoas em um evento vibrante, onde todos comem, dançam e se divertem juntos, celebrando a união e a alegria da ocasião.

Essas duas festas são exemplos de como os participantes se relacionam com esses espaços, pois, mesmo que as festas aconteçam na rua, isso não significa uma ausência de ordem, esses eventos possuem seus códigos de conduta próprios, afinal, trata-se de festas religiosas. Então, nesse momento da festa essa rua que antes era local de passagem de carros e pedestres apressados torna-se um espaço domesticado destinado ao povo que está ali seja para brincar o carnaval, como analisa de DaMatta, seja para festejar o São João, como no caso de Corumbá. Essa rua se torna um novo espaço, ressignificado, “um centro de todo tipo de encontros e dramatizações típicas do carnaval [ou do São João, nesse caso]” (DAMATTA, 1997, p. 110).

Existem ainda aqueles festeiros que alteram suas casas de forma permanente para a festa construindo altares, tendas ou grutas para São João. Podemos observar um desses exemplos na residência da festeira Sandra Melgar. A antiga festeira era sua mãe e a família tinha o costume de não descer até o Porto devido à distância, pois seria difícil percorrer o caminho a pé ou deslocar a grande quantidade de pessoas que participam da festa.

Após o falecimento de sua mãe, Sandra herdou a festa e passou a ser a festeira. Foi então que a família decidiu construir uma pequena gruta no quintal de casa com uma espécie de fonte, especialmente, para São João. A imagem fica na gruta o ano todo e, no dia 23, o banho no Santo é feito ali mesmo, no quintal da casa onde também acontece a festa.

**Fotografia 7:** Gruta na casa da festeira Sandra Melgar (2022)



Fonte: Acervo pessoal

Sendo assim, ao analisarmos essas questões relacionadas aos espaços, não podemos deixar de observar que essa multiplicidade é parte da própria festa de São João, das inúmeras formas de organizar e promover o festejo, até porque não há, e insistimos no argumento de Vovelle (1991), uma festa imóvel, engessada ou única de fazer a festa. Como apontamos, essa dimensão íntima da festa não fica disponível para o turista, além disso, o local apresenta elementos que não podem ser vistos na ladeira, mesmo que sejam de extrema importância para o festejo. Seguimos nosso caminho descritivo e passamos a observar um momento anterior à festa, a etapa da organização. Para tanto, vamos observar um pouco como são as diferentes programações das festas e em seguida os diferentes ritos praticados pelos festeiros.

### 2.2.2. “O São João é feito por dezenas de pessoas”: a organização

A culminância de todo o planejamento já sabemos que acontece, há pouco mais de um século, no dia 23. Todavia as práticas dos festeiros se iniciam bem antes, são muitos os itens a serem arranjados, dos mantimentos ao altar, muita coisa precisa estar pronta para o dia de celebrar os milagres de São João.

Para que todos esses itens sejam organizados, as casas e ruas decoradas, cada festeiro possui sua própria forma de organização. Segundo Bianca Machado de Oliveira “o São João é feito por dezenas de pessoas” (OLIVEIRA, 2020) e pudemos observar que a interação entre o público e o privado das festas nas casas torna a festa um bem coletivo, um patrimônio vivo<sup>16</sup>, gerido, pensado e aproveitado por muitas pessoas. Em alguns casos o festeiro e sua família é que realizam tudo, em outros, existe uma divisão de tarefas que pode ser através de sorteio ou porque alguém se voluntariou para fazer.

Um desses exemplos é a festa organizada por Paulo Paes Vera. O festeiro explicou que recebe ajuda dos participantes para realizar as tarefas necessárias nos dias que antecedem a festa. De acordo com senhor Paulo as tarefas são divididas entre amigos e vizinhos e cada um ajuda com o que pode, então “[...] um vem com a camionete, a gente vai buscar palha, outro vem já faz a fogueira, um já corta o mastro, o outro vai pintando o mastro, outro vai ajudar na bandeirola, assim que vai” (VERA, 2021).

O festeiro explica ainda que existem algumas funções mais específicas como a do capitão do mastro que é responsável por tirar, pintar e entregar o mastro pronto no local da festa. Senhor Paulo contou ainda que quando eles vão tirar o mastro para sua festa ele sempre tira dois ou três mastros para poder doar para seus amigos que fazem a festa. Disse ainda que ele e Pedro Paulo Miranda são amigos e que eles compartilham alguns itens, como palha, e completa “um ajuda o outro” (VERA, 2021).

Assim como na festa de senhor Paulo, dona Lenir Cunha Reinaldi contou que, às vezes, as pessoas ajudam com a organização e as tarefas da festa, compram flores para o andor ou cumprem suas promessas enfeitando a bandeira ou a casa, por exemplo. Da mesma forma, a festeira Bianca Machado de Oliveira também afirma que recebe ajuda na preparação de sua festa – ela compartilha a organização com Clara, sua amiga, embora Bianca seja a

---

<sup>16</sup> O patrimônio vivo, segundo publicação do IPHAN, são “formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, [...] rituais e festas religiosas e populares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade”. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 2006, s.p.)

festeira cadastrada. Para Bianca as duas pensam na organização, nas estratégias, mas a organização depende de muitas pessoas.

Sou eu e Clara que fazemos e os amigos, né? Porque o São João é feito por dezenas de pessoas, tá? [...] se não for vinte, trinta pessoas que participam desse processo... de fazer lanterninha são duas semanas, tem gente que só vem fazer lanterninha, trabalha uma semana, tem gente que só vem fazer bandeirinha, trabalha três dias e tem gente que só vem aqui pra arrumar a luz, trabalha um dia (OLIVEIRA, 2020).

Essa ideia de comunidade, de grupo, é comum entre os festeiros de São João. Embora o cadastro da Prefeitura contemple apenas um festeiro como o responsável pelo evento, no geral ele é organizado por grupos de pessoas e é frequente a descrição da festa como esse momento de união em prol da fé e da devoção a São João.

Em alguns desses casos cada um ajuda como pode, em outros existe uma clara divisão de pelo menos algumas tarefas, como explicou o festeiro Alfredo Ferraz. No caso da Comunidade Beira Rio, ainda no dia de São Pedro, 29 de junho (apenas seis dias após a festa de São João), as tarefas do ano seguinte já são distribuídas e fica a cargo do próprio festeiro escolher quem será o capitão do mastro, o alferes da bandeira e a rainha da coroa.

De acordo com Alfredo, ele faz a escolha dentre aqueles que demonstraram interesse em realizar essas atividades e enfatiza ainda que o capitão do mastro costuma ser sempre a mesma pessoa por ser alguém responsável. As pessoas ficam encarregadas do cuidado e decoração das peças para que no dia 23 de junho, do ano seguinte, esteja tudo ornamentado e pronto para o festejo (FERRAZ, 2022).

Sobre esse caráter coletivo da festa, com outras nuances e interesses nos apontam João Carlos de Souza (2004) que

Vários traços da organização das festas populares eram compartilhados com as oficiais, promovidas pela Igreja Católica: os festeiros, o capitão-de-mastro, o alferes-de-bandeira. Nessa organização, nas festas populares de São João, incluíam-se também os cururueiros, as puxadoras de reza, (os festeiros são também conhecidos por juiz e juíza; rei ou rainha) compunham o chamado rainhado (reinado). Um grupo indispensável, de apoio à arrecadação de doações, era também mobilizado nas festas da Igreja (SOUZA, 2004, p. 342).

Mais uma vez, o passado da festa se faz presente nas práticas atuais. Vale apontar aqui que ao retomar a festa do início do século passado, temos claro que, apesar de muitas semelhanças nas atividades, a distância no tempo transforma muitos desses interesses e instâncias de poder. Naquele momento, por exemplo, a igreja católica tinha papel fundamental, desde a arrecadação de fundos para a festa, até sua execução, atualmente com muitas das transformações vividas até esta pesquisa, a Igreja se faz muito presente, principalmente, por ser um festejo de celebração a um santo, todavia já não exerce o mesmo papel de influência e centralidade na festa como o fez no exemplo do trecho.

De toda maneira, observar novamente a manutenção de alguns elementos, como, por exemplo, os papéis citados pelo festeiro Alfredo Ferraz de rainha da coroa, o alferes da bandeira e o capitão do mastro nos permite observar que de fato este é um patrimônio vivo, tanto no sentido do valor que tem para a comunidade, quanto como herança do passado que se mantém viva repetindo práticas e ritos há mais de cem anos.

Souza (2004) ainda aponta que essa coletividade, além de reforçar a festa como espaço de sociabilidade, remete a uma prática habitual, especialmente das camadas mais pobres, ligada ao mutirão seguido de refeição disponibilizada para todos que trabalharam. Para o autor, esta prática vem da conexão da festa de São João com o mundo rural e a fartura. Como vimos em Cascudo (2005) e Moraes Filho (2002) essa relação apontada por Souza é bastante verossímil e denota suas raízes pré-cristãs, pagãs e da vida no campo.

### **2.2.3. “Ninguém joga água no meu santo”: os ritos de 23 de junho**

Até aqui conseguimos perceber que os espaços da festa são bem diversos, devido o festejo acontece nas casas, varandas, garagens, barracões, tendas ou na rua, desde que o lugar comporte os convidados. Assim como identificamos uma multiplicidade de espaços, também há uma variedade de ritos, de formas de fazer o festejo, independente se essas festas e esses festeiros interagem, diretamente, com o poder público ou não. É exatamente essa variedade que nos interessa agora.

Conforme já comentamos, não há uma forma correta de fazer a festa, não existe um protocolo completo a ser seguido, no máximo o que podemos identificar é que vários festeiros seguem ritos semelhantes: da separação de papéis ao jantar, a descida da ladeira e o Banho. No entanto, para além dessas ações, existe uma gama de rituais que são realizadas pelos festeiros das diferentes matrizes religiosas que compõem a festa.

Em alguns casos as festas têm uma programação, específica e bem delimitada, que é enviada aos convidados, então todos sabem quais atividades acontecerão e em qual horário. Em outras as atividades são mais flexíveis e acontecem conforme a organização da família ali naquele momento. Em várias festas a primeira atividade é a missa, então os devotos levam seus andores para as igrejas para que sejam benzidos, temos registro de que participam festeiros católicos, do candomblé e da umbanda.

Na volta para a casa dos festeiros, os fiéis acompanham os andores em procissão enquanto rezam e entoam cantos. No caso das festas de seu Paulo Paes Vera, dezenas de

peessoas o acompanham da igreja até em casa. Assim também acontece com Alfredo Ferraz, dezenas de pessoas acompanham o andor e algumas pessoas da comunidade formam uma pequena banda que acompanha a procissão entoando as canções dedicadas a São João, além disso os fogos anunciam a chegada do andor.

Após a chegada, é servido um café da manhã com variedade de alimentos: bolos, pães, sucos, achocolatado e chá. Inicialmente, o costume era servir o café da manhã para as crianças, mas nos dois exemplos citados muitos adultos participam da refeição.

Em alguns casos antes do café da manhã acontece o levantamento do mastro. Com a chegada da procissão, as pessoas se organizam em frente à residência para acompanhar a cerimônia. O mastro é acompanhado por uma bandeira de São João e uma coroa que são decoradas e colocadas no topo, sendo que esses itens são responsabilidade do capitão do mastro, do alferes da bandeira e da rainha da coroa, respectivamente.

No caso da festa de Alfredo Ferraz ele conduz a cerimônia. As pessoas rezam cinco ave marias enquanto caminham em torno do mastro. Ao final o mastro é colocado no lugar e as pessoas se dirigem até o espaço do café da manhã.

Em outras casas o levantamento do mastro acontece durante a noite, como é o caso da festa de dona Idalina Gonçalves da Silva. O ritual é semelhante, mas no caso dessa festa os devotos recebem velas que são acesas quando o mastro é içado. No entanto, aqui há mais uma particularidade, nos dias de novena que antecedem a festa dona Idalina deixa um recipiente com cerâmica cheio de mel ao lado do andor e as pessoas podem escrever seus pedidos a São João em um pequeno pedaço de papel e em seguida devem colocá-los no mel. Então, antes de colocar o mastro no seu devido lugar, dona Idalina coloca os papéis com os pedidos e o mel no mesmo buraco do mastro para que São João interceda pelos devotos.

Na festa de senhor Paulo Paes Vera, o levantamento do mastro também acontece durante a noite. Terminado esse ritual, a programação da festa continua, geralmente, com uma comida mais leve sendo servida como o sarrabulho, por exemplo.

**Fotografia 8:** Cerimônia de içamento do mastro – Alfredo Ferraz (2022)



Fonte: Acervo pessoal

Nos festejos observados por Souza, vemos uma diferença na figura que desempenhava o papel do içamento do mastro, lá “os cururueiros têm uma participação especial nas festas de São João, presidir o levantamento do mastro. Cantam, dançam e rezam acompanhados de dois instrumentos, a viola de cocho e o reco-reco” (SOUZA, 2004, p. 339). Outro momento de devoção que marca diversas festas antes do banho e do jantar é a missa. Em alguns casos, os festeiros concentram a programação da festa para a noite de 23 de junho, então os convidados fazem alguma oração ou um padre se desloca até a casa do festeiro para celebrar a missa.

Encerrado o rito, esse é o momento em que os festeiros se preparam para o banho, seja ele feito em casa ou no rio Paraguai. Alguns festeiros que descem em direção à ladeira Cunha e Cruz se reúnem para fazer a procissão de descida juntos, como é o caso de dona Idalina, Alfredo Ferraz, dona Denilce Fátima de Oliveira e dona Epifânia, devido à proximidade das residências. Para sinalizar o momento da reunião dos andores os participantes soltam fogos e à medida que os devotos vão chegando inúmeros andores se reúnem.

Em procissão, dezenas de pessoas descem caminhando pelas ruas enquanto rezam, cantam a música de homenagem a São João e soltam fogos para avisar que a procissão está descendo. Nesse trajeto, cada um dos andores é carregado por quatro pessoas adultas e, em alguns casos, adolescentes e crianças também participam. A procissão e o banho são os momentos mais importantes para os festeiros e devotos, inclusive alguns festeiros que não descem até o rio Paraguai fazem as procissões nas ruas dos bairros, geralmente próximo a casa para então banhar a imagem do Santo.

Roberto DaMatta explica essa relação das procissões, o sagrado e a relação com os fiéis ao observar o contexto brasileiro:

A procissão se configura como um momento em que o santo, que está acima de todos, suprime a dicotomia *casa/rua*, criando seu campo social próprio. Carregado num andor e mais alto do que os homens, ele fica realmente *elevado* e *acima* de todos, irmanando os fiéis que, no momento de sua passagem, transferem (muitas vezes com emoção sincera e perturbadora) seus sentimentos de filiação para ele (DAMATTA, 1997, p. 104).

Assim como apontado pelo autor, percebemos que em Corumbá o momento da descida do Santo não é um momento de simples deslocamento. Se fosse somente isso os devotos poderiam ir até o porto com seus carros, mas não o fazem, porque descer caminhando na procissão ou pelas ruas do bairro faz parte dessa conexão com o santo e cria os laços, “[...] o ponto é relacionar-se com e pelo santo” (DAMATTA, 1997, p. 105).

Caminhar até o rio Paraguai é um rito tão importante para os festeiros que muitos o fazem mesmo com dificuldade. Dona Eunice, por exemplo, contou que nos últimos dois anos não conseguiu descer caminhando até o rio devido a problemas no joelho, mas “[...] eu gosto de ir de a pé pra mim ir com os outros rezando, cantando, aí a gente fica contente” (PEREIRA, 2021). A filha de dona Eunice, Elenina Paula da Silva, que também é festeira, afirmou, em sua entrevista, que mesmo com todas as dificuldades para caminhar foi difícil convencer a mãe a não descer com a procissão.

Assim como dona Eunice, dona Lenir também conta que sofreu um acidente e passou a ter dificuldades para se locomover. Ainda segundo a festeira, mesmo ela não conseguindo ir caminhando, a procissão seguia com os outros devotos que estavam na festa enquanto ela ia de carro e os encontrava na prainha no momento do banho da imagem.

Quando os inúmeros andores chegam até o porto é o momento do banho de São João. Os fiéis se reúnem em torno da imagem e jogam a água do rio Paraguai na imagem. Segundo Eunice Rocha (1997), já ocorreu de vários andores chegaram no rio ao mesmo tempo e essa junção gerou uma pequena confusão entre as pessoas que se comprimiam e tentavam

participar do banho. A confusão era tamanha que algumas imagens caíram na água e até mesmo quebraram, mas a autora ressalta que mesmo esse contratempo não ofuscou o brilho da festa e que o hábito da aglomeração no rio não se alterou.

Esse momento do banho para alguns é de festa e comemoração, já outros preferem que o rito seja feito de uma forma específica, como é o caso de dona Idalina. A festeira explica que não gosta que as pessoas joguem água em seu santo de qualquer forma, segundo ela, o banho tem que ser realizado de forma delicada e explica “[...] ninguém joga água no meu santo, eu que dou banho [...] é com carinho... vai lá pôr a mão na água, joga na cabecinha dele e passa no corpo dele” (SILVA, 2022).

A festeira tem em seu andor a imagem de São João menino e chama o santo de “meu menininho” e segundo ela todos os convidados que descem já sabem que é assim que ela banha o santo, tanto que sua nora e sua filha entram na frente para proteger a imagem se necessário. Aqui, podemos perceber que, para a festeira, o ritual do banho deve acontecer de uma forma muito específica, não consiste apenas em jogar água no Santo de qualquer jeito, é preciso cuidado e zelo ao dar o banho, como se fosse o próprio Santo presente nas águas do rio Paraguai naquele momento.

É interessante pensar que São João é humanizado durante a festa, aquela imagem não é apenas uma representação, os festeiros o colocam como uma pessoa que está presente, que fica feliz, triste, ou até mesmo com vontade própria “meu santo vai descer na hora que ele quiser” (OLIVEIRA,, 2020). Roberto DaMatta, ao analisar as procissões religiosas, observa que “[...] é como se o corpo dos fiéis perdesse suas fronteiras e, nos momentos mais fervorosos, pudesse juntar-se a ao corpo da própria imagem, dando-lhe vida” (DAMATTA, 1997, p.106).

Um momento em que isso fica perceptível é quando o santo está descendo ou subindo a Ladeira de volta para casa e encontra outra imagem de São João e elas se cumprimentam. O gesto consiste em “as pessoas que os carregam ajoelham-se por sete vezes, num cumprimento respeitoso” (ROCHA, 1997, p.48).

De acordo com o festeiro Pedro Paulo Miranda, “[...] é uma grande alegria quando os festeiros se encontram, aqueles que já banharam o santo, já estão retornando e aqueles que estão descendo ainda” (MIRANDA,2021). Para os festeiros, nesse momento são os andores e os próprios santos que estão se cumprimentando, num momento de alegria e encontro.

A ladeira, onde os andores se cumprimentam e congraçam, se constitui, durante a festa do Banho de São João, num espaço de interação festiva e de expressiva vivência da diversidade, nela diferentes grupos sociais se reúnem, e se

confraternizam, sob uma mesma religiosidade (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019 p. 176).

Sendo assim, esse espaço permite o encontro de festeiros católicos, espíritas, da umbanda e do candomblé, e que compartilham dessa mesma fé, dando a festa esse caráter de evento inter-religioso. Ali festeiros dessas diferentes matrizes religiosas se encontram, se cumprimentam e banham suas imagens. Um exemplo dessa pluralidade é citado no Dossiê de Registro apresentado ao IPHAN em que há uma imagem de dona Janete Tinoco abençoando diversas pessoas<sup>17</sup>.

Todos se movem pela mesma fé e estão imbuídos do mesmo propósito de reverência e adoração. Assim, quando a mãe de santo chega com seu andor nas águas do Paraguai, forma-se uma discreta, porém persistente, fila de pessoas para receber a sua benção, ministrada com o auxílio do coité. O Banho do Santo se consolida, então, como um ritual de congraçamento, de diálogo religioso e de socialização através do sagrado (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019 p. 137).

No sincretismo, o Orixá africano Xangô é São João Batista e os festeiros de religião de matriz africana participam da festa levando a imagem de São João menino em seus andores. A festeira Elenina Paula da Silva explica um pouco dessa relação entre o orixá e os santos católicos:

É que São João pra nós é Xangô novo, então nós sempre louvamos Xangô, Xangô é o rei da Justiça, é o Santo que faz a justiça, é igual São Miguel, você faz um pedido pra ele de causa de justiça ele realiza... então, é Xangô novo pra nós São João porque São João é um menino festeiro [...] ele gosta de festa. Já São Pedro a gente fala que é Xangô velho, porque já é mais adulto, não gosta muito dessas coisas, então a gente fala São João é Xangô novo que gosta da festa [...] (SILVA, 2021).

Conforme comentado, essa festa é um exemplo de ramificações dentro da própria família, pois a mãe da festeira fazia a festa e Elenina passou a fazer para cumprir uma promessa feita a Xangô – São João – por uma causa de justiça. Ela conta ainda que, na noite do dia 23, oito andores se reúnem para fazer a festa na casa de sua mãe, dos quais um pertence a ela, o outro a sua mãe e os demais são de vizinhos tanto dela quanto da mãe.

O ritual feito pela comunidade começa ainda no dia 22, com trabalhos para os pretos velhos e para Xangô. No dia 23, a comunidade faz uma reza pela manhã, levando o andor até a igreja e a tarde, antes da descida, fazem outra reza ao redor da fogueira e cantam. Segundo Elenina, a comunidade desce com os oito andores caminhando, inclusive as crianças, conforme manda a tradição do grupo por volta das 19 horas.

---

<sup>17</sup> Mãe Janete, como era conhecida, era umbandista e foi uma importante festeira de São João por mais de quarenta anos. Dona Janete faleceu em janeiro de 2020 e atualmente sua filha é a responsável pelo festejo. (NUNES, 2020, s.p.)

Assim como em outras festas, geralmente, o jantar é servido somente após o banho, na volta para a casa do festeiro e, no caso dos festeiros que não descem, o jantar também é servido somente após o banho. Nesse momento, a programação do porto interfere de forma indireta nas festas das comunidades. Não porque os festeiros modificam suas festas para atender a alguma demanda do poder público, mas porque muitas pessoas não retornam para as festas nas casas, já que preferem ficar no porto para assistir ao show ou apenas jantam e vão embora.

Após servido o jantar, geralmente, as festas têm algum tipo de atração musical (que varia entre banda, dupla ou apenas uma caixa de som) para que as pessoas possam dançar. No entanto, muitas pessoas não participam desse momento e alguns festeiros não gostam dessa prática como é o caso de dona Idalina. A festeira explica que não faz o baile devido ao pequeno espaço da casa, então serve o jantar antes da descida, mas muitas pessoas comem e vão embora, para ela “[...] eu acho assim, se você está recebendo você tem que ficar até o fim..., mas não fica, o pessoal vem, come e vai embora” (SILVA, 2022).

Ao analisarmos a fala de dona Idalina podemos pensar na importância da alimentação para esses festeiros, não apenas pelo prisma de que incomoda que para alguns festeiros os convidados não podem estar preocupados apenas com a comida, mas pelo destaque que o repasto recebe. No próximo tópico analisaremos qual a relação dos festeiros com os alimentos e como esse é um elemento relevante nas festas dos festeiros.

#### **2.2.4. “Festa de Santo tem muita fartura”: a alimentação**

Conforme pudemos observar, a festa acontece no porto, nas casas dos festeiros, nos quintais e nas ruas. Essa multiplicidade de espaços está diretamente ligada à diversidade de programações e ritos que compõem a festa, e tudo isso depende do número de convidados, do tamanho da casa e das condições materiais do festeiro ou da comunidade.

Como comentado, entre essa diversidade, uma característica que chama a atenção é a questão financeira, pois, em muitas festas, não se cobra por nada, nem pela comida nem pela entrada. Essa questão financeira faz com que os festeiros encontrem alternativas para o custeamento e organização do festejo. Bianca Machado de Oliveira, por exemplo, conta que durante algum tempo os convidados levavam um prato de comida para ser partilhado com os demais, mas atualmente ela cobra um pequeno valor na portaria. De acordo com a festeira, muitas pessoas circulam pela festa, porque ela reside próximo ao porto, além disso Bianca

trabalha com a cultura, então ela disse ser uma pessoa conhecida na cidade, o que faz com que as pessoas queiram visitar sua festa.

A alternativa para isso foi a cobrança de um valor de entrada e o preço depende se é um convidado que vai ficar pouco tempo na festa ou se é alguém que vai ficar ali a noite toda e jantar. De acordo com a festeira, ela elaborou essas estratégias, porque no início os gastos eram muito altos e pagos por ela (OLIVEIRA, 2021).

É importante destacar que a maior parte dos festeiros entrevistados nessa pesquisa não moram no centro da cidade (com exceção de Bianca Machado), muitos moram em bairros afastados do centro e em pequenas casas – o que não significa que não existam festas luxuosas na área central da cidade, trata-se apenas do recorte dos entrevistados. Em muitas dessas festas a comida é servida com fartura e em alguns casos são duas ou mais refeições no dia e o que permite essa abundância, segundo os festeiros, é a forma como essas festas são organizadas. Em sua maioria, as festas são feitas a partir da colaboração da comunidade festeira e cada um contribui com o que pode, desde a ajuda nas tarefas que são necessárias para preparação da festa ou com a doação de alimentos.

O festeiro Paulo Paes Vera explica que não cobra nenhum valor e que nunca cobrou. Quando questionado sobre como consegue fazer isso, ele explica que várias pessoas que participam da festa o ajudam. Ele conta que todos os anos, depois da missa das seis horas da manhã, serve um chá e que sua filha e alguns vizinhos sempre ficam responsáveis por essa refeição. O festeiro explicou que:

A gente não se preocupa com o chá da manhã. Esse é todo ano eles que dão... é salgado, é bolo, é tudo, tudo, tudo que você pensar em salgado... eles falam “não precisa esquentar para o chá da manhã eu é que vou fazer pro São João” [...] Aquela fartura! E eu sou assim, um festeiro que o que está na mesa é do santo, foi feito pra comer, então aí se está sobrando muito falo que cada um pode pegar um pouquinho e pode levar (VERA, 2021).

Engana-se quem pensa que esse café da manhã é servido para poucas pessoas, de acordo com festeiro após a missa muitas pessoas acompanham seu santo até a casa e cerca de setenta pessoas participam do chá da manhã. Essa fartura narrada por seu Paulo é comum de se ouvir quando o assunto é a festa de São João.

De acordo com o festeiro, essa quantidade de comida é possível porque as próprias pessoas que participam da festa doam uma parte dos alimentos: “[...] tem uns que traz um óleo, outros fala ‘toma aqui Paulo tem um dinheirinho aqui’, assim que vai indo, tem um fardo de guaraná [...]”. Outra parte dos gastos vem do recurso doado pela Prefeitura para os festeiros cadastrados. De acordo com seu Paulo, o dinheiro ajuda, mas não é suficiente “[...] que ajuda a gente ganha pouca coisa, né? Quatrocentos, o que que é quatrocentos reais? Você

compra um gás, acabou. Três, quatro quilos de carne” (VERA, 2021). O festeiro explica ainda como é essa fartura de alimentos durante a festa:

As panelas minhas são tudo assim [fazendo um gesto demonstrando que a panela era larga e alta]. Ela vai até a tampa e chega na hora não cabe mais nada... eu fico tão feliz, fico contente, contente que eu fiz para São João... na última eu fiz oitocentos espetinhos e eu dava pra turma comer de três, três, três, três e não acabou! Que coisa, hein? Uma fartura. Sobrou um pouco ainda, aquele que chegava mais tarde na festa podia comer... aqui não é só pra quem ajudou, aqui é festa liberal pra todos (VERA, 2021).

De acordo com seu Paulo, o costume de não cobrar pela entrada ou não vender a comida da festa era de sua mãe, a antiga festeira. Assim como na festa de seu Paulo, na festa de Alfredo Ferraz também não há nenhum tipo de cobrança de valor, exceto na venda de bebidas. O festeiro explica que a arrecadação para a festa começa meses antes do festejo, e que, no dia 24 de junho, as pessoas mais próximas almoçam em sua casa e eles fazem uma espécie de balanço sobre a festa, pensando nos pontos que podem ser melhorados para o ano seguinte.

Alfredo Ferraz explica que após o Carnaval (geralmente, dia 19 de março, dia de São José), eles costumam se reunir para começar a programar as ações e distribuir as tarefas para arrecadar dinheiro para a realização da festa. Ele comentou que, no ano de 2022, houve uma tentativa de reaproximação com a comunidade após o hiato provocado pela pandemia através da visita às casas:

Esse ano nós fizemos a visita com a bandeira de São João. Eu mandei confeccionar duas bandeiras menores. Foi uma forma também de visitar as famílias, entendeu? De chamar o povo de volta, como ficou dois anos afastado, né? Falei, vamos fazer uma forma de São João visitar o seu povo. Então a gente começou a levar a bandeira na casa das pessoas e aqui tinha a tradição que fala tirar esmola. A bandeira passa e a pessoa amarrava só a oferta numa forma de ajudar, isso ajudou também muito nós financeiramente, entendeu? Não conseguimos atingir todo mundo porque é muita pessoa pra visitar, né? Então tem uns que tão até de cara comigo que falou: ‘você não levou a bandeira lá em casa’. Eu falei: ‘poxa, num deu mesmo, mas pro próximo ano’, eu falei, ‘a gente começa se programar melhor, né? Pra visitar e levar a bandeira pro pessoal [...]’ eles chamam uma de esmola, entendeu? É uma oferta, aonde chega a gente não pede já é de costume da pessoa vim e colocar, amarrar alguma coisa. Uma oferta pra festa, né? Pro santo (FERRAZ, 2022).

A partir do relato do festeiro, podemos identificar que a organização de um espaço, como o da festa da comunidade Beira Rio, demanda muito trabalho e colaboração da comunidade. Pela manhã, após a missa, é servido um café da manhã para a comunidade. Dezenas de marmitas de isopor são levadas até a varanda da casa e distribuídas. Durante a noite, a festa é deslocada para a rua, então os participantes têm à disposição um carrinho de pipoca e uma barraca com cachorro-quente, que ficam na calçada e o arroz carreteiro que é

servido na varanda da casa. Todas essas refeições não têm nenhum custo para os devotos, apenas as bebidas são cobradas.

Dona Lenir também afirma que nunca cobrou entrada, e que as pessoas que participam da festa ajudam com algumas doações, principalmente, quando ela serve churrasco como prato principal. A festeira contou ainda que sofreu um acidente há alguns anos e que por isso a dinâmica da festa precisou mudar, um vizinho passou a ajudá-la e agora eles servem apenas um carreteiro, mas dona Lenir lembra da última festa que fez antes do acidente:

[...] Eu comprei a novilha, dei churrasco para o povão, mais de trezentas pessoas... mesas, mesas, e mesas.... E eu sempre coloco refrigerante à vontade, né? Cerveja que eu punha uma em cada mesa e vendia assim para as pessoas só pra eu pagar a cerveja, porque isso a gente num ganha e é caro, né? (REINALDI, 2021).

Assim, em épocas de mais recursos esses festeiros fazem festas grandiosas e gratuitas, e em períodos de recessão eles precisam criar alternativas para que o evento continue acontecendo. O que alguns fazem é servir apenas sarravulho ou o carreteiro, pois são pratos típicos das festas juninas da região e mais baratos.

Nas falas dos festeiros, torna-se perceptível o orgulho que eles têm em servir churrasco de forma gratuita para seus convidados e quanto mais gente, melhor. Por outro lado, também é possível identificar em suas falas a decepção quando eles não conseguem mais servir o churrasco, especialmente, porque ficou um item muito caro para o poder aquisitivo deles. Quando a questão financeira é debatida, são comuns as reclamações de que o apoio do poder público é insuficiente, pois o valor recebido pelos festeiros cadastrados não cobriria os gastos básicos com a festa.

Toda essa discussão em torno da gratuidade e do grande número de pessoas cria uma espécie de hierarquização da abundância entre os festeiros, ou seja, uma estratificação que não é oficial, não existe formalmente, mas que aparece nas entrelinhas das falas desses sujeitos. Essa classificação é mais uma camada de disputa que envolve a quantidade de comida, a gratuidade ou não do evento, o número de convidados, a longevidade daquela festa, enfim, muitas nuances dentro de um grupo que não é homogêneo.

No entanto, é importante destacar, ainda que os festeiros disputem essa posição de destaque a maior parte desses homens e mulheres não faz parte de um grupo abastado da população. Corroborando com essa ideia, José Gilberto enfatizou que muitos deles fazem a festa com muito esforço, pois são pobres e dependem de ajuda para as festas serem realizadas (ROZISCA, 2021).

De acordo com Rocha (1997), essa questão financeira também era um problema no passado, porque os festeiros mais ricos podiam cobrir as despesas com a festa, enquanto os

mais pobres necessitavam de ajuda. A autora explica que uma saída foi a criação de uma Irmandade de São João com muitos associados, para os quais era distribuídas algumas funções como capitão do mastro, alferes da bandeira e rainha da coroa que vimos anteriormente. Essa distribuição de funções e de custos permitia que a festa pudesse ser realizada, mesmo com poucos recursos disponíveis.

Atualmente, além dessas divisões, temos um outro apoio citado pelos festeiros: a ajuda direta de alguns políticos locais para a organização da festa. Dona Lenir, por exemplo, contou que ganhava alguns itens da festa “[...] quem me ajudou muito foi Ricardo Candia que foi prefeito por muitos anos... Aí o doutor Sandro... Quem mais finado Ruitter me ajudou muito, ele não vinha, mas ele mandava cinco pacote de refrigerante” (REINALDI, 2021)<sup>18</sup>.

Durante a observação participativa na festa, de 2019, foi possível observar essa presença da classe política na festa de Dona Janira, no bairro Nova Corumbá. A festa acontecia, normalmente, quando o Prefeito Marcelo Iunes chegou acompanhado de alguns assessores e fotógrafos. O Prefeito cumprimentou a festeira e foi até o espaço onde o churrasco estava sendo preparado, conversou com os convidados e após alguns minutos foi embora.

Essas diferentes formas de se envolver no evento demonstram o interesse da classe política na festa. É interessante destacar que dona Janira não era cadastrada<sup>19</sup> devido à distância da residência da festa até o rio, então o banho era feito ali mesmo. No entanto, mesmo assim o Prefeito se deslocou até o bairro para participar da festa.

Nesse sentido, podemos afirmar que eventos juninos e outras festas brasileiras tradicionais são oportunidades para a construção de prestígio e de poder político, então é comum observar a participação dos políticos locais e seus sucessores na busca por visibilidade (LIMA, 2007). Além disso, tratando-se do São João em Corumbá, a possibilidade de contato com o povo nos dias de festa é ímpar, pois, além do espaço da festa institucionalizada, existem dezenas de festeiros espalhados pela cidade que podem receber uma visita ou algum tipo de ajuda para a realização da festa.

Essa lógica comercial da festa, assim como os interesses políticos, será trabalhada com mais propriedade mais à frente. Por hora vale ressaltar que essas visitas e auxílios se devem

---

<sup>18</sup>Ruitter Cunha de Oliveira foi prefeito de Corumbá entre os anos de 2005 e 2012. Após esse período, ficou quatro anos afastado da administração municipal. Em 2016, Ruitter foi eleito para o terceiro mandato, mas, em 1º de novembro de 2017, faleceu devido a um problema no coração. Quem assumiu a Prefeitura foi seu vice, Marcelo Iunes (TV MORENA, 2017).

<sup>19</sup> Atualmente, a festa é realizada por sua sobrinha, Sandra Melgar, que também não é cadastrada.

também a uma busca por “dividendos eleitorais” (FARIAS, 2005, p.19) e adicionam mais uma camada de complexidade ao São João de Corumbá.

Todas essas questões colocam em debate as inúmeras formas de se realizar a festa e as complexidades que a envolvem: tempo em que realiza a festa, convidados (figuras públicas ou não), custos, andor, dentre outros. Assim sendo, uma dessas particularidades que analisaremos a seguir é que as festas passam de geração em geração na própria família e há famílias que fazem a festa há décadas. Isso também cria, se não uma hierarquia de forma oficial, um rol de festeiros de destaque, os chamados festeiros tradicionais, pois promovem o festejo há muito tempo. Essa tradição e a preocupação com a continuidade da festa que nós trabalharemos a seguir.

#### **2.2.5. “Já passei meu Santo para o meu filho”: as várias gerações da festa**

Como supracitado, a festa de São João em Corumbá é um momento de encontro e de festejo entre amigos, vizinhos e familiares. Algumas dessas famílias fazem a festa há décadas e em alguns casos é perceptível uma preocupação por parte dos festeiros com a continuidade da festa.

Essa *herança festiva* é uma das motivações que leva muitos festeiros a fazer a festa, pois a festa era dos avós, dos pais e tios e é passada de geração em geração nas famílias. Por outro lado, muitos começam a realizar a festa por devoção, fé ou em razão de alguma promessa.

Um desses exemplos que festa que foi passada da mãe para o filho é a de Pedro Paulo Miranda. O festeiro contou que a festa começou por uma promessa feita por sua mãe, dona Carlinda. De acordo com o festeiro, ele tinha apenas três meses, estava muito doente e os médicos haviam dito a família que mais nada poderia ser feito. Então, os pais dele o levaram para casa e, como o menino ainda não era batizado, o Padre foi até a residência da família para batizá-lo, no entanto,

[...] tive sucessivas convulsões nisso chegou o padre e me batizou [...] terminou o batismo, tive uma convulsão muito mais severa ainda, pesada, e morri... fui dado como morto. O padre ainda presente fez a extrema unção porque ele ainda estava ali e iniciou o velório, mamãe chorando... e era dia de São João, vinte e três de junho de mil novecentos e sessenta e quatro... e nisso passava uma festividade, os festeiros com o andor rumo ao rio Paraguai [...] quando mamãe ouviu, ela como qualquer mãe faria levada pelo desespero, correu e se atirou embaixo do andor e pediu ali a São João Batista que me devolvesse a vida, que devolvesse a saúde e me devolvesse a vida, em prantos, as pessoas que estavam na procissão em respeito pararam ali [...] Depois de alguns minutos veio o meu pai, minha tia e pegava ela pelo braço e falava

“o Pedro acordou, o Pedro acordou”. Eu já tinha quase uma hora e meia de velório (MIRANDA,2021).

Naquele momento, dona Carlinda entrou em casa e encontrou o filho chorando sobre a mesa, então fez a promessa de que faria uma festa para São João por sete anos, no entanto, enquanto esteve viva, não deixou de fazê-la e agora quem a faz é seu filho. De acordo com Pedro Paulo Miranda, por ser muito pequeno ele não tem lembranças do fato, mas conta a partir das histórias que ouviu da família ao longo da vida. Esse episódio é tão importante para ele, que Pedro Paulo declara que é festeiro a vida toda, desde esse dia ele se tornou um festeiro de São João.

Assim como dona Carlinda o fez, em Corumbá, é comum que essas promessas sejam feitas para sete anos, pois é tradição que o mesmo andor seja utilizado durante esse período. Eunice Rocha explicou que

O andor, na sua feitura, registra o tempo, em anos, que o promesseiro realiza a sua festa. Assim, no primeiro ano, há somente um patamar. No ano seguinte, acrescenta-se-lhe um outro e assim por diante, até que o prazo da promessa se complete, isto é, sete anos, sete patamares (ROCHA, 1997, p. 50).

No entanto, com muita frequência os festeiros continuam fazendo a festa mesmo depois da promessa cumprida, como é o caso de Elenina, que disse “se eu conseguisse ganhar a causa ia fazer durante sete anos um andor pra mim carregar e dar banho, só que já passou sete anos e a gente continua a tradição [...]” (SILVA, 2021).

A partir desses relatos, podemos pensar duas motivações muito comuns que levam as pessoas a fazerem a festa de São João que é a promessa e a questão da continuidade da festa na família. Sendo assim, Pedro Paulo Miranda, Alfredo Ferraz, Paulo Paes Vera, Sandra Melgar e dona Denilce Fátima de Oliveira são alguns poucos exemplos de festeiros que assumiram uma festa que já era feita na família há anos ou décadas.

O festeiro Paulo Paes Vera, por exemplo, conta que sua irmã passou a festa para ele há cinco anos, mas que antes “era meu tio passou para a minha vó, da minha vó passou pra minha mãe, da minha mãe passou pra minha irmã... essa festa tem na faixa de uns, que eu to entendendo de gente uns 80, 90 anos” (VERA, 2021).

**Fotografia 9:** São João do festeiro Paulo Paes Vera (2021)



Foto: Acervo pessoal

O festeiro complementa ainda dizendo que todas as gerações da família fizeram a festa com a mesma imagem de São João, um desenho de São João protegido por um vidro, emoldurado com fitas e pedras vermelhas e douradas. A imagem estava, cuidadosamente, envolta por um plástico e, segundo seu Paulo, só sai dali quando é colocada no andor e complementa dizendo que não empresta, pois é uma relíquia que está na família há muito tempo. Caso alguém peça emprestada a imagem, o próprio senhor Paulo leva, participa do evento e traz a imagem de volta para casa.

Essa questão do cuidado com a imagem e com a continuidade da festa é tão importante que o festeiro afirma que

Eu em vida já passei meu Santo já para o meu filho, pra ter a continuidade, né?! Pra não sair a tradição... não sei amanhã ou depois vou estar vivo perto dele, mas ele já tá ciente que ele vai ser o próximo, aí segue a festa [...] o mesmo São João continua com a nossa família (VERA, 2021).

Alguns desses festeiros ficaram tão populares na cidade que até hoje a festa ainda é conhecida pelo nome do festeiro anterior, mesmo que em alguns casos essas pessoas já tenham falecido. De acordo com José Gilberto, numa iniciativa de “valorizar essas famílias mais tradicionais”, o poder público passou a permitir que os antigos festeiros fossem homenageados nos certificados de agentes culturais por meio de um *In Memoriam* com o nome do festeiro antigo. Sendo assim, o certificado passou a trazer o nome do atual festeiro e do festeiro de quem a festa foi herdada (ROZISCA, 2020).

Ainda segundo o entrevistado, à medida que essas festas *In Memoriam* foram se popularizando outros festeiros passaram a reivindicar que suas festas também fossem reconhecidas como uma herança de família e que levassem o nome do antigo festeiro, o que, segundo ele, foi atendido pelo poder público.

Aqui podemos identificar que, em alguns momentos, o próprio poder público classifica alguns festejos como mais tradicionais. Além disso, percebemos também que os festeiros são figuras atuantes nesse processo de institucionalização da festa, pois reclamam, fazem pedidos e discordam de ações tomadas pelo poder público. Ao solicitarem o reconhecimento de suas festas, também como parte de uma *herança* familiar, o grupo cobra da Prefeitura um tratamento igualitário entre os festeiros, independentemente, do tamanho da festa ou da importância do festeiro perante a comunidade.

Nesse processo, uma outra coisa que chamou à atenção é que muitos dos festeiros que se cadastravam relatavam que faziam a festa há poucos anos, quatro ou cinco, mas que, ao conversar com essas pessoas os funcionários da fundação de cultura, descobriam que era festas que existiam há décadas na mesma família, a mudança era que aquela pessoa havia assumido a festa há poucos anos.

Assim, enquanto os turistas e devotos estão na ladeira acompanhando a descida dos andores, de fato, ouve-se que está descendo o andor da festa de dona Carlinda, com o festeiro Pedro Paulo Miranda, o Arraiá de Shá Onça de Bianca Machado de Oliveira (que era de Heloísa Urt) e tantas outras festas que homenageiam festeiros antigos.

Consideradas todas essas particularidades, foi possível compreender a complexidade da festa do banho de São João. A manifestação não se limita a descida dos andores pela Ladeira Cunha e Cruz nem ao festejo promovido pelo poder público no Porto Geral. Estamos falando de uma festa que envolve centenas de pessoas que trabalham em sua organização durante semanas ou meses e que pensam em cada detalhe, desde as lanternas feitas de papel

para decorar o espaço até a arrecadação de dinheiro para que a comida possa ser servida no dia da festa para a comunidade.

Esses festejos que são realizados pelas mesmas famílias há gerações tem no ritual do Banho de São João seu ponto mais alto, a motivação de todos aqueles devotos caminharem de suas casas até as águas do rio Paraguai. Nesse momento, aquela imagem ali não é apenas uma estátua, um objeto material, é alguém próximo, quase da família ou o “meu menininho”, nas palavras de dona Idalina.

Quanto ao papel do poder público, notou-se que a pressão dos festeiros foi importante para romper com o privilégio da homenagem concedida, inicialmente, às chamadas famílias mais tradicionais. Nesse sentido, podemos perceber que esse grupo ora aceita as propostas da Prefeitura, ora crítica, ou seja, não há somente uma imposição do poder público, há um movimento em torno do processo de institucionalização.

Medidas como as que citamos, nesse capítulo, são exemplos de como a Prefeitura de Corumbá age em torno do festejo, no entanto, essas ações começaram há décadas, por meio de diferentes iniciativas como o cadastramento, a criação de um banco de dados sobre os festeiros ou uma ajuda de custo para os festeiros que cumprissem determinados requisitos. No próximo capítulo analisaremos, especificamente, as medidas na busca por compreender a relação entre o poder público, os festeiros e suas tradições.

### **3. O MOVIMENTO PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Ao observarmos as características da festa, no capítulo anterior, foi possível identificar a presença do poder público em diferentes esferas do festejo, principalmente, na festa realizada nas imediações do porto geral. Conforme comentamos, atualmente a prefeitura é a responsável por promover o festejo e por diversas outras iniciativas que envolvem diretamente moradores, turistas e os festeiros.

Assim sendo, no capítulo anterior consideramos os interesses da classe política local no evento, em busca de visibilidade e geração de ganhos. Há mais de uma forma direta de participação desses agentes da institucionalização, ou seja, do poder público institucional atuando sobre a festa, seja representado pela Secretaria de Cultura, pela Fundação de Cultura e Fundação de Turismo, seja pelo controle exercido pelas forças policiais e as delimitações físicas impostas por grades e fitas ou mesmo na informalidade das visitas e patrocínios, que acontecem longe das câmeras, que atores políticos fazem aos festeiros.

Dessa forma, perceberemos que, as propostas acerca do festejo são realizadas de acordo com os interesses e objetivos de cada um desses grupos. Esse fator traz à luz o fato de que a própria institucionalização não é estática, nem unilateral, mas responde aos processos históricos em que se insere e aos interesses de quem ocupa os cargos públicos, responde inclusive a algumas exigências dos festeiros que muitas vezes são das mesmas comunidades de agentes públicos e políticos, tendo com essas relações próximas e afetivas. As fronteiras entre a institucionalização e a tradição, entre a festa do turista e a festa do festeiro têm contornos bem desenhados, mas que se tornam turvos em determinados aspectos.

Em vista disso, perseguindo nosso objetivo de analisar nuances da institucionalização da festa do Banho de São João, vamos examinar como a prefeitura instituiu algumas iniciativas como o cadastramento dos festeiros, o auxílio aos festeiros (que era material e depois se tornou financeiro), as condicionantes para esse recebimento, as certificações dos festeiros como agentes culturais municipais, dentre outras.

O cadastro dos festeiros nos interessa, especialmente, porque demonstra que o interesse da Prefeitura vai além de apenas colocar um show nacional na programação ou fazer portais coloridos, revela a importância desse grupo nessa dinâmica, é preciso conhecer e incentivar (e controlar) os festeiros.

E mais, a escolha pelo registro escrito parece ir na contramão da própria dinâmica da festa que é ancorada na oralidade. Os convites para participar da festa, a programação

estabelecida e a história daquele festeiro e daquela festa são contados para os convidados e participantes através da oralidade.

A própria organização da festa acontece a partir desses combinados de ordem mais prática, sem grandes formalidades ou a necessidade de um registro escrito, seja da distribuição das tarefas ou com a contribuição de cada pessoa. Nesse sentido, podemos citar o exemplo de Alfredo Ferraz que organiza a festa do ano seguinte poucos dias após a realização da festa e que divide as atividades de acordo com o interesse das pessoas em participar. Ou seja, ao contrário da formalidade e burocratização proposta pelo poder público, as festas dos festeiros se organizam na prática, a partir dos laços de sociabilidade estabelecidos entre aquele grupo.

Seguindo por essa linha, podemos analisar também o exemplo do festeiro Paulo Paes Vera. Quando seu Paulo afirmou “eu em vida já passei meu Santo já para o meu filho”, ele não o fez por meio de contrato escrito ou qualquer tipo de registro na Prefeitura, foi um combinado estabelecido por meio da oralidade. Da mesma forma, o festeiro explicou que a festa passou “do meu tio, pra minha vó, pra minha mãe, pra minha irmã, pra mim”. Muitas vezes a realização da festa é encarada por esses festeiros como uma espécie de tarefa, de obrigação que foi delegada a eles por meio desse acordo.

Assim como a organização e a passagem da festa entre as gerações da família, a religiosidade também está ancorada na oralidade, pois a própria promessa para São João se insere nesse contexto do dito, do falado, como o exemplo de dona Carlinda ajoelhada aos pés do andor implorando pela vida do filho. Para além das promessas públicas, existem ainda aquelas firmadas apenas entre o Santo e o devoto, em que seu conteúdo não é conhecido publicamente, embora muitos festeiros declarem as motivações para suas promessas. Outros elementos importantes são as orações e preces a São João, bem como, a própria música em homenagem ao Santo que é cantada durante a procissão e a descida da Ladeira.

Observadas essas características, podemos identificar que as festas realizadas pelos festeiros estão mais próximas desse caráter prático, do que da burocracia e dos registros escritos. No entanto, quando o poder público optou por cadastrar os festeiros a partir de uma ficha, houve uma escolha pelo registro escrito, independente da prática festiva do grupo.

Essa opção representa uma interferência do poder público no festejo, pois, a partir de então, os festeiros que fizessem o cadastro teriam que fazer um registro escrito de seus festejos, uma vez que deveriam entregar um histórico de suas festas. Entretanto, essa não foi a única mudança que essa inscrição provocou. Ao longo deste capítulo vamos identificar que mesmo que o poder público não admita, o próprio cadastramento modificou alguns festejos, dado que passou a fazer algumas exigências para que ele fosse efetivado.

Ao se criar um formulário como esse é preciso selecionar quais informações serão mapeadas, aquilo que se julga importante e que deve ser registrado para a posteridade. Ademais, a existência de uma ficha demarca o controle da Prefeitura sobre o grupo dos festeiros, afinal, naquela época e ainda hoje, é necessário preencher os requisitos para ser um festeiro cadastrado. Sendo assim, a ficha passou a ser uma expressão do poder público e mais, uma tentativa de enquadrar a festa e seus ritos nos moldes considerados aceitáveis pelo poder público.

Dessa forma, no texto a seguir analisaremos como esse processo de cadastramento dos festeiros foi idealizado pelos agentes do poder público e como foi colocado em prática. Ademais, será possível compreender como essa proposta que começou como um levantamento do número de festeiros e quem eram essas pessoas acabou por exigir ações bastante específicas para que esses sujeitos pudessem fazer parte desse grupo dos festeiros cadastrados.

### **3.1. “É festeiro há quanto tempo?” O cadastramento dos festeiros**

Ainda em 2019, durante conversas informais no Porto Geral e nas visitas às festas, as pessoas citaram a existência de um cadastramento e o destacaram como uma ação importante para a festa. Essas menções reforçaram o interesse nesse mecanismo utilizado pelos agentes do poder público para tornar a festa um evento institucional. Ao longo do texto vamos identificar que esse levantamento e seus desdobramentos são uma ferramenta importante de controle da Prefeitura sobre os festeiros que acabam interferindo na realização de suas festas.

A existência desse registro aparece na primeira entrevista de Bianca Machado de Oliveira. Quando perguntada sobre a participação dos festeiros na organização do evento no porto, Bianca Machado de Oliveira respondeu que a Prefeitura era responsável por toda a organização da festa, inclusive pelo dinheiro que era “dado para o andor” (OLIVEIRA, 2020). Quando questionada como isso funcionava, ela explicou que a Prefeitura doava uma quantia para os festeiros cadastrados. A festeira destaca que essa sistematização foi importante para que se conhecesse quem eram os festeiros de São João.

De acordo com José Gilberto, a ideia inicial dessa quantia doada não era fornecer nenhum tipo de auxílio financeiro para os festeiros, mas organizar um levantamento de quem eram esses homens e mulheres e a criação de um banco de dados. Segundo o servidor público,

essa iniciativa foi de Heloísa Urt, ex-diretora-presidente da Fundação de Cultura e Turismo do Pantanal e buscava fornecer informações sobre esses sujeitos para a imprensa e pesquisadores.

Investigando a questão dos cadastros e seguindo a rede institucional, a entrevista com o Coronel Ângelo Rabelo aborda essa questão. O Coronel foi Secretário de Meio Ambiente, Turismo e Cultura a partir do ano de 1997 e a secretaria comandada por ele passou a dedicar maior atenção à Festa de São João. Segundo ele, até 1997 a festa de São João era organizada pela Secretaria de Educação, pois a prefeitura não tinha estrutura até aquele momento para “cumprir esse calendário” (RABELO, 2021).

Sobre os cadastros, Rabelo explicou que a professora Dinorá Cestari, que trabalhava na Secretaria de Educação, mantinha uma pasta com alguns documentos sobre os festeiros, mas que não havia nada muito organizado, pois ainda não era um evento que recebia total atenção da prefeitura. Segundo ele, Dinorá foi trabalhar na nova secretaria e nessa época que “[...] começou o processo de cadastramento das famílias que tinham os andores” e completa:

[...] então houve o início de um processo de identificação das festeiras, do reconhecimento dessas pessoas e isso seguiu uma evolução que permitiu que a gente tivesse de fato não só a identificação, mas a valorização dessas manifestações... que a grande maioria são manifestações que nascem no seio de muitas famílias para que pudessem com isso incorporar a grande festa (RABELO, 2021).

Na entrevista, Ângelo Rabelo apontou que foi nesse período que a festa passou a receber maior atenção por parte do poder público, no entanto, segundo ele, ainda não havia nenhum tipo de auxílio financeiro para os festeiros.

Uma das primeiras formas de auxílio que os festeiros receberam foram materiais para decoração das festas e das procissões. A festeira Lenir Cunha Reinaldi afirma que inicialmente eles não recebiam nada, “aí na época de Dinorá que eles começaram a ajudar com uma cesta de velas e fitas” (REINALDI, 2021). Segundo José Gilberto, antes de 2005 “[...] o poder público comprava vela, chapéu, papel pra fazer as lanterninhas, coisas assim, comprava alguns elementos e doava pra esses festeiros, tudo com o objetivo de embelezar a ladeira” (ROZISCA, 2020). A partir desse excerto é possível perceber que já havia uma preocupação da Prefeitura com a forma com que a festa aconteceria na Ladeira. Doar material de decoração garantiria que as pessoas tivessem esses adereços e que a ladeira estivesse bonita para quem estivesse assistindo a descida dos andores.

Segundo José Gilberto, após a entrada de Heloísa Urt na Fundação da Cultura essa questão do cadastro e do auxílio financeiro foi ganhando destaque:

Daí a partir de 2005 a gente teve como gestora a Heloísa Urt, ela falou assim “tá, isso é importante, só que a festa das pessoas também é importante, então, se a gente

der em dinheiro, a gente vai tá ajudando de qualquer forma, vamos ampliar esse cadastro, vamos fazer umas perguntas pra esse povo, daí que nasce essa ficha cadastral [...] (ROZISCA, 2020).

A partir da fala do entrevistado é possível perceber uma mudança na forma como a gestão pública passou a trabalhar com os festeiros. Inicialmente, Heloísa Urt teve a iniciativa de criar um banco de dados mais organizado, depois buscou uma forma de auxílio financeiro que chegasse até os festeiros, que pudesse melhorar as festas realizadas por eles. Questionado sobre a motivação, José Gilberto respondeu que a gestora,

[...] sempre foi muito interessada em apoiar financeiramente os festeiros de São João... não é de forma alguma pagar para que eles descessem com o andor ou para que eles mantivessem aquela tradição, não é de forma alguma isso, muito pelo contrário, era só pra ajudar aquelas pessoas, porque você já entrevistou alguns, você sabe que são pessoas muito carentes... a festa de São João é uma festa de muita devoção, mas de pessoas muito carentes, um ou outro tem algum emprego melhor, ou uma comunidade que realmente ajuda mais ali, a maior parte deles é do sacrifício que faz o que faz, mas faz com muita alegria desde ornamentar o andor até o que vai comprar de comida para fazer a partição ali no dia 23 [...] (ROZISCA, 2021).

De fato, pensando nas camadas mais pobres da população, o auxílio doado aos festeiros pela Prefeitura poderia significar festas mais fartas, andores mais bonitos e maior disponibilidade de comida para seus convidados. Consequentemente, poderia aquecer a economia da cidade de Corumbá com a venda desses itens e com maior participação popular na festa e claro, tornando a festa mais vendável ainda.

No capítulo anterior, observamos que os festeiros ainda recebem esse auxílio financeiro e que esse valor é importante para a realização de suas festas. Agora, vamos identificar como essa ajuda foi instituída e quais as condicionantes para que ela aconteça.

Daquela proposta inicial de Heloísa Urt, permaneceu o pagamento, mas com o passar dos anos e as trocas na gestão municipal, o cadastro deixou de ser simples, apenas uma espécie de lista e, a partir de 2005, foi modificado e passou a ser uma ficha elaborada pelos funcionários públicos e respondida pelos festeiros.

A existência dessas fichas demonstra o crescente interesse do poder público no festejo e a criação de estratégias burocráticas de legitimação desse grupo, afinal esses eram os festeiros e festeiras cadastrados da festa de São João. Como observaremos a seguir, além disso, a Prefeitura passou a ter acesso a outros dados desses sujeitos, a partir de então sabia-se o número total e quem eram essas pessoas.

### 3.2. Promessa, tradição, devoção e fé: as fichas cadastrais

Na introdução deste texto, apontamos o quão grande é o desafio historiográfico de analisar festas, isto porque se trata da tentativa de enquadrar e tornar fixo em alguma medida, aquilo que é dinâmico e arejado. Encaixar os festeiros nas referidas fichas, em alguma medida passa por essa mesma dificuldade, enquadrar os festeiros em categorias, sagrada ou profana e de maneira genérica levantar quais as principais motivações que os levam a participar do São João, é reducionista, incapaz de captar uma série de elementos.

Além disso, é de se esperar que no caso de festas dinâmicas como a que estudamos aqui, muitos dos elementos que compõem o festejo escapem do registro de uma única página. Por mais que os agentes da cultura suavizem esse processo de enquadramento em categorias por conta de seu conhecimento na área e sensibilidade com as informações de vida dos festeiros, estes assumem diante da prefeitura a condição de números. Trata-se do número de festeiros que devem receber benefícios a fim de obter os retornos da festa. Se reducionista por um lado, por outro é importante fonte histórica para que possamos, como apontara Guarinello (2001) aprender mais sobre o contexto histórico da sociedade que produz a festa.

Respondendo a esse interesse da esfera municipal, por volta do ano de 2007, e na tentativa de expandir o banco de dados acerca dos festeiros de São João, a fundação de cultura municipal iniciou um cadastramento desses sujeitos por meio do preenchimento da referida ficha impressa<sup>20</sup>.

O acesso a essas fichas, sua digitalização, análise e a tabulação dos dados apresentados nelas permitiu alguns questionamentos em torno da forma como esse documento foi pensado e colocado em prática por parte dos agentes do poder público. De um total de 120 fichas, 3 tinham um layout completamente diferente e não apresentavam questões aos festeiros como as outras, possivelmente feitas com o que se tinha à mão para não perder o cadastramento. Vale ressaltar, antes de partirmos para a análise mais específica que algumas das fichas fogem do padrão, por isso, utilizaremos como objeto de análise aqui para perquirir a ficha padronizada.

O primeiro elemento da ficha é um cabeçalho do município com uma Logo da Prefeitura composta por 4 pequenas imagens e escrito embaixo, em caixa alta e em cima do

---

<sup>20</sup> Essas fichas foram citadas nas entrevistas e disponibilizadas pela Fundação da Cultura. Esses documentos estavam armazenados em uma pasta simples e sem nenhum tipo de organização cronológica no Museu Casa do Dr. Gabi em Corumbá, local em que no ano de 2021 funcionava uma subsecretaria da Fundação da Cultura. Muitas estavam danificadas por conta do arquivamento precário e, ao que tudo indica, muita coisa se perdeu, pois cada ficha deveria estar acompanhada de um histórico do festejo, o que não se confirmou.

Título, Prefeitura Municipal de Corumbá, Secretaria Municipal de Gestão Governamental, Fundação de Cultura e Turismo do Pantanal e Superintendência de Cultura. Quase que, ostensivamente, se fazem presentes as instituições que estimulam o festejo e são responsáveis pelo cadastro. Abaixo disto o título em caixa alta e negrito: Ficha de Cadastramento de São João.

Ao preencherem a ficha, primeiramente os festeiros interessados deveriam informar alguns dados pessoais básicos em uma espécie de cabeçalho, como nome completo, endereço, número de RG e CPF além de um telefone para contato. De início, não era possível saber se essas fichas eram impressas e disponibilizadas para os festeiros em branco, ou se eram preenchidas na própria secretaria com o auxílio de funcionários, como veremos mais adiante, a segunda hipótese é mais factível.

Um dos primeiros elementos que chamam a atenção nessa documentação é que no geral ela não é datada. Não existe nenhum campo em que se possa identificar o ano em que foi preenchido ou elaborado. Em alguns cadastros existem anotações como “cadastrado” e “recadastrado” e alguma indicação de data ou ano no canto superior da folha - a data mais antiga escrita à mão nos documentos é 2007 e a mais recente é 2013.

Em seguida, havia um tópico chamado “Histórico” com quatro questões: 1) É festeiro há quanto tempo? 2) Leva o São João para banhar? Por quê? 3) Local da festa (aqui deveria ser assinalado se era na residência ou em Terreiro de Umbanda) e 4) Qual o nome do Terreiro?

Logo abaixo havia uma pequena tabela em que os festeiros deveriam sinalizar com sim ou não algumas características de suas festas:

**Tabela 1:** Ficha de cadastro de festeiro

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
<b>Devoto (a)</b>	X	
<b>Profana</b>	X	
<b>Organiza Festa</b>		X
<b>Faz novena</b>	X	
<b>Ergue mastro</b>		X
<b>Fogueira</b>	X	

Fonte: Acervo Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico.

Preenchidos esses dados era preciso indicar dois nomes de vizinhos como testemunhas da festa<sup>21</sup>. Além disso, juntamente com essa ficha o festeiro deveria entregar cópias de seus

<sup>21</sup> ARÉVALO, Audenice Galdino. Ficha de cadastramento de São João. [s.l.: s.n.], [s.d.].

documentos pessoais como RG, CPF, comprovante de endereço, NIT (PIS ou PASEP) e um histórico da festa de São João.

Outro ponto que se destaca é que várias fichas foram preenchidas com a mesma letra, provavelmente por algum funcionário da Fundação de Cultura. Além disso, as anotações de *cadastro*, *recadastro*, assim como os anos apontados, indicam que uma ou mais pessoas tomavam notas em todas as fichas cadastrais, observamos diferentes letras, cores e tons de caneta, indicando pessoas, e talvez dias diferentes. O último item da ficha era a assinatura do festeiro, então ao analisar a documentação é possível perceber que em muitos casos a ficha, a assinatura e o histórico foram escritos por três pessoas diferentes. Isoladamente, isso pode não significar muita coisa, mas pensando na produção desses documentos e em seu contexto, faremos algumas inferências.

A primeira observação a ser feita diz respeito a uma espécie de padronização nas respostas dos festeiros feita pelo cadastrador, por isso o título “promessa, tradição, devoção e fé”. Chama a atenção que em uma pergunta aberta a maioria das respostas se divide em quatro categorias. Como se alguém soprasse possibilidades de resposta a quem está do outro lado da mesa.

A segunda é que em alguns cadastros é perceptível que os festeiros apresentavam dificuldade em escrever o próprio nome, indicando baixa escolaridade e que poderiam ser oriundos de classes menos abastadas, em alguns casos letras muito abertas e linhas tortuosas apenas na assinatura. Terceiro que uma parte dos históricos era produzida pelas mãos de outras pessoas, é claro que poderiam ser ditados ou escritos sob orientação dos festeiros, mas outra vez é possível que a interferência do escritor tenha modificado o discurso original daquele que promovia a festa e narrava ali suas memórias.

Seguindo na análise dessa documentação, é interessante retomar as questões feitas aos festeiros. A primeira é mais simples e diz respeito ao tempo em que essas pessoas faziam a festa. Para a Prefeitura mapear há quantos anos cada festeiro fazia sua festa poderia ser interessante para comprovar que, de fato, a festa era tradicional em Corumbá. É festeiro há quanto tempo?

Em seguida, era feita a questão sobre se o festeiro banhava a imagem de São João e por quê. Do total de 117 fichas completas, 98 festeiros responderam que sim, sete deixaram em branco, 10 responderam que não banhavam a imagem, um disse que banhava às vezes e um respondeu que “Neste ano, com o recurso (deve ser) vai ficar mais fácil para descer”.

No histórico, desse último festeiro, não há uma data específica de quando o texto foi escrito, no entanto, na ficha consta que ele faz a festa há, aproximadamente, quatro anos e no

histórico ele afirma que iniciou em 2005. Dessa forma, pode-se inferir que o cadastro e o histórico podem ser de 2009. Não há indícios que nesse momento o banho da imagem no Porto Geral fosse uma condição imposta pela Prefeitura para o recebimento do auxílio como é atualmente, o que explica o alto número de festeiros que afirmavam que não banhavam o Santo.

Todavia, o interesse da prefeitura de que o banho acontecesse na localidade demarcada, a “prainha”, já parecia claro. Em algumas fichas os festeiros que afirmavam que não davam banho no santo no rio encontravam justificativas para tal, talvez por direcionamento de quem ajudava na composição do cadastro, talvez por evidente interesse da prefeitura, através da secretaria de cultura, nesta prática em específico.

Em seguida à questão se banhava ou não a imagem de São João era questionada o porquê desse ato. Embora apenas 10 festeiros tenham respondido que não banhavam a imagem, um total de 17 festeiros não explicou o motivo. Os motivos mais frequentes para justificar o banho foram: promessa (29), tradição (28), devoção (10) e fé (4). Houve ainda algumas respostas que uniram esses motivos como “devoção e fé” ou “devoção e promessa”, retomamos aqui o argumento do direcionamento destas respostas.

Bem como observado no capítulo dois, é recorrente que os festeiros apontem as promessas e a tradição, principalmente os familiares, como suas motivações para realizarem o festejo e a devoção a São João. Essas justificativas são comentadas também pelos funcionários públicos e enfatizada por José Gilberto, “a festa de São João é uma festa de muita devoção” (ROZISCA, 2021). É bastante comum aos festeiros justificar sua devoção e a feitura da festa a milagres alcançados por São João.

Como fizemos notar acima, é provável que algum funcionário, possivelmente, da Fundação de Cultura, tenha cadastrado essas pessoas e preenchido essa ficha, várias delas estão escritas em uma letra cursiva legível e a assinatura destoa totalmente do padrão da ficha. Então, para responder à segunda questão “aberta”, a que diz respeito ao “Histórico da festa”, os festeiros foram instigados pelos agentes com a caneta na mão a contar um resumo de suas festas, ou o motivo de suas promessas ou ainda a tradição de sua família no banho do Santo.

No entanto, os motivos escritos nas fichas restringem-se a uma ou duas palavras, mais ou menos padronizadas por quem preencheu as fichas ou por quem orientou seu preenchimento, versões concisas das motivações, como “promessa, tradição, devoção e fé”. Quando utilizamos em alguns momentos o termo “enquadrar” a festa e os festeiros nesses documentos, o dizemos literalmente. É colocar algo naturalmente fluido, num quadro, num

quadrado. Fica claro que as histórias pessoais dessas festas e desses festeiros se perdeu, não foi contemplado por aqueles cadastros.

É esse vazio que buscaremos preencher e contemplar através da história oral. Dando voz a esses agentes, tão importantes quanto silenciados. Ouvir suas histórias e replicá-las. Historicizar sobre festas nos exige novamente esse olhar cuidadoso, desejoso de fontes históricas para embasar nosso conhecimento, mas atento a seus limites, enfoques e enquadramentos.

De volta às fichas, algumas estão anexadas ou impressas ou à mão, pequenas histórias que resumem a história de suas festas e agradecem os milagres recebidos. Em algumas ainda, em visível confusão, estão anexadas impressões com pesquisas de matérias de jornais que contam a história de São João e a história da festa em Corumbá, sendo possível que esses festeiros tenham confundido o “histórico da festa”, não se colocando na posição de sujeito agente da festa, entenderam que deveriam colocar o histórico da festa do santo, e não suas próprias histórias. Cabe observar que como nem todas as fichas estavam acompanhadas de seus históricos muitas dessas particularidades se perderam.

Após a questão sobre o banho no santo, o local da festa também foi objeto de questionamento. Nesse caso havia duas opções, assinalar que a festa era na residência ou em terreiro de umbanda. e no caso de terreiro, era para se complementar qual o nome do terreiro. A residência é o local mais frequente para a realização da festa, com um total de 97 respostas. O terreiro é o local de 9 festejos e 9 pessoas deixaram em branco essa questão.

Apesar da maioria das respostas afirmarem que a residência é o local em que a festa acontece e aqui retomamos o argumento do capítulo dois em que se percebe que, institucionalizada ou não, a festa na casa ainda é central no banho de São João em Corumbá dois lugares alternativos são incluídos na ficha: um barracão de escola de samba e um centro de saúde de um dos bairros de Corumbá. Ambos foram anotados na ficha no local onde deveria ser indicado o nome do terreiro. Neste trabalho, observamos que os espaços para a festa são múltiplos, então o fato de a ficha não contemplar outros lugares faz com que algumas especificidades não sejam registradas como as festas que acontecem na rua ou em vilas, por exemplo.

Especificamente, essa festa que acontece no centro de saúde do bairro está acompanhada de um histórico datado de 2010. No histórico há uma discrepância com as informações da ficha do cadastro, pois na ficha consta o nome de uma festeira, mas no histórico são outras duas pessoas indicadas como festeiras, não se sabe se é uma divergência factual, se as pessoas indicadas no histórico são de gerações anteriores ou se, como afirmado

ao final do capítulo dois, as festas por serem coletivas possuem vários personagens com responsabilidades distintas - talvez existisse um grau de parentesco entre elas.

A partir da identificação dessa divergência, podemos questionar o próprio formato do cadastro que é realizado, pois o modelo utilizado exige que uma pessoa específica seja *o festeiro* ou *a festeira*, desconsiderando este argumento de que as festas podem ser realizações coletivas, como visível nas festas de Bianca Machado de Oliveira ou de Alfredo Ferraz. Como já observamos ainda, muitas dessas festas são feitas de forma coletiva por casais, famílias, assentamentos e comunidades, então apenas uma pessoa como representante daquela festa não contempla a pluralidade desses eventos. Novamente, um enquadramento. O problema de se enquadrar, emoldurar, é perder de vista tudo aquilo que ficou de fora do quadro. Assim, observar o São João, exige olhar para o coletivo, é preciso extrapolar o indivíduo.

Seguindo com a análise da ficha, depois de assinalado o local onde a festa acontecia, havia um espaço destinado para que o nome do terreiro fosse escrito. No caso específico dessa questão é curioso observar que em várias respostas o cadastrador escreveu a lápis a palavra católico (16) ou umbanda (4) mesmo quando o lugar em que a festa acontecia era residência. Infere-se aqui que quando o cadastrador perguntava o nome do terreiro, algumas pessoas frisavam que eram católicas. Depreende-se isso, pois a maioria das pessoas que não responderam deixaram este campo em branco, e algumas afirmam que não fazem em terreiro por serem católicas.

Outra possibilidade é que no decorrer do cadastramento os funcionários tenham percebido que poderia haver ali uma questão sobre a religião do festeiro. A própria ausência dessa questão desperta interesse, afinal, por que não perguntar aos festeiros qual a sua religião?

A presença de festeiros da umbanda no festejo não é recente, em sua obra Eunice Rocha (1997) relatou que os terreiros de umbanda participavam da descida da ladeira e do banho no Santo. Rocha afirmou ainda que dona Cacilda que era proprietária da Tenda Nossa Senhora da Conceição era festeira há cerca de 15 anos e que sua festa contava com a presença de aproximadamente mil pessoas.

No Dossiê de Registro da festa foram citados diversos festeiros de religiões de matriz afro-brasileiras como a própria dona Cacilda, além de Mãe Janete e Mãe Carlinda (mãe biológica do festeiro Pedro Paulo Miranda, já citado aqui) que ficaram conhecidas em Corumbá pela popularidade de seus festejos. No Dossiê, a presença de diferentes grupos é destacada, especialmente os Espíritas, Candomblecistas e Umbandistas e ressaltada a

participação históricas dessas religiões no festejo (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019).

A festa de São João reúne distintos grupos religiosos dentro do universo das religiões de possessão. Festeiros ligados às três matrizes compartilham da festa. [...] Assim ocorre, por exemplo, com a presença do Candomblé de Pai Clemilson, Babalorixá do Instituto Afro-religioso Cultural Axé Lacum, das casas de Umbanda de Mãe Janete, Mãe Eunice, Mãe Elenir, Mãe Tatiana e de D. Wilma, dirigente da Casa Espírita Bezerra de Menezes. Ainda que, por um lado, ocorra uma distinção entre as religiões no cotidiano de suas trajetórias, onde buscam delimitar os seus espaços no campo religioso, na festa do banho elas se colocam sob a mesma égide de festeiros. Esse exercício de devoção e pertencimento contribui para que ocorra o diálogo entre os religiosos que, com a ausência da festa, poderia não ocorrer com a mesma fluidez (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019, p. 96).

Tendo em vista essas considerações, a existência de uma pergunta direta sobre a umbanda indica que o poder público não só tinha ciência da presença de festeiros não católicos, como a reconhecia no próprio cadastro. Todavia, vale ressaltar que o formato do documento limitou a possibilidade de registrar essas diferenças, porque a questão se referia apenas ao espaço do festejo e não à religião do festeiro.

Ainda em relação aos espaços e a diversidade religiosa, ao analisar as fichas é perceptível que a configuração do documento não foi suficiente para compreender a multiplicidade do festejo. As fichas que tinham a anotação “umbanda” eram de festeiros que faziam as festas em suas residências, então é provável que esses festeiros buscaram demarcar sua religião naquele espaço, ou que suas casas eram os próprios terreiros, todavia, isso não foi especificado no questionário. Sendo assim, é possível que essa anotação improvisada, escrita a lápis, foi a alternativa que o cadastrador encontrou para que isso ficasse registrado.

A questão do espaço e da diversidade não é a única limitação que identificamos no documento, pois ao fim das questões “abertas” há outro elemento a ser analisado que é o quadro com questões objetivas. No espaço, os festeiros deveriam assinalar “sim” ou “não” para determinados rituais que compõem a festa. Três festeiros marcaram sim em todas as opções e quatro deixaram o quadro totalmente em branco.

A primeira questão dessa tabela, e que deveria ser assinalada, é se o festeiro era devoto de São João – sim ou não –. A resposta *sim* foi unânime, exceto por aqueles que não preencheram o quadro. Ora, essa é uma questão curiosa, afinal, alguém faria uma festa para um Santo que não era devoto durante vários anos? Ou mesmo se cadastraria como festeiro em uma festa em que não é devoto? Por outro lado, tendo em vista que o cadastro engloba umbandistas, por exemplo, é interessante estes se entenderem devotos de São João. Podem

entender sincreticamente que é xangô e isso não aparece na folha do cadastro, ou podem de fato celebrar São João, aceitando além de seus orixás, santos católicos em sua cosmovisão.

Podemos observar ainda a unanimidade de devotos pensando que as pessoas responderam o formulário de acordo com aquilo que poderia ser mais aceitável, ou que fosse agradar mais. Talvez por medo de que a prefeitura pudesse tomar algum tipo de atitude para repreender o festeiro que não fosse devoto, ou não fornecer o benefício financeiro, uma vez que os funcionários da fundação da cultura fizeram uma espécie de fiscalização na tentativa de encontrar possíveis interesseiros, como veremos mais adiante.

Em oposição à questão anterior, a segunda questão perguntava se o festeiro era profano ou não. Aqui as respostas sim foram nove, entretanto, todas essas pessoas também responderam que eram devotas de São João. Um total de 43 pessoas responderam que suas festividades (ou elas mesmas) não eram profanas, mas destaca-se o número de pessoas que deixaram essa opção em branco, 61.

O número alto de pessoas que não responderam essa questão é interessante, uma hipótese é que essas pessoas não soubessem, exatamente, o que esse termo significava, por isso optaram por não responder, afinal, muitas pessoas assinavam com dificuldade o próprio nome, será que todos estavam familiarizados com o termo?

Com efeito, não fica claro se a questão se refere a se a festa seria profana, uma parte do evento ou o festeiro enquanto indivíduo. Ainda hoje é comum essa mescla de elementos profanos e sagrados nesses ambientes, e esta é uma discussão comum dentro dos estudos de festas religiosas, todavia, os festeiros estavam sabendo disso? Claramente, quem fez a ficha estava familiarizado a esta discussão, mas e o “objeto”, ou melhor, a pessoa à sua frente?

Eunice Rocha (1997) escreveu sua obra no final dos anos de 1980 e destaca que nos períodos anteriores havia maior preocupação com uma pretensa separação dos elementos sagrados e profanos da festa. Isso porque o baile era considerado profano com suas danças e bebida, e como a casa era o centro do festejo, havia um cuidado para que o baile não fosse realizado na mesma sala onde ficava o altar de São João. No entanto, mesmo sendo classificado como um rito profano, o baile fazia parte da programação das festas tanto quanto os elementos religiosos.

Mesmo se voltarmos ao passado, João Carlos de Souza na mostra ao estudar o Banho de São João e o Carnaval em Corumbá ainda no início do século XX que nesses eventos,

(...) é característica a imbricação entre o sagrado e o profano, cujo entendimento implica considerá-los em conjunto. São exatamente as fronteiras pouco definidas desses campos que oferecem margem às práticas devocionais, às orações, às simpatias, igualmente à diversão, ao lazer e à bebedeira, constituindo-se em

momentos importantes de sociabilidade, mas também de resistências e contestação (SOUZA, 2004, p. 348).

Ainda sobre essa mistura, podemos citar um episódio narrado por Eunice Rocha (1997). A autora explica que em Corumbá houve uma época em que os ritos considerados profanos foram considerados impróprios e não bem aceitos por líderes religiosos e agentes públicos. De acordo com a autora, o pároco tentou reprimir a descida até o rio porque não compreendia o costume de banhar a imagem do Santo e os eventuais “rituais carnavalescos” que acompanhavam esse hábito.

Ela explica ainda que para tanto o padre chegou a solicitar a presença de forças policiais nas ladeiras da cidade a fim de coibir a descida, mas pouco adiantou, pois os devotos passaram a descer por caminhos mais distantes e estreitos, e pouco tempo depois os festejos voltaram ao normal (ROCHA, 1997). Aqui há, com o tempo, uma inversão em como o banho é visto, dado às conjunturas histórico-sociais e às pessoas que ocupavam determinados cargos.

O imbricamento, a proibição temporária do banho e sua retomada demonstram que o festejo passou por transformações, característica própria dos eventos festivos. E mais, atestam que a festa como conhecemos atualmente é parte de um processo histórico complexo, cheio de disputas, mudanças e pluralidades, cujos ritos são adaptados e ressignificados de acordo com o contexto ao qual está inserida e com os homens e mulheres que dela participam e a organizam.

Nesse período estudado por Rocha o banho já era uma tradição em Corumbá, no entanto, não havia uma exigência do poder público para que esse acontecesse na prainha do porto geral. Dessa forma, podemos retomar aqui as ideias de Lima (2018) citadas anteriormente, pois temos um exemplo de resistência dos festeiros frente às imposições da própria Igreja Católica e mais do que isso, temos uma adaptação da tradição, pois o banho foi deslocado para outro espaço, mas a prática se manteve.

É preciso enfatizar que essa mescla de elementos sagrados e profanos nas festas religiosas não é uma exclusividade da festividade corumbaense. Pesquisadores que estudaram festividades dos séculos XVIII e XIX já identificaram nesse período essa combinação e o desagrado que comportamentos não religiosos provocavam em autoridades sacras e civis. A presença de bebidas, baralho, simpatias, fogos e batuques motivaram essas autoridades a normatizarem esses eventos na tentativa de reprimir esses comportamentos considerados indesejáveis (ABREU, 1999; DEL PRIORE, 2000).

Conforme comentado, não é difícil identificar componentes não religiosos no festejo, seja na ladeira ou no porto geral. Durante a descida dos andores a música tem um ritmo

carnavalesco, as pessoas dançam e pulam enquanto a banda toca. No porto existem as barraquinhas que comercializam diferentes bebidas alcoólicas, produtos como brinquedos e joias e o palco para os shows.

Quanto à presença de um tópico específico na ficha destinado ao *profano*, podemos levantar algumas hipóteses, ou melhor, alguns questionamentos: partindo do pressuposto que havia alguém da prefeitura preenchendo o cadastro, por que essa questão ficou em branco? O que se entendeu como profano nesta pergunta? A Prefeitura estaria disposta a financiar festas profanas? Festeiros que se declarassem abertamente profanos seriam cadastrados? Como não se sabe ao certo quando esse documento foi elaborado, é difícil mapear quem pensou nisso como um critério e por quê.

Seguindo pela análise da ficha, as próximas questões são referentes aos ritos do festejo que acontecem nos dias anteriores à festa ou mesmo no dia 23. O poder público buscou saber se o festeiro cadastrado organizava a festa, se fazia novena, se erguia o mastro e se fazia fogueira.

Na primeira pergunta, o festeiro deveria assinalar se organiza ou não o festejo. A resposta quase unânime foi pelo sim, pois conforme comentado é uma tradição que os festeiros organizem uma festa em suas casas. Nos históricos apresentados os festeiros detalham como essa organização era realizada e citam elementos já abordados aqui como o empenho coletivo para que o festejo aconteça, a divisão das tarefas, a alimentação oferecida, dentre outros.

Em seguida, o questionamento se refere às novenas realizadas pelos festeiros. Tradicionalmente, as novenas acontecem nos nove dias que antecedem a festa e algumas pessoas são convidadas pelos festeiros para participar. No questionário 85 festeiros afirmaram que faziam a novena. A novena é citada por uma festeira em seu histórico como um dos quatro grandes momentos da festa, juntamente, com a missa de ação de graças a São João, hasteamento do mastro e o banho. A partir das respostas podemos compreender a importância que o mastro recebe nesses festejos, pois 60 festeiros responderam que fazem a celebração de içamento do mastro.

O último elemento que aparece na ficha é a fogueira. Em 2015 alguns pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS (Campus Pantanal, em Corumbá) aplicaram questionários aos festeiros de São João e entre essas questões estava se o festeiro fazia fogueira durante a festa e a importância. Dentre as respostas apresentadas, três merecem destaque aqui: a primeira diz respeito à tradição, várias respostas fazem menção de que a

fogueira faz parte das festas de São João. Em outros festejos também existe o costume de se fazer a fogueira como nas festas do Divino e nas festas de São Sebastião.

O segundo ponto se refere ao fato de que os festeiros responderam aos pesquisadores que não faziam mais as fogueiras porque era proibido, mas de 67 questionários aplicados, 45 responderam que acendiam a fogueira. No caso específico das fichas aqui analisadas, 90 festeiros afirmaram que faziam fogueira. O que pode explicar essa discrepância é o ano em que esses documentos foram produzidos, uma vez que as fichas de cadastro possivelmente são anteriores, de um período em que as fogueiras ainda não eram proibidas. Todavia, tendo em vista que a prática já era coibida em 2015, ano de aplicação dos questionários, o número de 45 festeiros fazendo fogueira ainda é alto.

O terceiro ponto está relacionado às crenças em torno da fogueira. Alguns festeiros relataram tanto nos questionários dos pesquisadores da UFMS, quanto nos históricos entregues à Fundação de Cultura que a fogueira de São João e suas cinzas teriam poderes de cura, conforme descreve a festa abaixo em seu histórico:

[...] até o carvão da fogueira dele cura, basta fazer um chá e tomar, pra dor de cabeça, barriga, prisão de ventre etc. A cinza cura qualquer dor, basta passar no local, inclusive criança que mijá na cama, basta aquecer um pouco a cinza numa panela e passar na barriga da criança ou adulto mesmo, inclusive a fumaça que sobe o fogo que queima, carvões, cinzas tem centenas de curas. Todas essas coisas nas fogueiras de São João. (HISTÓRICO DA FESTEIRA, [s.d.]).

Aqui podemos identificar que assim como a água do rio Paraguai, a fogueira também é considerada sagrada naqueles dias de festa. Além dos poderes curativos da fogueira, havia atividades ligadas ao divertimento daqueles que estivessem presentes, como o costume de pular a fogueira sem se queimar ou de caminhar sob as brasas sem queimar os pés.

Além disso, Eunice Rocha (1997) afirma que havia o chamado batismo na fogueira, que consistia em batizar as crianças que ainda não haviam recebido o sacramento de um padre no dia da festa de São João. Escolhiam-se os padrinhos, colocava-se uma vela entre as mãos do batizado e em seguida se rezavam padres-nossos e ave-marias. Segundo a autora, essa forma de batismo tinha o mesmo valor que o batismo da igreja e era comum, principalmente nas fazendas, pois era mais rara a presença de um padre.

É curioso que no quadro problematizado até aqui não haja qualquer menção a alimentação, já que é uma tradição dos festeiros servir algum tipo de comida aos seus convidados. Como observamos, quando se pede que um festeiro descreva como é organizada e como funciona sua festa a alimentação sempre aparece, seja um jantar servido aos presentes, um sarrabulho antes de descer com o Santo para o rio ou um lanche para as crianças, por isso chama à atenção que esse item, especificamente, não apareça nessa documentação. Assim

como nas entrevistas citadas, em vários dos históricos anexados ao final da ficha cadastral aparecem descrições da quantidade e variedade de comidas.

Outro ponto que não aparece na ficha é a questão financeira, mas tanto a questão do levantamento de valores para organização da festa, contribuição de membros da comunidade, bem como os aportes dos recursos feitos pelo paço municipal são citados nas falas e nos históricos dos festeiros.

Todos esses pontos trabalhados indicam elementos específicos acerca do preenchimento do documento, mas pouco revelam o que motivou a Prefeitura e a Fundação da Cultura a exigir a documentação. Há sempre interesses visíveis, estimular a feitura da festa é um deles, promover a cultura é outro bastante alarmado, mas há outros que exigem mais atenção pois não estão postos à superfície.

É possível depreender como objetivo visível que a ficha seria uma garantia para a Prefeitura de que o dinheiro não estaria sendo pago a pessoas que não faziam a festa. Criando inclusive outros meios de exercer certo controle. A exigência da indicação de vizinhos que pudessem testemunhar a existência da festa cumpre também esse objetivo fiscalizador do cadastramento. Um olhar que além de inspecionar a legitimidade do festeiro, permite observar aquilo que chamamos espaço de sociabilidade, afinal já testemunhamos aqui que os festejos geralmente aconteciam nas casas e contavam com a participação dos vizinhos e comunidade.

Um problema surgido a partir dessa investigação de legitimidade, e que foi relatado tanto pelos festeiros quanto pelos funcionários públicos, é que algumas pessoas começaram a fazer a festa ou fingiram que eram festeiros para que pudessem receber uma quantia em dinheiro. Portanto, exigir um histórico poderia garantir que esses *falsos festeiros* fossem descobertos.

Analisando essas questões, como os festeiros a responderam e como as histórias de suas festas foram narradas para os agentes do poder público, é possível inferir algumas das motivações que ao questionamento desses indivíduos especificamente sobre esses temas. A história oral temática nos permite fazer este tipo de análise, objetivando o cruzamento de diferentes leituras e experiências acerca não apenas da festa, mas do processo de institucionalização desta. A demarcação do espaço, as práticas mais valorizadas, a legitimidade dos festeiros, tudo isso é observado, e experienciado de maneira distinta por festeiros e por agentes do Estado.

O Banho de São João foi reconhecido como Patrimônio Imaterial do Estado do Mato Grosso do Sul em 2010 e a maior parte dos cadastros possui algum tipo de anotação daquele ano, seja *cadastro* ou *recadastro* nas margens das fichas (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

É possível que os funcionários da Fundação da Cultura tenham escolhido essas questões ou até mesmo esse formato de ficha na tentativa de comprovar a importância desse festejo para a população corumbaense e produzir materialidade sobre ele visando garantir seu reconhecimento a nível estadual ou mesmo sua salvaguarda.

A existência da ficha de cadastramento foi justificada pelos gestores como uma forma de se conhecer quem eram os festeiros de São João. Ao analisar os questionamentos feitos para os festeiros, podemos perceber que além de identificar essas pessoas, os funcionários do poder público também buscavam atestar a existência daquele festejo. Podemos inferir isso a partir da exigência da indicação de vizinhos que pudessem testemunhar a realização da festa e a necessidade da entrega de um histórico que comprovasse há quanto tempo aquela pessoa era um festeiro de São João.

No contexto corumbaense algumas mudanças importantes aconteceram no cenário da festa, primeiro com o reconhecimento da festa como Patrimônio Imaterial no ano de 2010 e com a troca de gestão a partir do ano de 2013. Essa soma de fatores provocou um aumento no interesse do poder público no evento, então percebe-se que houve uma mudança no formato do cadastro de festeiros, suas exigências e na forma de atuação da Prefeitura. Nossa próxima discussão versará especificamente sobre essas iniciativas e seus desdobramentos tanto para a festa que acontece no porto, quanto para as que acontecem nas casas dos festeiros.

### **3.3. O cadastro dos festeiros a partir de 2013**

A partir de 2013, uma nova gestão toma posse na prefeitura de Corumbá e a presidência da fundação de cultura ficou a cargo da vice-prefeita Márcia Rolon. Uma primeira alteração, que merece destaque, foi a mudança na nomenclatura, a partir de então os festeiros devidamente cadastrados passaram a receber o título de *Agentes da Cultura Popular* corumbaense.

Em sua entrevista, Márcia Rolon relata aspectos relevantes da institucionalização, a partir deste momento, objetivavam trabalhar com “mapeamento, identificação e depois certificação dos agentes culturais, então nós que demos esse nome de agentes culturais para os festeiros” (ROLON, 2021). Segundo a entrevistada, o intuito era criar um sistema burocrático para garantir o recebimento da ajuda financeira (chamada de apoio cultural). Para ter direito ao recebimento do benefício era preciso realizar a entrega de alguns documentos e comprovar que a festa era realizada há pelo menos três anos. Ainda segundo a entrevistada esse

mapeamento foi realizado por pessoas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e por funcionários da fundação de cultura. E o resultado segundo ela foi surpreendente, pois o número de festeiros era maior do que se imaginava.

É importante salientar que aquela iniciativa de Heloísa Urt abordada, anteriormente, de proporcionar aos festeiros uma soma em dinheiro existe até hoje. Nesse momento específico que estamos analisando essa prática levava o nome de apoio cultural. O levantamento abordado por Márcia Rolon foi executado também por funcionários públicos da Fundação de Cultura, dentre eles José Gilberto. Segundo ele, algumas pessoas tentaram se cadastrar para receber o benefício, então a Prefeitura passou a fazer uma espécie de fiscalização para evitar que pessoas que não eram festeiras o recebessem.

O servidor público disse ainda que participou de visitas às casas dos festeiros para averiguar se, realmente, se tratava de um festeiro de São João, mas que algumas vezes as pessoas não tinham suas imagens em casa, então afirmavam que a imagem do Santo ou o andor estava na casa de outra pessoa, ou passando por algum reparo. O entrevistado narrou uma situação que na primeira visita não foi possível averiguar o andor pois a imagem supostamente estava na casa da pessoa responsável por fazer um novo andor. Combinada uma nova visita, quando chegou, novamente, na casa do festeiro e ver a imagem por ele apresentada disse:

[...] “mas essa imagem e esse andor eu já vi”, aí a pessoa respondia “ah, mas é meu!”, aí eu dizia “então você se resolva com o outro fulano, porque esse fulano aqui falou que o andor era dele, e tá aqui a foto”, então aconteceu isso, porque eu vivenciei isso, daí a gente descobriu que não era festeiro (ROZISCA, 2021).

A partir da narrativa de José Gilberto é possível identificar que os agentes públicos adotaram cumpriram esse papel fiscalizador em torno do cadastro – e dos valores do apoio – na tentativa de identificar os falsos festeiros. Para a Prefeitura era interessante essa fiscalização, pois evitaria o pagamento do apoio para quem não atendia às exigências.

Por outro lado, podemos observar que a população também tentava driblar os mecanismos de controle do poder público. O empréstimo da imagem e/ou do andor foi a alternativa encontrada para tentar convencer o servidor que ali residia um festeiro de São João. Outra estratégia utilizada era tentar comprovar de todas as formas que aquele festeiro já fazia a festa há mais de três anos, outra exigência para o recebimento.

Retomamos aqui o enquadramento que a institucionalização impõe à festa. Aquele que não cumpre determinadas exigências, por exemplo, não faz a festa há, no mínimo, três anos não pode ser considerado agente municipal da cultura, nem receber os valores destinados ao

apoio. Isso dá um tom quase ameaçador por parte do Estado, que identifica, por uma ficha, o que é original, e descarta o que não é.

O enquadramento não é capaz de observar como são múltiplas as festas de São João, por isso precisamos, claro, da historiografia e da teoria, mas mais ainda, de ouvir o festeiro. Para exemplificar isso de maneira mais concreta, podemos observar que Alfredo Ferraz, quando cadastrado em 2008, disse que é festeiro “há nove anos”, desde 1999. Em outro momento, disse que sua memória com festas juninas remontava a 1985, quando fazia fogueiras com seu pai. O regramento dos três anos, jamais contemplaria uma história complexa como está e, não foi o caso, mas que poderia ter sido excluída por alguma outra normativa de enquadramento.

De acordo com Márcia Rolon essa prática da fiscalização e o cadastro foram bem aceitos na época, pois cerca de 90% dos festeiros se cadastraram neste início. Ora, é possível inferir que parte dessa adesão ocorreu porque era uma exigência que o festeiro fosse cadastrado para que ele pudesse receber o apoio cultural.

Essa fiscalização e o cadastro como requisito para o recebimento do apoio cultural foi adotado como prática pela Fundação de Cultura. Atualmente, todos os anos o cadastro e recadastro dos festeiros acontece através de edital lançado pela Prefeitura de Corumbá por meio da Secretaria de Cultura. O edital é publicado no diário oficial e apresenta algumas exigências para que possa ser efetuado.

De acordo com o Edital 008/2019<sup>22</sup> da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá o cadastro tinha por objetivo [...] a identificação, reconhecimento e possível certificação como “Agente Municipal de Cultura”, dos festeiros, o que possibilita a implementação de ações em benefício da Cultura Corumbaense, por parte do Poder Público Municipal (CORUMBÁ, 2019).

Dentre as exigências para sua efetivação estava a apresentação de documentos de identificação como cópia do RG, CPF e comprovante de residência. Além disso, o proponente deveria apresentar cópia do certificado de Agente Municipal de Cultura dos anos de 2017 ou 2018 ou declaração expedida pela própria Fundação de Cultura comprovando que fazia o festejo. Acompanhado desses documentos, era preciso apresentar também um relato histórico do festejo em que constasse o máximo de informações pertinentes: se está ligado à tradição familiar, qual a motivação, se está vinculado a alguma devoção e religião, se a celebração

---

<sup>22</sup> Enfatiza-se a escolha do edital de 2019 por se tratar do último edital antes da pandemia de COVID-19, mas essas condições estão estabelecidas desde 2013 com poucas alterações. Com a pandemia, o festejo foi interrompido nos anos de 2020 e 2021, alterando a proposta dos editais em comparação aos anos anteriores.

atende a alguma comunidade e o número de famílias participantes. Ademais, era necessário anexar fotografias, filmagens, e trabalhos acadêmicos (caso houvesse) que comprovassem a realização da festa (CORUMBÁ, 2019).

Quando questionado sobre os critérios do cadastro, José Gilberto afirmou que o cadastro como festeiro é auto declaratório, ou seja, basta a pessoa afirmar que é festeira de São João e realizar seu cadastramento. Segundo o entrevistado, para ter o direito de receber o recurso existe um critério, do contrário todos os anos inúmeros festeiros novos iriam aparecer e poderiam desaparecer no ano seguinte. Sobre essa determinação o entrevistado explica:

A gente colocou um critério que é assim: você se cadastra, estamos em 2021, você se cadastrou, daí eu vou ter essa confirmação de que você é festeira, a partir do momento... se você falar assim pra mim “vou descer no dia 23 a noite”, eu vou ver que você desceu, você passou e vou apontar isso na minha lista... “Ah não, eu vou descer dia 23 pela manhã”, a gente tem pessoas lá na ladeira também dia 23 e 24 durante o dia e à noite [...] a gente tem as pessoas lá, então a gente vai conseguir ter esse apontamento [...] daí a gente tem esse apontamento, e junta isso nos próximos dois anos, 21, 22 e 23, quando você vai poder receber algum apoio? Em 2024. Então esse é o critério que a gente mantém (ROZISCA, 2021)<sup>23</sup>.

De acordo com o entrevistado, esse critério se deve ao fato de que o poder público precisa se programar para conseguir fazer o pagamento dos auxílios, então esses registros feitos pela equipe da Fundação de Cultura permitem calcular quantos festeiros poderão receber o benefício no próximo ano.

Além do critério citado por José Gilberto, o pagamento do apoio cultural fica condicionado a alguns requisitos também previstos em edital. Segundo a publicação citada um critério chama particularmente a atenção, o que o documento chama de “participação dos festejos de São João”. De acordo com a publicação a referida participação “compreende a descida do andor no dia 23 de junho, com sua respectiva comunidade festeira, no trecho do início da Ladeira Cunha e Cruz em direção à região da “prainha” do Porto Geral, procedendo a “lavagem” do andor” (CORUMBÁ, 2019, aspas do autor).

Quando questionado sobre a obrigatoriedade da descida da comunidade pela ladeira e a necessidade do banho da imagem no rio Paraguai, José Gilberto afirma que não é necessário, que a avaliação vai depender daquilo que o festeiro disse quando fez seu cadastro. Nesse caso, segundo o servidor, os responsáveis pelo cadastro pedem algumas fotografias que comprovem que o festeiro realmente fez a festa. Porém, seguindo o que é estipulado no edital, o banho da imagem no rio Paraguai é um item obrigatório, o documento não abre margem para manifestações em outros lugares.

---

<sup>23</sup> Houve uma tentativa de acesso a essa ficha com os apontamentos feitos no momento da descida da Ladeira, porém sem sucesso.

Além disso, é oportuno relembrar aqui o caso da festa de Sandra Melgar, que herdou a festa de sua mãe. De acordo com a festeira, a família não pode fazer parte do cadastro porque não desce para banhar a imagem no rio Paraguai devido à distância e ao tamanho da festa, no entanto, conforme relatado no capítulo dois, a família promove a festa há anos e banha a imagem em sua própria casa (MELGAR, 2022).

Essa exigência impede que festeiros que fazem a festa há anos possam receber o auxílio financeiro. E mais, a condicionante de banhar a imagem necessariamente na prainha do porto geral deslegitima as festividades que acontecem em outros lugares, centralizando as atenções e os recursos apenas para aqueles que banham no espaço da festa institucionalizada e espetacularizada.

Percebemos então que os festeiros que não aceitam essa imposição acabam ficando à margem da atenção do poder público institucional, pois não podem receber o dinheiro. Entretanto, no que se refere ao interesse político no capital eleitoral esses festeiros são visitados por autoridades, como o caso já citado de Sandra, e auxiliados financeiramente por esses sujeitos. Sendo assim, o que identificamos aqui é uma incoerência, porque em determinadas situações os sujeitos são reconhecidos como festeiros, tanto que recebem visitas importantes, mas por outro lado não o são, pois não têm os mesmos direitos que os outros festeiros.

Isso sem considerar os festeiros de que não temos conhecimento, aqueles que fazem suas festas e banham o Santo em lugares afins, ou que não tem o menor interesse em se cadastrar. Para o poder público estes sujeitos entram em uma categoria bem específica, a de festeiros não cadastrados. Nesse sentido, podemos afirmar que a festa institucionalizada se relaciona com todos os festeiros, mesmo que de forma indireta. A Fundação de Cultura acaba por hierarquizar e categorizar os festeiros em *cadastrados e não cadastrados*, sendo somente os primeiros assistidos pelo poder público, independente da longevidade da festa ou da sua importância para a comunidade que a promove.

Se considerarmos somente o ponto de vista financeiro é compreensível que a Fundação da Cultura e a Prefeitura queiram a participação da população e, principalmente, dos festeiros na Ladeira Cunha e Cruz, na noite de 23 de junho, para que a festa seja grandiosa e agrade os participantes e turistas. No entanto, essa condição de banhar a imagem de São João no rio Paraguai acompanhada de sua comunidade festeira não é uma coisa fácil e simples para muitos festeiros e festeiras ou simplesmente não há interesse.

Para a população mais abastada ou que mora perto do rio a tarefa parece um pouco mais fácil. Para aqueles que moram em locais mais distantes a situação não é tão simples,

muitas vezes o pouco dinheiro que essas famílias possuem é gasto nos alimentos e bebidas oferecidos aos participantes e nos enfeites do andor. Nesse caso, ficam excluídas do auxílio do poder público as festas que acontecem em bairros mais distantes, em comunidades rurais, ou em assentamentos, pois esses sujeitos não conseguem ou não tem o interesse de se deslocar até o rio para participar do grande festejo.

Essas considerações permitem questionar o próprio interesse da Prefeitura de Corumbá na execução e institucionalização do festejo. Existe a preocupação com a salvaguarda da manifestação popular, no entanto, há também o interesse econômico no evento.

A partir das falas dos entrevistados pode-se inferir que o cadastro e a posterior certificação tinham como objetivo reconhecer a importância desses sujeitos no cenário cultural de Corumbá, mas também é possível identificar um ensejo de controle desse espaço e, conseqüentemente, dessas pessoas.

Em sua entrevista Márcia Rolon afirma que o cadastro e a certificação foi “uma tentativa de dar voz e colocar as pessoas em alguns lugares interessantes na cidade, como protagonistas mesmo”. Porém, logo em seguida, a entrevistada descreve esses dois interesses imbricados:

Então acho que foi um ponto muito importante certifi-cá-los para eles se sentirem reconhecidos, até para ter esse compromisso da continuidade... isso já acontece, lógico, há mais de cem anos, passa de família pra família [...] e a partir disso o controle foi melhor, o controle de quem continua, de quem não continua... então quando aquele festeiro não está mais porque faleceu, quem é que assume esse papel? Então esse controle ficou bem interessante pra Prefeitura (ROLON,2021).

As narrativas apresentadas sugerem que o controle se deve a uma preocupação com continuidade da festa, e de quem serão os festeiros da próxima geração. De acordo com Sandro da Costa Assef, existe uma série de exigências para que o festeiro continue recebendo o benefício “ele tem que comprovar que ele é festeiro há tantos anos, e ele tem que descer, a gente tem que ver que ele desceu com o Santo dele, então é uma forma da gente manter essa salvaguarda [...]” (ASSEF, 2021).

A salvaguarda e a continuidade são o pano de fundo da justificativa, mas também sabemos que é preciso garantir que a ladeira esteja cheia de festeiros e que a festa seja interessante para os visitantes. A própria Bianca Machado de Oliveira afirmou que no início foi contra a ideia do cadastro e do apoio cultural, mas que agora concorda, pois “[...] é uma maneira de você continuar sabendo quem são né, contar com essas pessoas na descida da Ladeira, saber se essas pessoas descem, se não descem” (OLIVEIRA, 2020). Ou seja, mesmo

os festeiros compreendem que é preciso contar com essas pessoas na descida da Ladeira para que a festa que acontece ali seja prestigiada.

A partir de entrevistas como a de Bianca Machado de Oliveira é possível identificar o posicionamento dos festeiros frente ao processo de mercantilização da festa. Quando questionados se recebem o apoio e o que pensam sobre a resposta é quase unânime que o auxílio financeiro é importante, mas que o valor poderia ser maior, devido os gastos com a festa são muitos.

A Festeira Lenir contou que a soma em dinheiro ajuda muito os festeiros já que antes eles precisavam comprar todas as coisas da festa, mas enfatiza que não é suficiente: “ajuda, mas não dá pra tudo, mas as flores são compradas, o tecido de cetim é comprado [...]” (REINALDI, 2021).

No tópico em que analisamos a organização da festa observamos que eventos como os de seu Paulo Paes Vera em que a alimentação é totalmente gratuita dependem mais de ajuda:

[...] a comida é de graça, tem vez que eu faço churrasco, espetinho, esse ano foi espetinho, para o ano se Deus quiser que é agora, vamos ver o que a gente vai fazer, que ajuda a gente ganha pouca coisa, né? Quatrocentos, o que é quatrocentos reais? Você compra um gás, acabou. Três, quatro quilos de carne, a carne do jeito que tá, o preço da carne, então a gente sempre pede ajuda e o pessoal ajuda a gente (VERA, 2021).

Seu Paulo cita duas ajudas diferentes na sua entrevista, a primeira é a da Prefeitura, que ele considera insuficiente, tendo em vista todos os gastos com a festa. A segunda se refere aquela já abordada aqui que advém da comunidade, dos vizinhos e que possibilita que o festejo aconteça.

Ainda sobre essa ajuda, sr. Paulo comenta que conheceu muitos festeiros antigos que faleceram e que suas festas foram passadas para outras pessoas. No entanto, o festeiro destaca que existe um grupo de festeiros que não são interessados na festa “[...] vão só para pegar o dinheiro, mas festa mesmo eles não fazem [...] agora nós somos festeiros mesmo, [...] da raiz, então nós continua com a nossa obrigação” (VERA, 2021).

Aqui podemos identificar uma narrativa semelhante àquela do poder público em que há um grupo interessado apenas no dinheiro doado pela prefeitura. A percepção do festeiro é que as pessoas conseguem burlar as regras impostas, para tanto fazem uma festa protocolar apenas para continuar recebendo o apoio financeiro, festas essas que não se comparam às dos festeiros antigos, nem desse grupo dos festeiros tradicionais no qual ele mesmo se inclui.

É interessante pensar se realmente existe um afrouxamento da fiscalização ou se aqui mais uma vez vemos a população se movimentando frente ao processo de institucionalização. De acordo com o excerto de Vovelle (1991) supracitado, as festividades não são eventos

imóveis, sem alterações, pelo contrário, são constantemente alterados e reinventados. Sim, é possível que esses sujeitos estavam em busca apenas do apoio financeiro, mas pode ser que eles estavam apenas adaptando suas festas de acordo com as configurações de quem a assumiu.

É importante que tenhamos em vista as diferentes iniciativas do poder público em relação ao cadastro, mas, principalmente, em relação aos festeiros. Esse entendimento nos auxiliará a compreender como a Prefeitura percebe e promove o festejo, especialmente, como a presença desse grupo no porto geral na noite de 23 de junho é importante.

Além disso, já observamos que o porto ocupa um espaço importante na história de Corumbá e mais ainda na festa promovida pela Prefeitura. Então, a seguir, vamos analisar algumas transformações realizadas nesse espaço. A partir disso, vamos identificar que algumas das transformações modificaram a própria realização da festa no Porto e acabaram provocando reações de festeiros e gestores.

### **3.4. A revitalização do porto e o São João**

Sabemos que o interesse turístico da Prefeitura de Corumbá na festa se acentuou a partir dos anos de 1980. Desde então a municipalidade vem colocando em prática algumas iniciativas relativas à organização da festa, como as vistas até aqui, mas também ações em relação ao espaço do Porto Geral, local em que a festa acontece.

De acordo com Ângelo Rabelo, em 1997 ele recebeu o convite do então Prefeito Eder Brambilla para ser o secretário de Turismo, Educação e Meio Ambiente – nessa época as três secretarias funcionavam juntas e segundo o coronel eram responsáveis por organizar a festa.

Questionado se a Prefeitura já oferecia estrutura para o evento nesse período, Rabelo afirmou que a estrutura no local se resumia a barraquinhas no porto e que a festa

[...] era uma comemoração que talvez pudesse ter um caráter mais religioso do que parte de um calendário turístico, então você tinha o evento que era restrito a barraquinhas e também as manifestações específicas, que era o cururu e o siriri e o hasteamento do mastro lá no porto... havia uma iniciativa que era tradicional da cidade, de uma maneira ainda não muito organizada, que era as famílias com os andores descendo no porto para fazer a lavagem do Santo [...] (RABELO, 2021).

Apesar das intervenções da prefeitura existirem, pelo menos desde os anos 80, é ao final da década de 1990 que o banho ganha essa dimensão com o potencial turístico – e, claro, financeiro. O que chama a atenção no excerto é que o coronel fez questão de enfatizar que nesse período a festa tinha um caráter muito mais religioso do que turístico, e completa

afirmando que nos anos seguintes esse cenário se transformou devido às transformações no porto geral.

Rabelo se refere ao processo de revitalização pelo qual o Porto Geral de Corumbá passou no início dos anos 2000. Segundo noticiou em 2002 a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) Corumbá havia sido contemplada com verba do Programa Monumenta com foco na revitalização de sítios históricos<sup>24</sup>. De acordo com a notícia, 28 cidades foram contempladas e “[...] para o secretário Ângelo Rabelo o programa vai ter participação fundamental no fomento do turismo contemplativo, que vem sendo apontado como uma das alternativas de desenvolvimento econômico do município” (AGÊNCIA BRASIL, 2002). Dentre as obras estava a revitalização da escadaria que une a Avenida General Rondon e a Ladeira José Bonifácio e do Complexo Arquitetônico do Casario do Porto.

Em 2005, o Porto Geral passou por uma nova revitalização do Programa Monumenta, dessa vez mais focado no desenho urbanístico: “[...] a reurbanização inclui novo espaço de lazer e entretenimento na orla, com mirantes, acesso às embarcações, estacionamento, quiosques, cocha acústica e nova arborização” (DOURADOS NEWS, 2005).

De acordo com o Dossiê de Registro do Banho de São João, o arquiteto responsável pela revitalização, em 2005, foi João Bosco Delvísio. Este aponta no Dossiê que as reformas foram feitas no Porto, mas não houve qualquer alteração na “prainha”, pois ali seria o local destinado ao Banho de São João e Delvísio afirma que foi uma condição do próprio IPHAN que essa área não sofresse alterações durante a reforma em virtude da festa (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019).

Reformas, construções e grandes transformações nos espaços festivos não são novidade. Principalmente, quando analisamos festas que passam a ser organizadas pelo poder público. Modificações e até mesmo a construção de prédios específicos para a realização do festejo sinalizam essas mudanças, como é o exemplo de Campina Grande. Nesse caso as festas que eram realizadas nos bairros e contavam com a participação de moradores e vizinhos, passaram para o espaço chamado de *Palhoção*, o que representou a primeira grande mudança naquela festa (MENEZES, 2011).

---

<sup>24</sup> “O *Monumenta* é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto”. Fonte: Cronologia do Pensamento Urbanístico. 2011. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 20/12/2022.

Assim como em Campina Grande, em Corumbá podemos identificar ao longo dos anos o deslocamento da atenção das casas dos festeiros para o porto geral, além de um crescente interesse da administração pública na festa.

De acordo com Rabelo a nova configuração do Porto permitiu que a festa ganhasse uma nova forma de organização. A partir de então o evento deixaria de ser somente religioso e ganharia essa dimensão turística, com a ampliação nos dias de festa, investimento na estrutura com novas barracas e uma estrutura melhor para o palco que receberia os shows. Além disso, Rabelo destaca que foi contratada uma agência de publicidade para desenvolver uma programação visual mais atrativa para o evento.

Ainda segundo o entrevistado essa reconfiguração da festa trouxe pouco impacto no custo da administração pública, mesmo assim possibilitou uma geração de empregos significativa no período. Rabelo completa dizendo ainda que esse modelo de festa, apontado por ele como novo, seguiu

[...] uma lógica importante sempre que é: primeiro tem que ser bom para a cidade, depois para o turista... então a cidade aderiu essa nova oportunidade que o porto ganhou com a sua reorganização, ampliação e esse calendário [...] (RABELO, 2021).

Nas falas de Rabelo fica evidente o esforço de demarcar uma mudança na festa, e mais do que isso, enfatizar que a partir daquele momento começava a se projetar um evento ideal para Corumbá: voltado para o grande público, capaz de gerar lucro e atrair visitantes de diversos locais. É difícil identificar até que ponto essa intencionalidade, realmente, existiu enquanto projeto de governo e em que medida o que o entrevistado pretende é assumir um papel de protagonista na idealização do festejo atual, considerado como modelo de sucesso.

O desejo de se destacar como o idealizador não é algo raro de se encontrar quando se trata de festas institucionalizadas. Quando esses eventos passam pelo processo de institucionalização eles se transformam em uma espécie de expressão da gestão municipal, como uma demonstração de competência, sucesso ou até mesmo um marco na história do município. Esses fatores ficam claros aqui quando se ouve os entrevistados da rede institucional, pois é possível identificar nas entrevistas a tentativa de afirmar sua importância naquele evento, na transformação, na melhoria feita ao longo dos anos – o que nem sempre se confirma nas falas dos festeiros e demais fontes.

Rabelo destaca ainda que sua meta enquanto gestor era levar o evento a outro patamar sem desconfigurar sua essência e assim incluí-lo no calendário estadual e nacional de eventos – o que segundo ele foi exitoso. Além disso, o entrevistado afirma que houve pouca resistência dos festeiros, uma vez que sua participação no evento continuou significativa.

Entretanto, ao questionar os festeiros sobre o período em questão, as narrativas apresentam uma controvérsia. De acordo com Pedro Paulo Miranda, a festa no porto passou a receber toda a atenção do poder público e houve

[...] um período que praticamente nós chegamos quase ao fundo do poço... porque se preocupou apenas com a estrutura no porto e não se preocupou quase nada com as comunidades, com os festeiros de forma nenhuma... ali desestimulou muita gente. Essa desestimulação das comunidades ocorreu quando o prefeito foi doutor Eder Brambilla, não estou falando contra a administração dele, essa medida errada talvez até do secretário de cultura dele na época, que não fez uma reunião com os festeiros, não organizou nada, não preparou nada, muita gente deixou de fazer a festa... lá em baixo atrações, barracas, praça de alimentação só que o ator principal que são os festeiros, não recebia uma atenção de nada... nós chegamos ano nesse período de 97 a 2004, um período da gente descer com os andores e carro estar transitando normal, não se tinha nem a preocupação de interditar o acesso ali na ladeira... a preocupação era apenas e tão somente fazer a estrutura e o show lá embaixo e todo mundo achar que tá bonito (MIRANDA,2021).

É interessante perceber a discrepância entre os relatos do festeiro e do ex-secretário. De um lado, identificamos a narrativa de uma festa que alcançou o objetivo do secretário Ângelo Rabelo de se tornar mais conhecida e que continuou com uma participação expressiva dos festeiros. Por outro lado, o festeiro aponta que o possível responsável pelos problemas enfrentados por seu grupo foi o então secretário. Além disso, chama a atenção que o entrevistado aponta, exatamente, os anos da administração de Eder Brambilla.

O uso de entrevistas permite identificar, justamente, as diferentes opiniões sobre um determinado assunto ou período histórico. Aliás, interessa aqui exatamente as divergências, omissões, distorções, ênfases e silêncios, características da história oral e que demonstram as visões sobre determinado fato, as idealizações e as construções narrativas que são utilizadas para explicá-los (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 124).

Os trechos das entrevistas que acabamos de analisar refletem exatamente isso: as opiniões e os interesses dos entrevistados de acordo com o grupo ao qual pertencem. Podemos citar os agentes públicos enfatizando o papel desempenhado pelo poder público para a execução da festa, assim como temos os festeiros na tentativa de demarcar seu destaque e importância frente ao grupo, além de seu descontentamento com algumas das práticas adotadas.

Seguindo pela análise dos relatos dos festeiros é possível identificar que outro fator gerou desagrado em parte do grupo nesse período: a tentativa de alterar o trajeto percorrido pelos andores. Conforme comentado, os andores descem, banham a imagem no rio Paraguai e depois sobem para suas casas, essa parte do rito dentro do espaço da festa oficial ocorre unicamente na Ladeira Cunha e Cruz e na prainha.

Durante a descrição que fizemos da festa explicamos que é comum que durante esse deslocamento, como todos descem e sobem a mesma ladeira, os andores se encontrem. Além disso, descrevemos a existência de um cumprimento muito específico feito por aqueles que carregam a imagem do Santo e a importância que esse gesto de deferência tem para as comunidades festeiras.

No entanto, de acordo com Marlene Terezinha Mourão, a Prefeitura tentou implementar algumas mudanças ao longo dos anos e uma dessas mudanças provocava uma alteração exatamente nesse gesto. Houve um ano em que tentaram alterar o trajeto dos andores “[...] quando o pessoal descia e ia lá e dava o banho, já não subia ali novamente, ia pela outra ladeira” e complementa dizendo que “subia por outra ladeira, ia pra festa, era uma obrigação para o pessoal ir pra festa né [...] teve muita agitação, pessoal não quis, não deu certo” (MOURÃO, 2021). De acordo com a entrevistada a descida seria pela Ladeira Cunha e Cruz e a subida pela Ladeira José Bonifácio, o que faria com que os festeiros tivessem que atravessar a rua Manoel Cavassa, espaço onde estava montada a estrutura para a festa, ou seja, não haveria mais os encontros pelo trajeto.

Pedro Paulo Miranda também aponta essa tentativa de alteração:

[...] houve um momento que tentaram mudar a rota descer por uma ladeira e subir pela outra e isso tiraria o encontro dos andores, que é uma grande alegria quando os festeiros se encontram [...] agora se perdurasse essa ideia de descer por uma ladeira e subir pela outra os andores não iriam se encontrar (MIRANDA, 2021).

Ao que parece, a mudança não permaneceu por muito tempo porque houve resistência e reclamação por parte dos festeiros. Então, vale destacar aqui que embora a prefeitura fosse a responsável por organizar o festejo e pensar as melhores estratégias, os festeiros se posicionaram contrários à alteração, forçando o poder público a retroceder.

Além da alteração, Pedro Paulo Miranda relata que no ano seguinte houve outra mudança no local de montagem da estrutura da festa. Ao invés da festa acontecer próximo a Ladeira, a estrutura foi montada “[...] onde hoje é o centro de convenções [...] ali era o espaço de um antigo cais, uma área muito grande, cercou-se ali, como se fosse fazer uma festa de rodeio [...]”. O festeiro complementa afirmando que todas as atrações foram deslocadas para esse novo espaço, então “a praia ficou praticamente vazia porque as pessoas desciam e ninguém queria assistir banho de São João, queria assistir os shows lá, ficou um espaço separado com quase um quilômetro de distância [...]” (MIRANDA, 2021).

De acordo com Pedro Paulo Miranda o grupo dos festeiros também se rebelou contra essa organização, inclusive ameaçou de não realizar mais a descida até o Rio Paraguai.

Segundo o festeiro, a também festeira na época – Heloísa Urt, protestou contra as mudanças e já no ano seguinte a festa voltou a ser realizada no local antigo.

Essa sequência de mudanças demonstra o papel da Prefeitura nessa organização e, mais do que isso, evidencia novamente o grupo dos festeiros enquanto sujeitos que também possuem seus próprios interesses e expectativas com a festa. Além disso, demonstra também que a tarefa de promover um festejo institucionalizado sem grandes interferências nos ritos não se mostrou uma tarefa fácil.

A autora Elizabeth Lima ao analisar especificamente o processo de transformação da festa de São João de Campina Grande, relata que o evento assumiu contornos diferentes a partir do momento em que o projeto de fazer da festa a maior do Brasil começou:

[...] ela passa a assumir novos e múltiplos sentidos: é uma festa para incentivar o turismo, para servir como uma espécie de cartão-postal da cidade, para orgulhar os seus habitantes, para destacar os seus políticos locais, para incrementar a economia local, para destacar o folclore local, as origens festeiras do campinense, as suas “mais legítimas tradições” etc. (LIMA, 2008, p. 56).

No caso de Campina Grande, os gestores também apresentavam uma meta clara que naquele caso consistia na transformação da festa no maior São João do Mundo. Sendo assim, é possível afirmar que as declarações de Rabelo não são exceção, pelo contrário, demonstram as intencionalidades dos gestores em torno desses eventos e o desejo de demarcar sua importância na história daquele evento. Sendo assim, vale apontar também que este interesse turístico perpassa dois interesses bastante específicos do ponto de vista dos gestores: o lucro e a visibilidade.

Depois de Ângelo Rabelo quem assumiu a Fundação de Cultura de Corumbá foi Heloísa Urt – popularmente, conhecida em Corumbá como Helô. Heloísa é citada em várias entrevistas por ter realizado muitas transformações na cena cultural de Corumbá, inclusive na festa de São João.

A partir das análises das entrevistas é possível inferir que nesse período os gestores passaram a dedicar mais atenção aos andores e aos festeiros. Isso pode ter ocorrido pela atuação da própria Heloísa Urt, ou porque os gestores perceberam que todo o rito da descida da ladeira e do banho teria potencial para atrair a atenção das pessoas, especialmente dos turistas.

No que se refere à trajetória de Urt não podemos esquecer que Heloísa era festeira de São João antes de ser gestora, então trazia um ponto de contato interessante entre dois interesses distintos, de um lado o econômico e turístico e do outro espaço cultural e religioso. Além disso, em sua gestão houve o reconhecimento da festa enquanto Patrimônio Imaterial do

Mato Grosso do Sul e a gestora parecia compreender a importância dos festeiros nesse processo.

Um exemplo da sua atuação direta com esse grupo aparece em diferentes fontes, como nos históricos dos cadastros entregues pelos festeiros citados anteriormente. Um desses relatos conta que o festeiro fazia a festa em seu sítio no assentamento Tamarineiro desde 1982, então em 2005 foi visitado por Heloísa e convidado a se cadastrar como festeiro de São João. Outra festeira relata que sua mãe que era a responsável pelo festejo havia falecido, então ela foi até a Fundação de Cultura cancelar o cadastro e nesse momento,

[...] que eu fui tomada de surpresa por uma funcionária a nossa querida Helô, a secretária de cultura. Ela disse: Você não vai continuar com a tradição?

– Eu disse claro! Como eu posso deixar as pessoas devotas e com muita fé sem a nossa procissão de São João Batista?

Foi aí que passei a dar continuidade da nossa festa. Já são 4 anos que eu faço a reza.

Heloísa Urt ficou à frente da fundação até 2011<sup>25</sup> e a partir das entrevistas e das fontes consultadas é possível afirmar que a gestora desenvolveu um papel importante nas transformações do festejo, não só pelo esforço no cadastramento dos festeiros, conforme pudemos observar nos históricos dos cadastros, mas também, pela ajuda financeira da Prefeitura.

Todas essas mudanças permitiram o já mencionado reconhecimento da festa como Patrimônio Imaterial estadual, então com a troca de gestão na Prefeitura em 2013 o projeto de registro da festa como patrimônio imaterial nacional foi retomado e, conseqüentemente, alterações no festejo.

Quem assumiu a presidência da Fundação de Cultura foi a vice-prefeita na época Márcia. De acordo com ela, os técnicos do IPHAN fizeram uma visita à festa como parte do processo de registro. Após essa visita houve uma recomendação para que o espaço físico da festa fosse dividido, pois havia duas manifestações distintas ali: uma era o Banho de São João, o patrimônio imaterial, manifestação da fé dos festeiros e outro era o arraial, a parte que a Prefeitura promovia com shows, barraquinhas, concursos, dentre outros.

De acordo com José Gilberto Rozisca, a técnica do IPHAN apontou que o registro não deveria ser o arraial, mas sim o Banho de São João. Segundo o entrevistado a técnica enfatizou que

---

<sup>25</sup> Heloísa Urt faleceu no dia 23/11/2011 e na época ocupava o cargo de Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Corumbá. “Heloisa Urt era uma das principais referências quando o assunto envolvia arte e manifestação cultural e movimentos sociais e políticos [...]. Helô Urt participou, ainda, do movimento de resgate da manifestação do Cururu e do Siriri, que resultou no registro da Viola-de-Cocho como Patrimônio Imaterial da cultura brasileira”. (CONCEIÇÃO, 2011).

[...] de certa forma vocês estão estragando a celebração colocando outras coisas, que é essa divisão, as pessoas não conseguem entender o que é a celebração tradicional, o que é a manifestação tradicional e o que é aquilo que é promovido pelo poder público como estratégia de atrativo turístico, estratégia econômica, evento para gerar renda [...] (ROZISCA, 2021).

Vale destacar, que o pedido de registro da festa como patrimônio imaterial nacional foi realizado pela Prefeitura de Corumbá, então o esperado era que o pedido da técnica fosse atendido, tendo como objetivo o registro da festa. Na prática, a medida adotada pelo poder público foi a criação de dois portais, um localizado na parte alta da ladeira de onde partem os andores e o outro na rua Manoel Cavassa, conforme a descrição apresentada. O funcionário público José Antônio Garcia, popularmente conhecido como Tanabi, explica a diferença entre os dois espaços:

O Banho de João é uma manifestação espontânea [...] o Arraiá do Banho de São João é uma coisa já elaborada, se põe barraca, se determina o que vai pôr na barraca, tem shows, tem concurso de quadrilha, tem o concurso do andor [...] o Arraiá é o lugar separado, cercado onde acontece as coisas lá dentro, é limitado (GARCIA, 2021).

Nesse sentido, de acordo com o servidor municipal, haveria uma separação muito nítida entre esses dois ambientes, quase como se fossem duas festas totalmente diferentes. Chama a atenção ainda que o servidor se expressa como se o Banho fosse uma prática social simples por ser algo espontâneo e o Arraiá algo elaborado por ser uma festa promovida pelo poder público. Não podemos esquecer que se trata de um funcionário da Fundação de Cultura que já ocupou diferentes cargos, inclusive o de presidente, e que seu olhar parte desse lugar de organizador e mais, de alguém que tem poder de decisão no evento.

Além disso, para o servidor parece que a partir dessa separação entre os eventos pelos portais a interferência do poder público ficaria restrita ao espaço do arraial, inclusive colocado por ele como “cercado”, que seria destinado ao comércio e aos elementos que não são religiosos. Entretanto, mediante o exposto podemos perceber que as intervenções não ficaram limitadas ao espaço do arraial, pelo contrário, medidas como a obrigatoriedade do banho na prainha, reformas e a montagem da estrutura também interferiram nos rituais dos festeiros, fazendo com a festa institucionalizada atravessasse esses festejos mesmo que de forma indireta.

Sendo assim, ao longo deste capítulo foi possível perceber que a Prefeitura de Corumbá tomou várias decisões na tentativa de controlar quem eram os festeiros e quais as suas práticas festivas a partir da realização de um cadastramento desse grupo. Para tanto, estabeleceu normas para selecionar os festeiros que seriam cadastrados e garantir que esse

grupo estivesse presente na noite de 23 de junho no espaço específico da Ladeira Cunha e Cruz para compor o cenário ideal para devotos e turistas.

Por outro lado, não podemos afirmar que a gestão municipal não tenha ciência das consequências das suas decisões, até porque os próprios festeiros reclamaram seus direitos quando se sentiram prejudicados, seja na existência de um trajeto específico, na atenção desigual entre os festeiros e a festa espetacularizada, ou no direito de que suas festas fossem reconhecidas como *In Memoriam* dos antigos festeiros.

Tendo conhecido essas investidas do poder público na festa ao longo das últimas décadas e algumas das transformações pelas quais o festejo passou, o próximo capítulo pretende analisar a festa atual e como os festeiros continuam se relacionando com as referidas iniciativas. A partir dessa análise poderemos perceber que os interesses, as resistências e as negociações entre prefeitura e festeiros são constantes e provocam modificações tanto na festa no porto, quanto dos próprios festeiros.

#### **4. “EU NÃO ACEITO ESSE CONCURSO DE ANDORES”: A FESTA INSTITUCIONALIZADA IDEAL E SUA RECEPTIVIDADE**

No capítulo anterior acompanhamos algumas transformações pelas quais a festa passou, assim como o porto, espaço na qual ela acontece anualmente. Além disso, identificamos um crescente interesse do poder público nas possibilidades econômicas, turísticas e eleitorais que um evento desse porte pode trazer para a cidade.

O arraial do banho de São João vem ganhando destaque no cenário festivo de Mato Grosso do Sul nos últimos anos, especialmente após o registro como patrimônio imaterial pelo IPHAN. Para os dias de festejo a Prefeitura de Corumbá propõe uma programação extensa, a depender dos dias da semana em que será realizado.

Em 2019, por exemplo, a programação da festa começou no dia 20 de junho, feriado de *Corpus Christi*, e se encerrou no domingo, dia 23 de junho, com o Banho e shows musicais. Dentre as atividades estavam concurso de andores e quadrilhas, pau de sebo, shows regionais e nacionais, show pirotécnico, missa, elevação do mastro de São João, praça de alimentação e a descida dos andores na Ladeira Cunha e Cruz<sup>26</sup>.

Como defendemos, são várias as festas do Banho de São João e múltiplas as percepções sobre as mesmas, portanto, pretendemos aqui mapear esses pontos de contato, sejam eles contraditórios ou de concordância. De um lado os interesses da prefeitura, que busca organizar o evento do ponto de vista turístico, econômico e eleitoral, do outro os festeiros que, ora enxergam suporte e apoio no arraial municipal, ora são absorvidos por essa festa e veem esmaecer algumas de suas tradições e desejos.

Considerando que compreendemos a historicidade da festa e suas transformações mais recentes, agora analisaremos a proposta de festa que é elaborada pela Prefeitura, ou seja, qual desenho de evento é proposto pelo poder público? Qual é a festa ideal/idealizada? Ademais, examinaremos também como os festeiros percebem o evento e como se posicionam a respeito das atividades incluídas na programação.

---

<sup>26</sup> A programação foi semelhante nos últimos anos, com exceção dos anos de 2020 e 2021 em que a festa não foi realizada devido a pandemia de COVID-19.

#### **4.1. A programação**

A programação da festa é lançada todos os anos e gera expectativa na população que participa do evento, especialmente para os comerciantes corumbaenses. Esta prática se aplica também a outras atividades culturais atravessadas pelo interesse econômico como o carnaval e o Festival América do Sul, para os quais são lançados *cards* com as programações, os dias e os eventos para movimentar a cidade.

Do ponto de vista institucional a programação é um elemento importante para a festa, pois demonstra o festejo que a prefeitura planeja para a população, ou seja, a programação é uma representação da festa ideal que os agentes públicos pensaram.

Ao observar o formato atual do evento podemos perceber que as mudanças mencionadas no capítulo anterior, especialmente aquelas relacionadas à popularização da festa e a uma tentativa de deixá-la atrativa aos turistas, tem eco entre os gestores municipais.

A configuração do evento e as determinações para cada espaço – arraial e banho – geram grande discussão entre os responsáveis pela festa e em alguma medida com os festeiros. A referida medida buscava uma divisão, sendo o arraial o espaço dedicado ao núcleo profano e comercial, enquanto o espaço do banho fica reservado aos ritos religiosos, na prática acaba funcionando de forma bastante conflituosa, especialmente, no dia 23 de junho.

Para compreender isso melhor, vamos analisar a programação da festa de 2019 e sua organização. Neste ano em questão, a programação contemplou quatro dias de festa, entre os dias 20 e 23 junho e especificamente os dias de festa foram parte do feriado nacional de *Corpus Christi*, quinta-feira, 20 de junho. Durante os quatro dias de festa, em 2019, chama à atenção o número de shows musicais na programação, 18 no total. Dentre as atrações estão artistas regionais e nacionais que se apresentaram durante as diferentes noites, inclusive na noite de 23 de junho.

Esse é um dos primeiros pontos de disputa entre os grupos. A promoção de shows no dia 23 é matéria de discussão entre funcionários da fundação de cultura, políticos locais e festeiros de São João. É sabido que na noite do dia 23 acontece o banho, principal atração da festa e manifestação registrada como patrimônio imaterial. Nesse sentido, ao se colocar na programação um show de um grande artista nacional se abre uma disputa pelo público presente, pois, ou esses acompanham a descida dos andores pela ladeira e o banho, ou adentram ao espaço do arraial para assistirem ao show.

De acordo com José Gilberto uma sugestão importante em relação a programação desse dia veio dos técnicos do IPHAN cuja recomendação era que a programação do dia 23 fosse mais sucinta, pois

[...] se você coloca um show principalmente um show nacional às dez horas da noite, o que você faz? Você tira o brilho daquilo que acontece na ladeira porque até o turista que está ali que muitas vezes veio para conhecer o banho São João, mas vai ter um Michel Teló, um Luan Santana, um show nacional que vai ser mais atrativo, então ele vai deixar de ver aquilo e vai para o show [...] então foi uma solicitação também para que no dia 23 tivesse como palco a ladeira (ROZISCA, 2021).

Novamente, podemos ver a indicação dos técnicos do IPHAN para os gestores do evento, na tentativa de colocar em maior destaque o patrimônio cultural do que o evento comercial. Tendo em vista que a prefeitura tinha interesse que a festa obtivesse o registro, segundo o entrevistado, a partir dessa sugestão houve uma tentativa de alteração da programação do dia 23, cuja proposta partiu dos funcionários da Fundação de Cultura. No entanto, a discussão é tão polêmica que os próprios funcionários públicos não apresentam um consenso em relação a isso.

Isso se deve ao fato de que a festa movimenta o setor turístico e econômico da cidade, ou seja, o interesse turístico e econômico, pois como já observamos é o segundo evento que mais atrai turistas para Corumbá. Então, os diferentes grupos percebem este momento de forma distinta. No caso dos gestores públicos, principalmente, os que ocupam altos cargos no município, a festa é uma oportunidade de vitrine política. Uma festa com um artista nacional pode ser lembrada pela população local durante vários anos, além de atrair turistas e moradores.

**Fotografia 10:** População assistindo aos shows na noite de 23 de junho (2022)



Fonte: Acervo pessoal

Já para os comerciantes que trabalham com transporte, hospedagem e alimentação essa pode ser uma oportunidade para receber os visitantes e moradores e aumentar o faturamento. E mais, a confecção de andores e adereços movimentam o comércio local e o trabalho dos artesãos. Somado a isso temos a geração de empregos temporários diretos e indiretos, tanto dos trabalhadores que desempenham suas funções na estrutura oficial, quanto dos ambulantes e informais (SALVADOR *et. al.*, 2021).

Além dos grupos citados, existe outro que não participa da manifestação religiosa, tampouco tem o foco nos ganhos econômicos e cujo interesse é, justamente, o espaço do arraial. José Gilberto destaca que esses participantes, principalmente os jovens, gostam dos grandes shows e atrações nacionais, então para que esse grupo também seja contemplado na programação o show acontece a partir das dez ou onze da noite, quando grande parte dos festeiros e suas comunidades já desceram.

A partir dessa discussão identificamos os embates em torno dos aspectos comerciais, políticos e culturais do festejo. Questionado sobre as responsabilidades do poder público nessa dinâmica, o assessor executivo da Fundação de Cultura, Sandro Assef, explica que

Então o papel da Fundação, ele se divide em dois, né? Primeiro, realizar a festa, uma grande estrutura com atrações locais, regionais e nacionais, mas ao mesmo tempo dar todos os instrumentos pra que essa a salvaguarda dessa manifestação ela se perpetue. Então a fundação ela dá toda a estrutura, toda a logística para que os festeiros possam no dia vinte e três pro dia vinte e quatro descer com seus andores

até a beira do rio Paraguai, com toda segurança, com toda a pompa que que requer [...]. Esse é o nosso papel, dar todas as condições e as ferramentas pra que esses dois grandes eventos aconteçam, o arraial e o banho (ASSEF, 2021).

Aqui percebemos que o servidor procura colocar a Fundação e o poder público como facilitadores do evento, como se o papel desempenhado com os festeiros fosse secundário e quase imperceptível, mas ao mesmo tempo reconhece que a atuação é fundamental para que os dois eventos aconteçam e para que possam ser grandiosos.

Então, com todos esses interesses colocados na mesa, José Gilberto explica que a decisão final fica com os gestores que ocupam cargos mais altos e que “[...] nosso papel é sempre tentar convencer nossos chefes da importância de não colocar alguma coisa de muito apelo midiático no dia 23” (ROZISCA, 2020).

Esses trechos evidenciam que, muitas vezes, o aspecto político que envolve o evento se sobrepõe, afinal, são os gestores municipais que têm maior poder de decisão na festa. O evento representa uma oportunidade para que os políticos locais entrem em contato com a população, seja por meio de visitas às festas ou doações de alimentos e dinheiro. No entanto, o que podemos perceber na prática é que essas diversas iniciativas nem sempre apresentam suas reais motivações/intenções, comumente vêm acompanhadas de justificativas como a salvaguarda do patrimônio e o benefício dos festeiros.

Essa característica que não é exclusividade corumbaense, também acontece em outros festejos juninos, como é o caso do São João em Campina Grande. Elizabeth Christina (2008) descreve que na medida em que a festa foi crescendo e se popularizando, passou a fazer parte dos discursos políticos dos chefes municipais e assim “[...] a festa assume um contorno diferente, ela passa a ser expressão da administração municipal, é o prefeito quem a constrói e a torna fato concreto, real, um evento sem precedentes na e para a história do município”.

O mencionado aumento da visibilidade da festa e as sugestões do IPHAN fizeram com que os gestores corumbaenses passassem a se preocupar ainda mais com o sucesso do evento. Márcia Rolon, por exemplo, defendeu que a presença do poder público é necessária, “porque é evento turístico, não pode ficar totalmente solto, tanto que agora com esse reconhecimento, como uma festa e um patrimônio nacional é muito importante que a prefeitura tenha seu olhar e sua organização [...]” (ROLON, 2021).

A ex-gestora declarou que sempre foi favorável à atuação da prefeitura e enfatizou a necessidade dessa atenção após o processo de registro. A partir da fala de Rolon, podemos perceber a associação entre a festa e a gestão municipal, afinal, o *status* de patrimônio atribui

uma camada a mais de importância institucional para a festa, então não pode ficar solto, nas palavras da entrevistada.

Essa festa que seria um espelho da administração municipal permeia as falas desses entrevistados. Assim, se observarmos somente as declarações da rede institucional, a festa parece ser organizada em consenso com os festeiros, com uma massiva participação desses e suas comunidades em todas as propostas, sem interferências do poder público nas festas das comunidades. Além disso, o festejo seria gerador de empregos, recursos e capaz de atrair turistas de diversos lugares diferentes, valorizando os agentes culturais e suas tradições.

A ideia de harmonia, de união, são pré-requisitos básicos e imprescindíveis ao sucesso do evento. Contudo, ao contrário desse discurso, o conflito, o jogo de correlações de forças por prestígio e poder, perpassam toda a construção e execução da festa. Nos bastidores do evento, interesses diversos – econômicos, políticos, culturais etc. – confrontam-se, opõem-se e geram constantes situações de disputas (LIMA, 2008, p. 57).

Assim como destacado por Lima no excerto anterior, em Corumbá o que acontece na prática não é essa consonância. É preciso incluir nesse debate os anseios dos festeiros que, muitas vezes, vão de encontro a essa festa proposta, mas nem sempre esse grupo é ouvido.

Um exemplo são as disputas em torno do dia 23. É compreensível que os gestores queiram a apresentação da atração mais famosa na principal noite do evento, entretanto, para os festeiros a atração principal é a descida do Santo, o banho e as interações das comunidades e dos participantes na ladeira. O festeiro Pedro Paulo Miranda explica como compreende essa situação:

[...] nós chegamos num determinado ponto agora que a gente precisa sentar festeiros e prefeitura [...] uma das propostas que nós festeiros vamos apresentar é que no dia vinte e três de junho o porto, a ladeira fiquem apenas restrito aos festeiros [...] nós vamos fazer um apelo pro dia vinte e três a gente descer, dar banho no santo e voltar, não ter show [...] porque hoje está acontecendo ao contrário do que antes. Muita gente descia, procissão descia com duzentas pessoas subia com quatrocentas quinhentas. Hoje uma procissão dessa com duzentas, duzentos e cinquenta, trezentos está subindo com vinte, trinta, cinquenta. Por quê? Está tendo show de renome nacional (MIRANDA,2021).

O festeiro enfatiza que concorda com a existência da estrutura no porto e que acha essa iniciativa muito importante para a festa, porém, é preciso que prefeitura e festeiros conversem sobre a festa, principalmente, sobre os shows, pois segundo ele esse movimento “passa a produzir um esvaziamento na festa das comunidades” (MIRANDA, 2021)<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Pedro Paulo Miranda é radialista e um festeiro conhecido. Seu nome foi citado em várias entrevistas, por isso pode exercer uma espécie de liderança sobre um grupo de festeiros. Além disso, conforme comentamos no capítulo 2, realiza uma festa grande e tradicional que era feita por sua mãe, Dona Carlinda.

Esse deslocamento das pessoas das festas para o porto também foi destacado por Tanabi. De acordo com o gerente de fomentos, no final dos anos 90 os festeiros faziam grandes festas em frente às suas casas, reuniam ali os amigos e vizinhos, mas com as mudanças ocorridas ao longo dos anos “[...] hoje já não acontece mais isso. Então acho que nessa troca, nessa substituição desse evento de família [...] hoje foi trocado pelo Arraiá de São João” e complementa enfatizando que “[...] tem a as comidas típicas tem shows e houve um diferencial grande se você for ver de uma época pra outra. Em questão da festança, não do banho (GARCIA, 2021).

Tanto na fala do festeiro quanto na do gestor público se destaca uma mudança direta na festa a partir da institucionalização, devido muitas pessoas não voltarem para suas comunidades após o banho, e preferirem ficar no porto participando do arraial. Podemos relembrar aqui, a reclamação de dona Idalina que as pessoas apenas comem e vão embora logo em seguida. Pedro Paulo Miranda compara esse processo a um rio: “[...] É a mesma coisa que você matar a nascente do rio e querer que o rio continue com a mesma quantidade de d’água” (MIRANDA, 2021).

Mesmo com essas observações é preciso destacar que nem todos os festeiros criticam essa iniciativa dos shows no porto, mesmo que aconteçam no dia do banho. Alguns narram com naturalidade a mudança na festa, esse movimento das pessoas deixarem de participar do festejo nas casas e ficarem no porto após o banho.

O festeiro Paulo Paes Vera, na contramão daquilo observado por Pedro Paulo Miranda, afirmou que a programação do porto não interfere em nada na forma como sua festa acontece. Ele cita que muitos descem, banham o santo e voltam, mas que algumas das pessoas que participam da sua festa vão para o porto após o jantar (VERA, 2020).

Elenina também afirma que a procissão desce cheia, mas que muita gente fica no porto para assistir à tradição da descida dos andores de outros festeiros. A festeira contou que a programação oficial da festa não interfere em nada na forma como sua festa é organizada, inclusive eles já desceram no final da tarde, por volta de cinco ou seis horas e que não havia ninguém no porto além da banda contratada pela prefeitura. Elenina faz a festa há mais de dez anos e enfatizou que nunca participou do show no dia 23, pois banha a imagem e volta para casa, além disso não costuma frequentar o espaço do arraial mesmo nos outros dias de festa “[...] difícil... acho que fui uma vez só... raramente” (SILVA, 2021).

A festeira não deixa explícito que não concorda com a festa proposta pela prefeitura, mas enfatiza que essa programação não interfere na sua festa e que não participa de nada no Porto Geral. Esse desinteresse pelos ritos oficiais demonstra uma resistência de uma parte dos

festeiros à proposta oficial, no entanto, muitas vezes há um receio de criticar os gestores e a programação abertamente.

Podemos perceber também que muitos festeiros não são contrários a estrutura montada no porto, pois acreditam que é importante fonte de renda para a cidade, como é o caso de Bianca Machado de Oliveira, pois “[...] hoje, grande parte da informalidade vive dos eventos da cidade: Carnaval, Festival América do Sul, Festival Pantanal da Águas e São João.

A festeira Sandra, por exemplo, faz a festa no bairro Nova Corumbá, no entanto, ela não deixa de participar das outras atividades no porto, visita a festa, já participou do concurso de andores e inclusive contou que depois da festa em sua casa foi até o porto para assistir ao show no dia 23 (MELGAR, 2022). Voltando à programação da festa, temos que os itens praça de alimentação, estande de artesanato e altar de todos os santos que constam na programação todos os dias da festa, assim como o pau de sebo, elemento tradicional em festas juninas.

Um item da programação que demonstra o imbricamento entre a prefeitura e os festeiros é o referido andor da prefeitura, iniciativa criada pelos gestores na gestão de Heloísa Urt. Nas palavras de José Gilberto esse andor mistura a festa tradicional e a institucionalizada, pois todos os anos a prefeitura faz uma festa nos mesmos moldes que os festeiros. Nessa festa também é rezado terço e missa, serve-se comida e bebida, músicas tradicionais são tocadas e então eles se reúnem e descem a ladeira para banhar a imagem do Santo. O intuito é mostrar para os turistas que não conhecem festeiros locais ou autoridades que nunca participaram como seria uma festa, além disso concentraria as autoridades municipais ali, ao invés de encher a casa dos festeiros com essas pessoas.

Esse andor inicialmente era chamado de *andor oficial*, nomenclatura que demarcava a presença e a intervenção do poder público na festa, pois a descida desse andor constava na programação oficial e era narrada pelo locutor durante a festa. Com a visita dos técnicos do IPHAN a existência desse andor na programação foi questionada com a justificativa que não poderia haver um *andor oficial*, pois isso traria a conotação de que esse andor seria mais importante do que os outros. Assim, a festa continuou sendo feita, no entanto, passou a constar na programação como andor da Prefeitura. José Gilberto relatou que foi difícil convencer o locutor a mudar a nomenclatura do andor, pois era um locutor antigo na festa (ROZISCA, 2021).

## 4.2. Concurso de quadrilhas

Outra atração que faz parte da programação é o concurso de quadrilhas. A competição acontece através de edital próprio publicado em diário oficial pela fundação de cultura com “o objetivo de estimular e valorizar a cultura popular e a prática de dança de quadrilhas em nossa cidade (CORUMBÁ, 2019).

As quadrilhas são um símbolo importante das festas juninas, pois as vestimentas representam o traje *típico* dessas festas, e ajudam “[...] na instituição do imaginário da festa como um evento inocente, ingênuo; como uma festa primitiva arraigada a tradição dos antepassados longínquos [...]” (LIMA, 2008).

Não é por acaso que festejos juninos que se tornaram grandes eventos turísticos incluíram competições como essa numa tentativa de manter a cultura popular preservada e representada na programação do evento. Em Corumbá, no ano de 2019, a festa fazia parte da programação na noite dia 22, sábado.

A inscrição foi gratuita e cada grupo deveria ter entre 10 e 20 pares, formados por pessoas maiores de 14 anos. Ao todo sete grupos se inscreveram e foram premiados os três primeiros colocados com os valores de novecentos reais para os vencedores, setecentos para o segundo lugar e quatrocentos para o terceiro.

O edital estabelece que são consideradas quadrilhas juninas todas as entidades ou grupos que se apresentem de acordo com os costumes juninos regionais, observadas a originalidade e a tradição nas quadrilhas tradicionais, bem como a releitura e adaptação das formas matutas nas quadrilhas estilizadas, mantidas as tradições culturais regionais, como também será observada a manifestação cômica. [...] A dança deve apresentar uma coreografia que preserve temas da cultura junina, sendo julgados os seguintes quesitos: quadrilha: Coreografia, Evolução, Harmonia, Animação, Originalidade e Musicalidade; caracterização: traje típico junino; marcador: Liderança, Animação e Figurino; noiva e noivo: Interpretação, Animação, Simpatia e Figurino (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2019).

O concurso é um item da programação adicionado pelo poder público, ou seja, faz parte do festejo institucional. No edital da competição são apresentadas as características das quadrilhas, com ênfase que os grupos devem preservar as *tradições culturais regionais*, a coreografia deve manter temas da cultura junina e que elementos como traje típico junino serão avaliados, ou seja, elementos que representam as raízes das festas juninas e remetem ao passado.

No entanto, ao contrário da programação do dia 23, no caso do concurso de quadrilhas, não há ressalvas dos festeiros, nem quanto a sua existência, ou a data, tampouco foi manifestada uma preocupação com a tradição cultural que deveria ser mantida.

Possivelmente, isso se deve ao fato de que os festeiros pouco se importam com o concurso de quadrilhas, pois esse é um item da programação que não envolve diretamente a devoção a São João, além de que alguns afirmaram que a programação do porto não faz diferença na hora de organizar suas festas. Além disso, pode ser que essa indiferença também represente a resistência dos festeiros ao festejo institucionalizado, ignorando a existência desses elementos que fazem parte da programação apenas do arraial que tem como finalidade manter o porto movimentado.

Contudo, enquanto o concurso de quadrilhas não é alvo de críticas dos festeiros e demais participantes, o concurso de andores é amplamente discutido entre representantes do poder público e festeiros como veremos a seguir.

#### **4.3. Concurso de andores**

Dentre os dois concursos promovidos, quadrilhas e andores, o segundo causa mais controvérsia, pois festeiros e agentes do poder público têm opiniões divergentes em relação à competição. Segundo os entrevistados, o concurso de andores começou na gestão de Heloísa Urt frente a Fundação de Cultura. Atualmente, o concurso compreende a decoração dos andores e a exposição dos mesmos no espaço do arraial, dispostos sobre uma mesa.

Há ainda no espaço onde ocorre o concurso uma capela, uns estandes de papelão com as figuras de Lampião e Maria Bonita onde as pessoas podem colocar o rosto como se fossem os personagens e logo ao lado está posicionado o pau de sebo.

De acordo com o edital publicado no Diário Oficial de Corumbá, em 2019, dentre os objetivos do concurso estava o de preservar uma tradição da festa e destacar o que a cidade apresenta de “criativo, rico e original em matéria de festejos juninos” (CORUMBÁ, 2019). É interessante apontar que a prefeitura não justifica em seus documentos – nem os agentes desta – suas ações através da promoção econômica ou da projeção política, mas o faz sempre em nome da valorização de seu povo e de suas práticas culturais.

A inscrição para o concurso de andores era gratuita e não era necessário ser festeiro para participar do concurso, portanto, a competição era aberta para o público em geral, sendo vedada a inscrição de funcionários da Fundação de Cultura e seus parentes em até 2º grau.

Esse é um item interessante, porque permite a participação de pessoas que não são necessariamente devotas de São João, podem ser apenas entusiastas da festa ou estarem em busca da premiação em dinheiro: mil reais para o primeiro colocado, oitocentos reais para o segundo colocado e quinhentos reais para o terceiro colocado – valores do concurso de 2019.

Os próprios gestores públicos apontam que o concurso é parte somente do Arraial, como é possível identificar no relato de José Gilberto:

[...] o concurso é livre, é um concurso realmente estético pra você analisar a estética e não a história daqueles andores [...] onde eu queria chegar mesmo é dizer pra você aquilo que acontece ali não faz parte da manifestação popular, aquilo que acontece ali no concurso de andores é uma prática do poder público (ROZISCA, 2020).

Na mesma linha, José Antônio Garcia (Tanabi) corrobora a ideia e enfatiza que o “[...] concurso de andores passou a ser uma atividade do Arraial do Banho de São João, pra ter mais uma atração, uma movimentação e valorizar o trabalho, valorizar a criatividade, valorizar assim o festeiro em si [...]” (GARCIA, 2021).

Para além do discurso da valorização e destaque aos festeiros, é possível identificar, nas falas dos funcionários da fundação de Cultura, o intuito de incluir um novo item na programação que pudesse atrair visitantes e as comunidades festeiras para o porto. Ademais, em sua segunda entrevista José Gilberto afirmou que outros interesses permeavam a realização da disputa:

[...], mas o grande propósito do concurso de andor sempre foi ir estimulando esses festeiros para que esses andores fossem ficando mais bacanas e mais bonitos também... tem sim um propósito turístico nisso, para que aquela pessoa que vá para a ladeira fale “nossa olha que lindo, que bacana esse trabalho que eles estão fazendo, não é só fé, também tem uma estética bonita naquele andor”, então foi por isso que foi criado o concurso de andores (ROZISCA, 2021).

É compreensível o esforço do poder público para que o porto esteja movimentado nos dias de festa e que seja algo de destaque na programação, porém no que se refere ao concurso é possível identificar que os festeiros questionam a forma como a Prefeitura promove a competição e até mesmo sua existência.

Estes questionamentos são diversos e perpassam diferentes esferas do concurso. Um primeiro exemplo é o de Alfredo Ferraz, que faz uma festa considerada tradicional em Corumbá e conta com uma grande comunidade. Quando questionado sobre o concurso o festeiro afirmou que sempre participa, mas que tem algumas ressalvas e explica que muitas vezes as decisões tomadas pelos organizadores não condizem com a realidade dos festeiros.

Alfredo Ferraz citou como exemplo que o recurso doado pela prefeitura para os festeiros precisa acontecer com antecedência, antes do concurso para que possa ser utilizado para decorar o andor, tendo em vista que muitos não possuem grandes quantidades para gastar nos enfeites (FERRAZ, 2022). Ainda de acordo com o festeiro Pedro Paulo Miranda o concurso existe porque os festeiros recebem esse recurso que tem como objetivo a decoração dos andores, então a existência dessa competição só é possível pelo repasse financeiro feito pela prefeitura (MIRANDA,2021).

Interessante é notar que Pedro Paulo Miranda se posiciona de forma contrária à intervenção do poder público, quando da discussão da alteração do trajeto, pois se apresenta como defensor da tradição no encontro dos andores na ladeira. Todavia, o festeiro afirma que o recurso doado pela prefeitura é muito importante para a existência do concurso, mesmo que os próprios gestores afirmem que o concurso é uma invenção institucional, importante para o aspecto turístico do evento. Observamos então que os próprios festeiros apresentam opiniões diversas sobre essa atuação institucional, o que demonstra o quão múltiplo é esse festejo.

Pedro Paulo Miranda não é o único que apresenta essa visão múltipla, outro exemplo é o festeiro Alfredo Ferraz que afirma que não concorda, totalmente, como o concurso acontece, mas participa todos os anos e a competição sempre entra na programação elaborada pela comunidade<sup>28</sup>. Por outro lado, existem festeiros que já participaram do concurso de andores, mas que não participam mais.

Um exemplo é o festeiro Paulo Paes Vera que contou que sua mãe, a antiga festeira, sempre participava do concurso, mas que ele não tem mais participado nos últimos anos. Questionado o motivo, o festeiro explicou sua insatisfação: “[...] não dá preferência pra gente, já tem a pessoa que ganha, todo ano ganha aquela pessoa então não tem como, um santo desse aí você enfeita e chega na hora não chega nem em terceiro” (VERA, 2021). O motivo que seu Paulo apresenta para não participar mais do concurso não é exclusivo dele. A ideia de que existem festeiros ou competidores com alguma preferência aparece nas falas de outros entrevistados, como é o caso de dona Idalina.

A festeira explicou que no início também participava, mas que desistiu. Quando questionada do porquê, disse “eu não participo porque eu acho que é panelinha, eu participava, mas aí eu vi que era panela daí não quis não... Não adianta você se desfrutar maior, você tem que ser humilde [...]” (SILVA, 2022).

---

<sup>28</sup> Aqui vale lembrar que a comunidade Monte Castelo elabora todos os anos várias ações para arrecadar fundos para a execução da festa. Além disso, divulgam uma programação extensa para o dia do festejo que contempla todos os ritos do dia 23, começando às cinco da manhã com a alvorada festiva, depois Santa Missa, içamento do mastro e a procissão até o rio à noite.

**Fotografia 11:** Festeira Idalina Gonçalves da Silva com seu andor (2022)



Fonte: Acervo pessoal

Esse suposto grupo chamado de *panelinha* pela festeira seria formado pelos “mais chegados”, ou seja, festeiros mais próximos dos funcionários da Fundação de Cultura. Ainda sobre esse relacionamento mais próximo a festeira afirmou que essa preferência se dava pelas relações estabelecidas entre festeiros e funcionários públicos e disse que “[...] é assim eu acho que coisa humilde é humilde... agora não eu puxar seu saco e você puxar o meu... então eu não faço mais” (SILVA, 2022).

Entretanto, na sequência, dona Idalina justifica que não participa pois “[...] eu num tô lá pra ganhar, eu tô para fazer a benção dele, mas não faço questão de ficar lá concorrendo” (SILVA, 2022). Na fala, da festeira, é possível perceber um conflito entre participar do

concurso, ser reconhecida por ser uma festeira de destaque com um belo andor, ou colocar a devoção em primeiro lugar, afinal, é por isso que ela realiza a festa.

Assim como dona Idalina e seu Paulo, dona Lenir chama as desconfianças que tem frente ao concurso de *probleminhas*. Durante a entrevista a festeira contou que participou do concurso há alguns anos e que “uma vez até tirei o primeiro lugar, mas aí houve um probleminha lá e fiquei no segundo lugar, a senhora sabe que sempre tem né... os probleminhas [...]” (REINALDI, 2021).

Dona Lenir conta ainda que imediatamente após anunciarem que ela havia ganhado o concurso, o festeiro que havia ficado em segundo lugar pediu para que ela dividisse o prêmio, dentre as explicações ele disse que morava longe do porto, por isso,

[...] tem que descer de carro o pessoal, porque ele disse que tem *comunidade*, é um monte de gente [...] eu falei divido, o dinheiro não é meu tamo ganhando, aí ele foi lá, não sei o que foi fazer e veio de lá e falou que foi ele que ganhou... e por que então que não veio falar pra mim eu vou colaborar com a senhora, vou dividir o prêmio? Não precisava disso, porque eu não faço pelo prêmio, faço porque eu gosto, faço porque sou devota de São João de *verdade*, mas é um respeito né... não tenho raiva dele, cumprimento ele e tudo, mas fica aquele sentimento que a pessoa pisou na bola... como ele foi lá e arrumou esse voto? E se eu tinha ganhado porque esse um voto o fez passar na minha frente? É coisa inexplicável né [...] (REINALDI, 2021, *grifo nosso*).

Nesse episódio narrado por dona Lenir é preciso destacar duas ênfases em sua fala. A primeira é na palavra “comunidade” pronunciada como se a festeira quase não acreditasse nessa informação ou pouco importasse que o outro festeiro fosse o representante de uma comunidade. Esse descrédito é até compreensível, afinal dona Lenir afirma também fazer uma grande festa e é comum que os festeiros se refiram aos seus convidados como *comunidade*. O outro ponto é na expressão “devota de São João de verdade”, pois ela não se importava com o dinheiro, sua motivação era a fé. Logo, aqueles que participavam e faziam questão do dinheiro representavam o inverso, não eram devotos de verdade.

No que se refere ao papel do poder público, os chamados *probleminhas* destacados pela festeira seriam condutas questionáveis e arranjos para que as mesmas pessoas ganhassem o concurso, pessoas essas que seriam indicadas ou amigas dos funcionários da prefeitura. De acordo com a festeira esses – *probleminhas* – fizeram com que ela ficasse vários anos sem participar do concurso. Em 2021, ela decidiu participar, mas, novamente, não concordou com a forma como foi organizado:

São muitos festeiros de São João, mas muita gente já não quer mais participar do concurso, esse aí eu acredito que vai até acabar, porque você pensa uma coisa e é outra, faz uma coisa e é outra... muita gente reclamou e eu vi no facebook essas

coisas... eu não reclamei porque não tive a oportunidade, mas eu disse o dia que eu tiver oportunidade eu vou falar que eu não concordei (REINALDI, 2021).

Os festeiros destacam ainda uma falta de comunicação com o poder público e Alfredo Ferraz explica que “[...] antes a gente tinha reunião com a Fundação de Cultura, mas já tem alguns anos que eles não chamam os festeiros pra conversar... é claro que tem o desconto da pandemia, mas bem antes disso já não tinha [...]” (FERRAZ, 2022). Ainda de acordo com o festeiro esse diálogo poderia colocar os interesses dos festeiros em evidência e cita o desejo de criar uma associação dos festeiros para representar seus interesses, pois a atuação individual teria pouco impacto, segundo ele.

Essa falta de oportunidade para explicar seu descontentamento pode decorrer da forma como a festa é gerida pelos organizadores com pouca ou nenhuma participação dos festeiros, mas não há indicação que o concurso deixará de existir. O que percebemos aqui é que novamente os festeiros se colocam resistentes às interferências da prefeitura. Não existe indício de que haja favorecimento, a não ser nas entrevistas, todavia observamos que os festeiros que falam da institucionalização da festa muitas vezes se colocam de maneira cautelosa, questionadora, até acusatória por vezes, principalmente em relação ao concurso.

Outro ponto que chama a atenção é o fato de que mesmo não concordando com a forma ou com as regras esses sujeitos continuam participando do concurso, inclusive seu Paulo Paes Vera afirmou que participará dos próximos concursos e levará o prêmio. Essa participação com ressalvas e críticas (mesmo que não sejam públicas) demonstram que os festeiros se movimentam frente ao processo de institucionalização. Esses sujeitos participam pela popularidade, a oportunidade de ter seu andor premiado ou mesmo pelo prêmio em dinheiro que o ganhador recebe, ou seja, independente das críticas ao processo também existem seus interesses pessoais.

Além desse grupo existem aqueles que defendem que o concurso não deveria existir, dentre eles está Bianca Machado de Oliveira:

[...] Eu não aceito esse concurso de andores porque como que você avalia a fé? Por que que o seu Santo é mais bonito que o meu? Qual foi o critério que se estabeleceu? Porque tem pessoas mais antigas que respeitam a cor do Santo, que só faz vermelho e branco, todo ano, aí essa pessoa não vai passar porque o outro é mais colorido, o outro é mais enfeitado, o outro lembra festinha de São João, sabe? Então isso é perder um conceito muito importante da festa (OLIVEIRA, 2020).

Bianca também destaca essa ideia de que é uma festa de devoção e que fé não se mede, não há como julgar. A festeira lembra ainda que existem os festeiros que utilizam apenas o vermelho e o branco e que Santos mais coloridos, e com mais ornamentos podem vencer o concurso, desconsiderando esses elementos considerados tradicionais. Cabe aqui

destacar, que a própria festeira e seu grupo decoram o santo com ornamentos que não são considerados tradicionais.

Além disso, podemos pensar que a ideia de tradição tem diferentes sentidos nesse festejar, em alguns casos aceita o novo e se adapta às transformações e demandas dos diferentes grupos, mas em outros procura permanecer com as concepções antigas - sem aqui incorrer em uma concepção de tradição que remete a pureza.

A própria festeira enfatiza que as pessoas *respeitam* a cor do Santo, como se fosse uma espécie de obrigação a ser cumprida. Entretanto, essa tradição de decorar apenas com as flores vermelhas e brancas seria negativa, pois os santos mais coloridos e mais enfeitados teriam mais chances de ganhar. Por fim, Bianca destaca que com isso um conceito importante da festa se perde, ou seja, a opinião da festeira é até contraditória, mas acaba por explicitar que a própria ideia de tradição não é neutra, é um campo de disputas e alterações constantes.

Bianca ainda problematiza outras características da competição e afirma que é contra a premiação em dinheiro, pois “você paga a fé da pessoa, porque é uma festa de fé, não é uma festa demonstrativa como o carnaval [...]” (OLIVEIRA, 2020). Nesse trecho é possível perceber que a festeira e José Gilberto compreendem a competição de forma distinta, uma vez que ele afirmou que o concurso tinha um fim estético, o de deixar os andores mais bonitos, e turístico, pois, levaria as pessoas até a ladeira colocaria em evidência um trabalho bonito realizado pelos festeiros, enquanto a festeira percebe a disputa enquanto mais um espaço de demonstração de fé.

Durante a entrevista Bianca explicou que na época era conselheira de cultura de Corumbá e que gostaria de propor uma alternativa ao concurso, mas completa dizendo “a gente não tem como barrar isso mais, isso já foi institucionalizado” (OLIVEIRA, 2020).

**Fotografia 12:** Andor da festeira Bianca Machado de Oliveira (2022)



Fonte: Acervo pessoal

**Fotografia 13:** Andor da festeira Denilce de Oliveira (2022)



Fonte: Acervo pessoal

Embora apresente essas ressalvas, Bianca Machado de Oliveira disse que sempre participa do concurso, inclusive que já venceu. Contou ainda que quando ganhou o concurso, pela primeira vez, não achou justo ficar com o dinheiro todo, pois estaria fazendo exatamente o que criticava na atuação da prefeitura, então decidiu dividir com os outros participantes o prêmio. No entanto, Bianca havia ficado responsável pela decoração com um amigo que fazia parte de seu coletivo<sup>29</sup> e que naquele momento foi contrário à divisão completa do prêmio. De acordo com ela, ele disse: “você pode fazer o que você quiser com o resto, você tem seiscentos reais, você pode dividir com todo mundo, mas esse dinheiro aqui vai ser nosso porque eu gastei no santo” (OLIVEIRA, 2020).

Segundo a festeira, o restante do prêmio de mil reais foi dividido entre os participantes. Bianca descreve também que no início seu amigo insistiu para ficar com todo o prêmio, mas que ela foi contra. A partir do diálogo narrado pela festeira, podemos identificar que as contradições em torno do concurso não existem apenas na dicotomia poder público e festeiros, mas entre os próprios participantes. Se considerarmos ainda o episódio contado por dona Lenir, temos mais um exemplo das disputas que estão em jogo ali: prestígio, reconhecimento, fama e, claro, dinheiro.

Além desses dois grupos existe ainda um terceiro que não participa do concurso. As motivações apresentadas são semelhantes a essas que acabamos de analisar. A festeira Denilce de Oliveira disse que não participava “porque a minha mãe não gostava dessas coisas, falava que o santo não é carnaval” (OLIVEIRA, 2022) e complementa dizendo que sua mãe, a antiga festeira, não deixava que o andor fosse decorado com outras cores nem com outros adereços, aceitava apenas a decoração tradicional.

Também participam desse grupo as festeiras Eunice Pereira e Elenina Paula da Silva, mãe e filha. Questionada por que não participa do concurso, dona Eunice respondeu que “as vezes eu acho que é pela cara que ganha, não é pelo enfeite [...] então eu enfeito meu andor pra mim descer” (SILVA, 2021). A festeira dá ênfase na palavra descer, buscando destacar que esse é o sentido de enfeitar o andor. Elenina também não participa do concurso porque “a nossa fé e tradição é levar São João n’água, pra dar banho e trazer de volta” (SILVA, 2021). Há, novamente, aqui a questão ligada à tradição e às resistências às interferências e construções caricaturais da festa com intuito econômico/turístico.

---

<sup>29</sup> De acordo com Bianca, ela e os amigos que a ajudam a promover a festa formam um coletivo que discute como será a decoração do andor e os detalhes sobre a organização do evento que acontece na casa da festeira.

É interessante pensar nas diferentes formas de compreender a festa institucionalizada e se posicionar frente a ela. Talvez, o que incomode as festeiras seja o interesse mercadológico e não-religioso da prefeitura com o concurso, perceptível quando dona Denilce afirmou que o Santo não é carnaval.

O concurso evidencia ainda uma outra particularidade que é a participação de festeiros que não são cadastrados, como é o caso de Sandra Melgar. Conforme observamos no capítulo anterior, a festeira e sua comunidade não descem até o rio, mas ela costuma participar do concurso de andores porque sua mãe participava quando era festeira. A presença dos festeiros que não são cadastrados indica que a festa institucionalizada se relaciona com esse grupo de outras formas. A própria inscrição desses festeiros indica que mesmo que não se cadastrem isso não significa que esse grupo discorda ou nega totalmente as propostas da Prefeitura para o evento.

Por outro lado, mesmo que não concordem com a forma como o concurso é organizado, muitos festeiros continuam participando. Não podemos esquecer que a participação no concurso garante aos festeiros uma oportunidade de destaque no grupo e na festa, pois a exposição dos andores acontece em local específico no Porto Geral. Além disso, é uma chance de receber um prêmio em dinheiro e ser reconhecido pela beleza do andor. Talvez a soma desses fatores e outros que não conhecemos seja a razão pelas quais muitos dos festeiros que apontaram problemas no concurso e que deixaram de participar pretendem voltar a fazê-lo.

De forma alguma se defende aqui uma ideia de que as pessoas devem ou não participar do evento ou que atuem de forma coerente com suas críticas. Pelo contrário, chama à atenção o modo como esses sujeitos se relacionam com o poder público e com o próprio concurso de andores em si, seja através das reclamações públicas ou privadas, ou na própria resistência em não participar da competição.

Nesse sentido, é necessário observar que poder público e festeiros não tem uma postura unicamente de oposição, subalternos e superiores. Esses sujeitos fazem parte de diferentes grupos e classes sociais e atuam conforme seus interesses, pertencimento ou exclusão, as alianças formadas, as disputas e rixas pré-existentes ou que passaram a existir no próprio campo festivo.

As festas são eventos plurais, campos de embates e emoções e podem ser compreendidos de formas diferentes de acordo com os grupos que dele participam, conforme destaca Guarinello (2001). Em Corumbá esses diversos elementos se misturam também com a fé e devoção que são próprias da festa de São João. Some-se a isso o interesse em promover

um grande evento de sucesso para os participantes, o que Elizabeth Lima chama de festa para “turista ver”:

A festa para “turista ver” é rica, sobretudo, em opções de entretenimento; basta uma rápida consulta ao folder informativo da programação prevista no “arraial urbano”, para ver que nele está contido uma diversidade de atrações, algumas repetidas ano a ano, mas com uma nova moldura, outras, inventadas com características extremamente inusitadas. O que importa é oferecer um cardápio vasto para destacar a cidade que a patrocina. O que se objetiva, enfim, é transformar em prática e em sucesso o evento construído (LIMA, 2008, p. 113).

Esse trecho aponta que, em Campina Grande, os gestores procuram elaborar uma programação que agrade aos turistas, mesmo que para isso adaptem elementos tradicionais ou incluam outros que não fazem parte do cenário junino. Em Corumbá a prefeitura desempenha um papel semelhante quando escolhe promover um evento de quatro ou cinco dias de festa, com concursos e shows musicais de diferentes ritmos, mesmo que os festeiros não concordem com a proposta.

Retomando a ideia de Osvaldo Trigueiro (2005), tanto a manifestação popular espontânea quanto a festa institucionalizada dividem o mesmo espaço, no entanto, a festa institucionalizada depende da manifestação popular para continuar existindo. A característica de festejo popular, de manifestação espontânea e de fé garante que os turistas visitem Corumbá e, conseqüentemente, assegura que o lucro e a visibilidade gerados pela festa continuem, então é fundamental a participação dos festeiros. Além disso, o banho da imagem é o que diferencia a festa corumbaense das demais e garante o registro como patrimônio imaterial e o poder público sabe disso.

Ao longo da discussão foi possível perceber que essas duas festas dividem a atenção do público, pois muitas vezes a programação oficial com grandes shows parece mais atrativa do que a manifestação cultural. Foi possível identificar que mesmo no grupo dos organizadores a questão da programação não é um consenso. De um lado, temos aqueles que defendem uma festa mais discreta no dia 23, com foco nos andores, e, de outro, aqueles que veem no evento uma oportunidade de destaque político e ganhos econômicos.

Para os festeiros o descontentamento com algumas ações do poder público é facilmente identificável, principalmente no que se refere à descida da Ladeira e às possíveis interferências nesse espaço, seja na falta de assistência, na alteração do trajeto ou na programação que esvazie a descida. Embora alguns festeiros mais conhecidos e que desempenham algum papel de destaque declarem suas opiniões, o grupo afirma não ter canais de atendimento para as reclamações dessa natureza, ou a oportunidade de participar do planejamento do festejo, seja via representantes ou de uma associação dos festeiros.

Assim, dentre os desafios da municipalidade está a participação direta dos festeiros e suas comunidades no planejamento do evento para que os detentores do patrimônio continuem fazendo suas festas e se sintam respeitados. Além disso, há que se promover um festejo que não descaracterize a manifestação popular ao ponto de ameaçar sua salvaguarda e que ao mesmo tempo atenda aos interesses econômicos, turísticos e políticos em torno do evento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do Banho de São João para a cidade de Corumbá fica evidente ao longo deste texto. Não apenas do ponto de vista econômico, da geração de renda e empregos, ou pelo viés do angariamento de capital político, mas, principalmente, da manifestação cultural e de fé que o festejo e o banho representam. As esferas em que a festa se apresenta, cultural, econômica, política, religiosa ou turística, assim como ela são múltiplas e, se assim o são, mais variadas ainda podem ser os olhares sobre ela lançados.

Olhar para a festa do banho de São João possibilitou adentrar em um contexto muito próprio. São muitas as festas do banho de São João, em Corumbá. Tem a festa da prefeitura que se funde com a do turista no porto geral. Tem a festa da qual participam os comerciantes que esperam todo pela visita dos seus consumidores. Tem festa católica, umbandista, candomblecista e espírita. Tem festa em casa e festa na rua.

Essas inúmeras festas são pensadas e organizadas com meses de antecedência pela Prefeitura e pelos festeiros. Essas celebrações, apesar de claramente serem distintos seus interesses, como buscamos observar, ora se fundem, convergindo para o acontecimento da festa e ora se chocam deixando evidentes suas contradições.

A diversidade da própria cidade de Corumbá conta com a participação de festeiros de diferentes matrizes religiosas como católicos, umbandistas, candomblecistas e espíritas. Os festeiros de religião de matriz africana participam da festa, são cadastrados e sua presença é marca registrada no festejo. Assim, é importante destacar a coexistência desses fiéis de origens distintas compartilhando do mesmo espaço e de práticas religiosas semelhantes.

Além disso, a proximidade com a fronteira também garante a participação dos bolivianos no festejo, cuja presença fica marcada na mistura de sotaques, mas principalmente pela culinária com a saltenha e o arroz boliviano.

A partir do calendário festivo da cidade buscamos mostrar ao leitor essas particularidades e influências que formam Corumbá sendo indígenas, portugueses, franceses, palestinos, árabes, bolivianos e tantas outras culturas que trouxeram a festa para Corumbá ou a influenciaram.

Esse argumento de ancianidade traz consigo uma legitimação e um valor identitário muito marcantes para a festa. Do senso comum ao Dossiê de registro da festa, passando por inúmeras matérias jornalísticas, apontar a festa como centenária é quase obrigatório. E de fato, a documentação aponta não apenas para sua verificação, mas para a manutenção de

muitos modos de fazer a festa. São muitas as continuidades com o passado que podem ser observadas nos espaços da festa, o porto e as casas, em suas práticas, como o içamento do mastro e a fogueira, e nos papéis desempenhados, como o alferes da bandeira e a rainha da coroa.

Esse argumento ainda é recorrente entre os festeiros, que buscam no tempo de realização da festa, ou na herança de festeiros anteriores, a legitimação para suas próprias práticas e ritos. Seja nas descrições dos cadastros, nas entrevistas nos gabinetes da fundação de cultura ou em suas falas na mídia, há quantos anos é feita e quem era o festeiro anterior também são pontos que parecem obrigatórios. Há de se notar que há uma certa indução a isto em determinados momentos, por exemplo quando o cadastro exige um “histórico da festa” como critério para recebimento dos recursos da prefeitura, pois aí está subentendida a necessidade e a valorização da longevidade da festa.

Nesta pesquisa descrevemos que não há apenas uma forma específica de se fazer a festa de São João, em Corumbá. As festas populares são mais maleáveis em suas execuções, têm regras menos rígidas do que as festas oficiais e permitem mais adaptações de acordo com o grupo que a organiza. Como observamos no segundo capítulo, assim também acontece na festa aqui estudada, cada festeiro serve a quantia e a variedade de comida que sua condição financeira permite ou que seu grupo consegue oferecer. Não importa se o festeiro serve o jantar antes ou depois da descida, se é churrasco, carreteiro ou saravulho. O ápice da festa é o momento do banho de São João que pode acontecer na prainha do Porto Geral, em outro ponto do rio Paraguai, na fonte construída no quintal, na bica, ou em uma bacia no quintal de casa mesmo.

Por outro lado, a festa que acontece no Porto Geral é marcada pela formalidade, uma vez que é um evento oficial. Para essa festa existe uma programação amplamente divulgada que contempla elementos religiosos e não religiosos. À disposição dos participantes estão barraquinhas com comidas variadas e atrações musicais durante os dias do evento.

O objetivo da Prefeitura Municipal com a montagem dessa estrutura e programação é o que chamamos de mercantilização da festa, ou seja, promover um festejo que seja interessante para os turistas e residentes de Corumbá que forem até o Porto Geral, com o foco na arrecadação financeira, de maneira direta e indireta.

As diferentes gestões municipais buscaram imprimir no festejo formas de fazer a festa que atendessem a suas demandas e deixassem a marca dos gestores ali. É evidente que os festeiros são os agentes principais da festa, pois são os responsáveis pela manifestação

cultural, então essas ações do poder público muitas vezes se direcionaram diretamente a esse grupo, ou os afetaram de forma indireta.

Podemos citar exemplos analisados aqui como o cadastramento dos festeiros de São João. No decorrer da pesquisa foi possível identificar que este cadastramento que começou de maneira informal, a partir de uma pasta em que a funcionária da Secretaria de Educação, Dinorá Cestari, mantinha com informações sobre os festeiros. Após algumas modificações esse levantamento acabou se tornando a ferramenta que, se por um lado fornece suporte aos festeiros, como dinheiro e infraestrutura, por outro determina quais devem ser suas práticas.

À medida em que o interesse na popularização do festejo cresceu, os festeiros passaram a ganhar destaque e o poder público começou a criar formas de aperfeiçoar e sistematizar ainda mais um banco com os dados de quem eram essas pessoas e como essas festas aconteciam.

Como consequência, os festeiros que estivessem devidamente cadastrados nesse banco poderiam receber o aporte financeiro, o que impactou diretamente os festejos. Uma vez que o intuito era oferecer subsídios para que estes pudessem realizar suas festas, o recebimento do valor estava condicionado ao cumprimento de algumas exigências necessárias para que um cadastro fosse realizado junto a Fundação de Cultura.

Conforme observamos, uma das condições para a efetuação do cadastro era o banho da imagem na prainha do Porto Geral - que ainda vigora. Podemos inferir que o poder público coloca essas obrigações para garantir a presença dos festeiros no porto na noite de 23 de junho. E mais, essa exigência acaba por interferir nos festejos, pois os festeiros que banhavam suas imagens em suas casas, em outros pontos do rio ou em bicas se viram obrigados a se deslocar até o Porto Geral para que pudessem receber o recurso, alterando diretamente modos de fazer a festa.

Assim, o pagamento do recurso mediante o cadastro, mas principalmente com a obrigatoriedade do banho em um local específico e por um roteiro específico, a ladeira Cunha e Cruz, é uma forma direta da Prefeitura Municipal controlar o espaço, as práticas festivas e presença desses devotos na Ladeira, independente de como a festa oficial irá ocorrer.

Ora, pensando nos festeiros entrevistados e na dimensão que a festa tem em Corumbá é provável que sem essa condição um número muito maior de festeiros poderia ser beneficiado com a ajuda em dinheiro. E mais, se a justificativa do poder público para a existência do benefício é que os andores fiquem mais bonitos e os festeiros possam fazer uma festa melhor para sua comunidade, não há motivo para impedir que todos possam receber o

dinheiro. Como vimos, a festa na ladeira e no porto asseguram a movimentação econômica desejada por diversas esferas sociais, daí a exigência no cadastro.

É certo que os festeiros também tentam driblar as regras impostas, inclusive emprestando imagens de amigos para apresentá-las aos funcionários da Fundação de Cultura, conforme contou José Gilberto. Outra forma de receber o dinheiro é sendo um festeiro novo ou tentando cadastrar mais de um festeiro por família. Essas tentativas deixam explícito que os festeiros não ficam inertes às ações da Prefeitura, pelo contrário, em grupo ou de forma individual buscam reclamar direitos, como o caso citado das festas *in memoriam*.

Mas essas não são as únicas formas de resistência que os festeiros apresentam em relação à festa institucionalizada. No quarto capítulo estudamos a festa proposta pela Prefeitura a partir da análise da programação e foi possível perceber posicionamentos positivos e negativos a respeito disso, evidenciando o que buscamos observar, a multiplicidade de festas e leituras dela.

Existem os festeiros que participam apenas da descida dos andores e ignoram a existência de outras atrações da festa, sejam os concursos ou os shows musicais. Para esse grupo o que importa é o festejo realizado em suas casas e o ritual do banho, estão intimamente ligados à esfera cultural da festa. No entanto, é interessante lembrar os exemplos de seu Paulo Paes Vera e de Elenina Paula da Silva, ambos os festeiros são cadastrados, banham o Santo no rio Paraguai, mas não participam das atividades no Porto e frisam, não vão a nenhum dos dois dias de show. Há ainda os festeiros que participam do Arraiá da prefeitura, como é o caso de Sandra Melgar que fez a festa em sua casa, banha a imagem na gruta em seu quintal, mas depois costuma descer para o show e aproveitar a festa no porto geral.

Muitos festeiros reconhecem a importância econômica da festa institucional, especialmente na geração de empregos, como é o caso de Bianca Machado de Oliveira e Pedro Paulo Miranda. Porém, esses festeiros observam essa festa com mais cautela, pois conforme apontado por Pedro Paulo, a festa dos festeiros é como uma nascente e é preciso cuidar dela para que o curso do rio continue com água. Dos festeiros entrevistados talvez sejam os que observam a festa com maior criticidade e apontam os problemas que identificam. Ambos trouxeram observações claras sobre os distintos interesses sobre a festa. A metáfora do rio de Pedro Paulo demonstra claramente sua visão estrutural da festa, desde sua dimensão cultural, a festa do festeiro, até suas dimensões política e econômica.

É claro para a maioria dos festeiros que essa interferência da prefeitura demonstra um interesse distinto, mas por comodidade ou interesse, diversos festeiros aceitam os termos dela.

Ao longo da análise foi possível perceber que estes espaços festivos, o porto, a casa e a rua, são campos de disputas entre os diferentes grupos, afinal, esses eventos podem ser uma importante vitrine para as autoridades ou para aqueles que buscam exercer algum tipo de liderança local. Observamos esta corrida por certo reconhecimento ou busca de capital político de forma clara nas visitas que o prefeito e políticos fazem às diversas festas espalhadas pela cidade, mas também na disputa entre os festeiros pela festa mais antiga, pela que recebe mais gente ou pela oferecem mais comida à comunidade.

Esses espaços festivos nos levam à outra questão relevante, também campo de disputas. Uma interferência no festejo que chama a atenção nas entrevistas da rede dos funcionários públicos é a divisão entre o que seria a festa institucionalizada e a festa popular, ou genericamente cultural.

A existência de dois portais que anunciam “Banho de São João” e “Arraial do Banho de São João” parece buscar fazer desaparecer a interferência do poder público no festejo como se isolasse totalmente um espaço do outro, como se a manifestação cultural acontecesse dentro de uma bolha de salvaguarda do patrimônio, isolada, legítima. Ora, os portais por si não significam nada além de uma estrutura de metal que segura uma faixa com poucas letras, a existência dos mesmos não deixa de trazer uma constatação importante. O reconhecimento pelo executivo municipal de que existem sim ali, dois interesses claramente distintos. O banho de São João é a manifestação cultural, festa religiosa, o Arraial de São João é um show junino, com objetivo mercadológico de movimentação financeira.

Observamos ainda que se os portais indicando a diferença dos espaços é legítima, não é, todavia, suficiente. Sabemos que decisões como alterar a rota de descida e subida dos andores, colocar um show nacional na noite do Banho, ou obrigar os festeiros a se cadastrarem afeta as festas realizadas pelos festeiros. Seja porque os Santos não se encontrarão na Ladeira, porque nem todos receberão o auxílio em dinheiro ou porque os jovens das comunidades não voltarão para suas festas porque preferem ficar no Porto Geral, diretamente estas festas estão sendo transformadas.

Não podemos aqui considerar que os agentes públicos não têm conhecimento das consequências dessas ações ou do impacto delas. Muitos dos entrevistados neste trabalho estão há anos, até décadas, na Fundação de Cultura ou em outros órgãos da municipalidade, então conhecem muito bem o funcionamento do festejo, transitam em suas dimensões. Observam a festa em seu caráter de manifestação cultural, e objetivam seu reconhecimento como patrimônio e todas as suas repercussões, políticas, econômicas, midiática etc.

No campo dos conflitos, festeiros que têm um contato mais direto com os funcionários como Pedro Paulo Miranda, Bianca Machado de Oliveira e Alfredo Ferraz disseram que já relataram seu descontentamento com algumas ações aos agentes da prefeitura. Bianca ressalta em suas entrevistas sua contrariedade à execução do concurso de andores e Alfredo Ferraz aponta o quanto os festeiros não são ouvidos, além de evidenciarem os conflitos, estas falas dizem respeito ao posicionamento dos festeiros frente ao processo de institucionalização da festa.

Como insistimos, a multiplicidade da festa garante também que sejam variadas as relações que nela se desenrolam, conflitos e convergências de interesses são constantes. O próprio parecer do registro da festa pelo IPHAN destaca algumas ações que vão ao encontro do exposto aqui, como o suporte e o fortalecimento dos festeiros. Como convergência de interesses aparece, por exemplo:

Dar visibilidade aos festeiros em âmbito social, cultural e econômico, reconhecendo-os em sua condição de agentes culturais, de forma a promover a autoestima e a atrair e incentivar a participação de novas gerações nas práticas relacionadas ao Banho de São João;

[...]

Valorizar o ritual tradicional do Banho do Santo em sua importância histórica, religiosa e cultural, para que não haja interferência na prática tradicional dos fiéis no caso da realização simultânea de outras atrações, como o que acontece atualmente com o palco de shows do Arraial da prefeitura (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2021, p. 10-11)

Destaca-se que os festeiros são os detentores da celebração, os agentes culturais, ou como disse o festeiro Pedro Paulo, são a nascente desse rio caudaloso. Então a maior parte das ações tem esse grupo como foco central e enfatiza a necessidade de mobilização e valorização para que o festejo possa continuar existindo. Como apontamos, mesmo as convergências de interesses, como os auxílios e a infraestrutura que a prefeitura oferece, atendem a objetivos que tem suas distinções.

O parecer destaca ainda o papel da Prefeitura de Corumbá com certa preocupação, principalmente na interferência do poder público nas práticas e na espacialidade da festa. O documento aponta que a retirada do poder municipal da organização poderia trazer perdas como o aporte financeiro pago aos festeiros cadastrados na Fundação de Cultura. A sugestão dos técnicos é que “[...] caberia uma reflexão junto aos festeiros sobre o modelo de atuação dos gestores locais em relação à festa tradicional do Banho de São João” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2021, p. 10-11).

Esta reflexão visa atender não apenas o anseio de manter o patrimônio e sua dita originalidade, mas dar voz aos mantenedores da manifestação em questão. Essa sugestão

aponta uma maior proximidade das equipes que fizeram parte da construção do parecer e do processo de registro com a festa e com os festeiros, ainda mais em comparação com os agentes do executivo municipal, dos quais se queixaram nossos entrevistados.

É neste sentido que a partir desta pesquisa foi possível observar a exclusão dos festeiros e festeiras de determinadas decisões sobre suas próprias festas, ou também sobre a centralidade do seu papel na festa, cada vez mais sufocada entre os itens da intensa programação proposta pela festa mercantilizada. O Banho é reconhecido como Patrimônio Imaterial devido a manifestação cultural desse grupo e é essa característica que diferencia a festa corumbaense das outras.

Assim, parece mais do que necessária a inclusão de representantes desse grupo no planejamento da festa, nas discussões das ações que podem os afetar. É preciso ouvir festeiros das diferentes matrizes religiosas, cadastrados e não cadastrados para que essas diferentes formas de fazer a festa de São João sejam contempladas nas ações da Prefeitura de Corumbá.

O distanciamento entre o poder municipal e os festeiros acaba gerando algumas confusões, como as diferentes ações voltadas para a festa mercantilizada e para a manifestação dos devotos. Um exemplo são os concursos de andores e quadrilhas, pois se o segundo, o concurso de quadrilhas é mais bem aceito e tem poucas críticas em relação à sua realização, tendo poucas referências nas entrevistas, o concurso de andores, sofre diversas críticas por sua realização. São críticas que vão dos critérios de avaliação dos andores, da forma como devem ou não serem decorados, e que versam, claro, sobre a premiação e seus ganhadores.

Parece que festeiros e poder público entendem esses concursos de forma muito distinta. Essa confusão é uma das causas desses problemas, pois os festeiros enxergam o concurso de andores como algo ligado ao universo do sagrado, enquanto o poder público o realiza como uma forma de movimentar o porto nos dias de festa e garante que andores mais bonitos serão exibidos para os turistas, lembrando a entrevista de José Gilberto. Novamente, as práticas se fundem em um evento, o concurso reúne a produção de andores em homenagens ao santo aos interesses econômicos do executivo. Assim, vemos o processo se repetir, dimensões que parecem paralelas, distintas, a cultural e a político-econômica, se fundem em um evento, convergindo para sua realização e colocando seus objetivos difusos em rota de colisão.

No entanto, mesmo com esse distanciamento apontado, as muitas festas que cabem dentro desse banho na imagem do santo abarcam também processos muito salutares para a

manifestação e para o patrimônio. Por exemplo, nos aparece que algumas dessas reclamações dos festeiros ao longo dos anos foram atendidas pela municipalidade, muito em função da ação dos funcionários da Fundação de Cultura, que possuem conhecimento teórico e técnico sobre o festejo, que trabalham diretamente com os festeiros e por isso conhecem seus anseios.

Nos editais do concurso de andores de 2022 (ainda na pandemia) e 2023 foram criadas duas categorias: Tradicional e Pluralidade. Na categoria tradicional competiram andores decorados apenas com as cores vermelho e branco, com imagens sacras e sem nenhum tipo de adorno eletrônico ou tecnológico. Esta categoria visa justamente atender esse anseio da originalidade da tradição e de fato, é uma demanda dos festeiros. Já na categoria pluralidade as propostas poderiam ser diversas, assim como as cores e adereços. Além disso, foi criado também o concurso de mini andores, direcionado a jovens entre 12 e 16 anos, como forma de incentivar as novas gerações de festeiros (CORUMBÁ, 2022, 2023).

Talvez a questão a ser feita pelos representantes da municipalidade não é se há interferência do poder público na manifestação popular ou não, mas em que medida suas ações afetam essas festas e como mitigá-las.

Outro questionamento que pode ser feito é em que medida uma festa como o Banho de São João pode ser promovida e organizada pelo poder público sem incorrer no risco de descaracterização e esvaziamento da manifestação.

Nesta pesquisa trabalhamos com a diversidade do Banho de São João e pudemos observar o quanto essa pluralidade é presente na festa. A tese de que são muitas as festas de São João foi se delineando e se provando verdadeira a cada entrevista, a cada modo de fazer a festa, a cada história e a cada banho.

Não se trata de chamar de muitas por seu número absoluto, não é este que nos interessa, são as variações dentro do mesmo banho de São João. Variações estas determinadas por suas diferentes influências culturais e religiosas, por seus diferentes interesses culturais ou econômicos, pela longevidade secular a que remonta a homenagem ao santo ou a longevidade centenária em que essas práticas se repetem em Corumbá.

Infelizmente, não foi possível mensurar nesta pesquisa os impactos da pandemia na realização do festejo. Impacto este que pode ser temporário em alguma medida, mas duradouro em outras. Durante o trabalho de campo ouvimos algumas histórias sobre como as festas foram realizadas e as formas que os festeiros arranjaram para homenagear São João, inclusive desrespeitando as normas sanitárias. Muitas vezes, quando questionados sobre as mudanças nos últimos anos, os festeiros afirmaram que não puderam descer, que foram proibidos ou narrativas semelhantes, sempre se referindo ao período da pandemia.

Se por um lado esse texto em sua parte final faz algumas afirmações, inferidas e absorvidas das fontes e da historiografia que nos permitiu caminhar pela festa, por outro, uma miríade de questões surge deste. Dúvidas que se constroem a partir destas leituras, dessas múltiplas festas e dos múltiplos olhares, interesses e interferências. Tudo isso confirma a relevância cultural desse evento, não apenas para a cidade de Corumbá, mas para a compreensão de um Brasil longe do eixo Rio-São Paulo.

Essa certeza, a da importância desta festa, nos leva a outra, serão necessários muitos trabalhos ainda em torno dessa manifestação cultural para que possamos alcançar tantas camadas e possibilidades de compreensão a partir dessa festa.

## **6. FONTES**

### **ENTREVISTAS – REDE DOS FESTEIROS**

FERRAZ, Alfredo Tadeu Ortiz. Entrevista 1. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 22 min.

MELGAR, Sandra. Entrevista 12. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, junho 2022. 12 min.

MIRANDA, Pedro Paulo. Entrevista 11. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Campo Grande, setembro 2021. 45 min.

MOURÃO, Marlene Terezinha. Entrevista 9. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 34 min.

OLIVEIRA, Bianca Maria Machado de. Entrevista 2. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2020. 28 min.

OLIVEIRA, Bianca Maria Machado de. Entrevista 3. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 38 min.

OLIVEIRA, Denilce Fátima de. Entrevista 4. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, junho 2022. 24 min.

PEREIRA, Eunice Maria. Entrevista 6. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 15 min.

REINALDI, Lenir Cunha. Entrevista 8. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 45 min.

SILVA, Elenina Paula de Souza da. Entrevista 5. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 17 min.

SILVA, Idalina Gonçalves da. Entrevista 7. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, junho 2022. 23 min.

VERA, Paulo Paes. Entrevista 10. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 17 min.

## **ENTREVISTAS - REDE INSTITUCIONAL**

ASSEF, Sandro da Costa. Entrevista 19. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 25 min.

ESPÍNDOLA, Carlos Augusto. Entrevista 14. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 13 min.

GARCIA, José Antonio. Entrevista 15. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 36 min.

RABELO, Angelo. Entrevista 13. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 21 min.

ROLON, Márcia Raquel. Entrevista 18. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 20 min.

ROZISCA, José Gilberto Garcia. Entrevista 16. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, abril 2020. 44 min.

ROZISCA, José Gilberto Garcia. Entrevista 17. Produção: Andréia Marsaro da Rosa. Corumbá, setembro 2021. 64 min.

## **FONTES – PREFEITURA DE CORUMBÁ**

PESQUISA DE DEMANDA: Arraial do Banho de São João – 2018. Corumbá: Prefeitura Municipal, 2018.

PESQUISA DE FLUXO TURÍSTICO – 2019. Corumbá: Secretaria de Turismo, 2019.

CADASTRO DOS FESTEIROS DO BANHO DE SÃO JOÃO – 2018. Corumbá: Fundação de Cultura e Turismo, 2018.

SÉRIE DE FICHAS DE CADASTROS DOS FESTEIROS DE SÃO JOÃO. Corumbá: Fundação de Cultura e Turismo, [s.d.].

## DIÁRIO OFICIAL

CORUMBÁ. Decreto nº 2.606, de 21 de junho de 2021. Dispõe sobre a normatização da realização do Banho de São João 2021, e dá outras providências. *Diário Oficial de Corumbá*, Corumbá, MS, ano IX, 21 jun. 2021b. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4059/#/p:1/e:4059>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CORUMBÁ. Edital 010/2022-FCPH, de 1 de junho de 2022. O Diretor-Presidente da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá - FCPH, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital do Concurso de Andores de São João 2022. *Diário Oficial de Corumbá*, Corumbá, MS, ano X, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4349/#/p:1/e:4349>. Acesso em: 28 mai. 2023.

CORUMBÁ. Edital 010/2023 – FCPH, 2 de junho de 2023. Concurso de Andores. O Diretor-Presidente da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá - FCPH, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital do Concurso de Andores de São João 2023. *Diário Oficial de Corumbá*, Corumbá, MS, ano XI, 2 jun. 2023. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4646/#/p:1/e:4646>. Acesso em: 28 mai. 2023.

CORUMBÁ. Edital nº 002/2021 – FCPH, de 13 de maio de 2021. O Município de Corumbá, por intermédio da sua Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico, torna público o presente Edital para premiação de festeiros do Banho de São João para realização de atividade digital para composição de acervo da FCPH sobre os agentes da cultura popular corumbaense. *Diário Oficial de Corumbá*, Corumbá, MS, ano IX, 13 mai. 2021a. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4017/#/p:1/e:4017>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CORUMBÁ. Edital nº 006/2020, de 19 de junho de 2020. O Diretor-Presidente da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá - FCPH, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital do Concurso de Andores de São João 2020. *Diário Oficial de Corumbá*, Corumbá, MS, ano VIII, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3702/#/p:1/e:3702>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CORUMBÁ. Edital nº 008/2019, de 27 de maio de 2019. Para promover a organização, controle e certificação dos festeiros de São João como Agentes de Preservação Cultural do município de Corumbá. *Diário Oficial de Corumbá*, Corumbá, MS, ano VII, 27 mai. 2019. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3404/#/p:5/e:3404>. Acesso em: 5 jan. 2022.

CORUMBÁ. Edital nº 015/2018. Para promover a organização, controle e certificação dos festeiros de São João como agentes de preservação cultural do município de Corumbá. *Diário Oficial de Corumbá*, Corumbá, 24 mai. 2018. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3039/#e:3039>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 12.923, de 21 de janeiro de 2010. Determina o registro do bem imaterial que menciona. *Diário Oficial Mato Grosso do Sul*, Corumbá, MS, ano XXXII, 22 jan. 2010. Disponível em:

[https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO7628\\_22\\_01\\_2010](https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO7628_22_01_2010). Acesso em:  
22 set. 2020.

## 7. REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. *Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

AGÊNCIA BRASIL. Modo de Fazer Viola de Cocho é revalidado como Patrimônio Cultural. Cachoeira de Iauaretê (AM) também foi reafirmada. Brasília: Agência Brasil, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/modo-de-fazer-viola-de-cocho-e-revalidado-como-patrimonio-cultural>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e Memória*, v. 7, n. 1, p. 134-150, jun. 2011. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/147/147>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ANDRADE, Fátima Aparecida Machado; PAIXÃO, Roberto Ortiz. Diagnóstico do turismo de pesca de Corumbá, MS. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, IV, Corumbá-MS. Anais eletrônicos. Corumbá: Embrapa, 2004. Disponível em: [http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/309SC\\_Diagnostico\\_OKVisto.doc](http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/309SC_Diagnostico_OKVisto.doc). Acesso em: 27 abr. 2023.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: Festejos de Entrudo e Carnaval em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008.

ARÉVALO, Audenice Galdino. Ficha de cadastramento de São João. [s.l.: s.n.], [s.d.].

ASCOM CÂMARA MUNICIPAL. Festa do Divino Espírito Santo pode se tornar Patrimônio Cultural Imaterial de Corumbá. *Capital do Pantanal*, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/geral/festa-do-divino-espírito-santo-pode-se-tornar-patrimonio-cultural/544944/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BARROS, Renata. Carnaval de Corumbá é ‘irmão mais novo’ do Rio de Janeiro e tradição é passada de geração para geração. *GI Mato Grosso do Sul*, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/04/21/carnaval-de-corumba-e-irmao-mais-novo-do-rio-de-janeiro-e-tradicao-e-passada-de-geracao-para-geracao.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CABRAL, Leonardo. Decreto determina regras para banho de São João no rio Paraguai. *Diário Online*, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=125268>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CANCIAN, Elaine. Cidade Negra: os cativos da vila de Santa Cruz de Corumbá (Século XIX). In: *Corumbá e Ladário: Capítulos de História Regional*. Campo Grande: Editora UFMS, 2021. p. 60-102.

CASALI, Rodrigo. *Guias e Orixás: Narrativas de expressões orais sobre os Candomblés do MS*. 2016. 405 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Global, 2005.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. As festas religiosas em louvor a São José Batista na Bahia: práticas devocionais e elementos míticos na interface sagrado / profano. In: SERPA, A., org. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 181-197.

CHAPARRO, Jorceli; LAMBERTI, Eliana. O turismo em Corumbá/MS: a relação de sua dinâmica com o SISTUR. *Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR*, Penedo, v. 8, n. 2, p. 174-194, dez. 2018.

CONCEIÇÃO, Edmir. Morre Heloisa Urt, presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Corumbá. *Campo Grande News*, 23 nov. 2011. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/morre-heloisa-urt-presidente-da-fundacao-de-cultura-e-turismo-de-corumba>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CORREA, Lúcia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso 1870-1920*. SLED, 1981.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. *Mana 21: Estudos de Antropologia Social*, n. 1, p. 35-63, abr. 2015.

DA COSTA, Edgar Aparecido A. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 4, p. 17-33, 2017.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DOURADOS NEWS. Monumenta inicia reurbanização do porto de Corumbá. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/monumenta-inicia-reurbanizacao-do-porto-de-corumba-c40aeb15dac648d28a9/226817/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. Folguedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: FAPESP, 2001. v. II, p. 449-463.

FERNANDES, Frederico. Os cururuzeiros na festa pantaneira de São João: apontamentos de literatura oral. *Revista Letras*, São Paulo, n. 37/38, 1997/1998.

FLUD, Suzana Mendes Dias; ARAÚJO, Ana Paula Correia de. Festival América do Sul Pantanal na construção da identidade territorial da fronteira Brasil – Bolívia. 2020. Disponível em: <https://tupa.claec.org/index.php/latinidades/latinidades2020/paper/viewFile/2193/1070>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FUNDESORTE. Em Corumbá, chega ao fim oitava edição do Eco Pantanal Extremo – Jogos de Aventura. Disponível em: <https://www.fundesporte.ms.gov.br/em-corumba-chega-ao-fim-oitava-edicao-do-eco-pantanal-extremo-jogos-de-aventura/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

GARCIA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: FAPESP, 2001. v. II.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2006 [1999]. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf). Acesso em: 5 mar. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Áreas Territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=sobre> > Acesso em: 24 ago. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2021/estimativa\\_dou\\_2021.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf)> Acesso em 24 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Análise sobre o processo de Registro do Banho de São João de Corumbá e Ladário – MS. 2019. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ParecerDPI-Banho\\_de\\_Sao\\_Joao\\_de\\_Corumba\\_e\\_Ladario-MS.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ParecerDPI-Banho_de_Sao_Joao_de_Corumba_e_Ladario-MS.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê de Registro Banho de São João de Corumbá/Ladário - MS: subsídios para registro como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. 2019. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_de\\_Registro\\_Banho\\_de\\_SJ\\_Corumba\\_e\\_Ladario.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_de_Registro_Banho_de_SJ_Corumba_e_Ladario.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

ITO, Claudemira Azevedo. *Corumbá: o espaço da cidade através do tempo*. Campo Grande: UFMS, 2000.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais*. 2000. 430 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127532>. Acesso em: 22 fev. 2022.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. *A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano*. 2. ed. Campina Grande: EDUEFCG, 2008.

MATÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

MATINS, Ricardo Ferreira; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *As Celebrações à Virgem de Urkupiña na Fronteira Brasil – Bolívia, Cidade de Corumbá*. Disponível em: <https://sef-cpan.ufms.br/v-sef/wp-content/uploads/sites/2/2015/09/2-Ricardo-Ferreira-Martins.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.

MENEZES, Paula Dutra Leão de. A (re) invenção do cotidiano: a transformação de festas populares em evento turístico (estudo de caso do São João de Campina Grande). *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, v. 6, n. 1, fev. 2012. p. 105-116.

MORAES FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

MORAES, Gustavo Inácio de; MENEZES, Gabrielito Rauter; PINTO, Guilherme Penha. A Marinha e o desenvolvimento de Corumbá, Ladário e Rio Grande. *RMB10*, T/2016. Disponível em: <file:///Users/camilatoorres/Downloads/admin,+0103-2016+revista-77-91.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2023.

NACHIF, Denise Abrão; ALVES, Gilberto Luiz. O carnaval em Corumbá, Mato Grosso do Sul. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 280-299, jan./jun. 2018.

NÓBREGA, Zulmira. *A festa do maior São João do mundo: Dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande*. 2010. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

NUNES, Rosana; CABRAL, Leonardo. Com restrições por causa da pandemia, devotos mantêm religiosidade e celebram São João em Corumbá. *Jornal Diário Corumbaense*, Corumbá. 24 de jun de 2020. Disponível em < <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=118122>> Acesso em 12 de nov. de 2024.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. In: *Revista Transporte y Territorio*, n. 15, p. 388-403, 2016.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. *Pesquisa de Fluxo Turístico 2019 – Arraial do Banho de São João*. Corumbá – MS: Fundação de Turismo do Pantanal, 2019.

PAES DE ANDRADE, Pedro Rabello. *Bolivianos do altiplano em Corumbá: Trajetórias migratórias e experiências*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. Kairós e Carnaval: curso da vida de visibilidade e condutas homossexuais no Pantanal de Mato Grosso do Sul. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 57-67, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/48670>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PEREIRA RAMOS, Maria da Conceição. Globalização e multiculturalismo. *Revista Inter-Legere*, [S. l.], v. 1, n. 13, p. 75–101, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4166>. Acesso em: 1 mar. 2022.

PREFEITURA DE CORUMBÁ. Prefeitura promove concurso de andores e quadrilha junina. Corumbá, 27 mai. 2019. Disponível em: <https://ww2.corumba.ms.gov.br/2019/05/prefeitura-promove-concurso-de-andores-e-quadrilha-junina/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

PREFEITURA DE CORUMBÁ. Prefeito recebe organizadores do grito carnavalesco 'Meu Bloco é Corumbá'. Corumbá, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://ww2.corumba.ms.gov.br/2022/12/prefeito-recebe-organizadores-do-grito-carnavalesco-meu-bloco-e-corumba/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RAMOS, Fábio Pestana. O festejo dos Santos a bordo das embarcações portuguesas do século XVI e XVII: sociabilização ou controle social? In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: FAPESP, 2001. V. II, p. 905-915.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROCHA, Eunice Ajala. *A Festa de São João em Corumbá*. São Paulo: Editora Ação, 1997.

ROZISCA, José Gilberto Garcia. *O fazer do Cururu em Corumbá-MS: uma abordagem socioetnolinguística*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

SALVADOR, Elizabeth; SANTOS, José Clevenilton dos; NEVES, Marcelle Caroline Paz das; XAVIER, Rogério de Moura; DUARTE, Silvana. Arraial do banho de São João em Corumbá – MS: possibilidades e estratégias orçamentárias. *Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de Administração*, v. 4, n. 4, p. 725-737, 2 jul. 2021.

SANTOS, Gilberto Rodrigues; SOUZA, Osmar do Nascimento; BARROS, Bárbara Regina Gonçalves da Silva. Banho de São João: reflexos na economia de Corumbá. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, UFMS/AGB, v. 19, p. 27-38, jul./dez. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/80615072/Banho\\_De\\_S%C3%A3o\\_Jo%C3%A3o\\_Reflexos\\_Na\\_Economia\\_De\\_Corumb%C3%A1](https://www.academia.edu/80615072/Banho_De_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Reflexos_Na_Economia_De_Corumb%C3%A1). Acesso em: 24 mar. 2023.

SENA, Divino Marcos de. A Câmara Municipal de Corumbá e os festejos públicos: período imperial. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, UFMS/AGB, v. 19, p. 39-57, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/1262>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SOUZA, João Carlos de. Corumbá, MS - o desejo de integração à civilização em fins do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370\\_a82f396e4dfd756380358556a8adafe8.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_a82f396e4dfd756380358556a8adafe8.pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.

SOUZA, João Carlos de. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 331-351, 2004.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, Lécio Gomes de. *História de uma Região: Pantanal e Corumbá*. São Paulo: Editora Resenha Tributária LTDA, 1973.

SOUZA, Osmar Nascimento; SANTOS, Gilberto Rodrigues dos; BARROS, Bárbara Regina Gonçalves da Silva. Banho de São João: reflexos na economia de Corumbá. *Revista*

*GeoPantanal*, Corumbá, MS, v. 10, n. 19, p. 27-38, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/1381/1193>. Acesso em: 26 abr. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. A espetacularização das culturas populares. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, [S. l.], v. 3, n. 5, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/18642>. Acesso em: 25 jul. 2023.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Festejos juninos e os ritos de origem agrária. Comissão Estadual de Folclore, INTERCOM. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 153-156, jul./dez. 1995.

TV MORENA. Prefeito de Corumbá morre após procedimento cirúrgico em Campo Grande. G1, 1 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/prefeito-de-corumba-morre-apos-procedimento-cirurgico-em-campo-grande.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2022.

VIEGAS, Ana Claudia Marques Viegas; MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. A religiosidade afro-brasileira na fronteira: os terreiros de umbanda em Corumbá-MS. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, MS, jan./jun. 2015, n. 18, p. 205-217.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1991.